

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS -  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**JOSÉ LUCIANO GATTIBONI VASQUES**

**O DESCASO COM O PATRIMÔNIO COMO POLÍTICA PÚBLICA: Um diagnóstico  
da não implementação do sítio histórico de São Francisco de Borja para o  
desenvolvimento regional**

**SÃO BORJA (RS)  
2024**

JOSÉ LUCIANO GATTIBONI VASQUES

O DESCASO COM O PATRIMÔNIO COMO POLÍTICA PÚBLICA: Um diagnóstico da não implementação do sítio histórico de São Francisco de Borja para o desenvolvimento regional

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Pampa, sob a orientação do Prof. Dr. Domingos Sávio Campos de Azevedo, como exigência para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

São Borja (RS)

2024



Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

335d VASQUES, JOSÉ LUCIANO GATTIBONI  
O DESCASO COM O PATRIMÔNIO COMO POLÍTICA PÚBLICA: Um  
diagnóstico da não implementação do sítio histórico de São  
Francisco de Borja para o desenvolvimento regional / JOSÉ  
LUCIANO GATTIBONI VASQUES.

112 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,  
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2024.

"Orientação: DOMINGOS SÁVIO CAMPOS DE AZEVEDO".

1. Redução Jesuítico-Guarani de São Francisco de Borja. 2.  
Diagnóstico de Problema Público. 3. Geração de Emprego e  
renda. 4. Descaso e violência contra o Patrimônio. I. Título.

**JOSÉ LUCIANO GATTIBONI VASQUES**

**O DESCASO COM O PATRIMÔNIO COMO POLÍTICA PÚBLICA: Um diagnóstico da não implementação do sítio histórico de São Francisco de Borja para o desenvolvimento regional**

Dissertação apresentada ao Programa de Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Dissertação defendida e aprovada em: 27/05/2024.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Domingos Savio Campos de Azevedo  
Orientador  
(PGPP/Unipampa)

---

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero  
(PGPP/Unipampa)

---

Prof. Dr. Muriel Pinto  
(PGPP/Unipampa)

[https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=1582197&infra...](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1582197&infra...) 1/2

	Assinado eletronicamente por <b>DOMINGOS SAVIO CAMPOS DE AZEVEDO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR</b> , em 29/05/2024, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.
	Assinado eletronicamente por <b>RONALDO BERNARDINO COLVERO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR</b> , em 29/05/2024, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.
	Assinado eletronicamente por <b>Raquel Machado Rech, Usuário Externo</b> , em 30/05/2024, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.
	Assinado eletronicamente por <b>MURIEL PINTO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR</b> , em 31/05/2024, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.
	Assinado eletronicamente por <b>Rodrigo Ferreira Maurer, Usuário Externo</b> , em 03/06/2024, às 21:00, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.
	Assinado eletronicamente por <b>LUIS ANDRE ANTUNES PADILHA, ADMINISTRADOR</b> , em 04/06/2024, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.
	A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&amp;id_documento=1447245">https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&amp;id_documento=1447245</a> e o código CRC <b>CAC74CC5</b> .

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação a todos aqueles que me incentivaram e proporcionaram uma saudável convivência acadêmica, e que nos percalços desta caminhada jamais deixaram de acreditar nos meus potenciais expressos, através do companheirismo e do incentivo, mostrando-me, muitas vezes, o significado de sermos o fio condutor de toda uma geração e a importância do fruto de um trabalho digno e de responsabilidade, na área da educação, voltada para a geração de melhores oportunidades aos seus semelhantes, através de políticas públicas voltadas ao bem comum.



## **AGRADECIMENTOS**

Ao final desta caminhada gostaria de agradecer às pessoas que me oportunizaram ter finalizado este trabalho com êxito.

Ao meu orientador e amigo, o professor Dr. Domingos Sávio Campos de Azevedo, que teve uma interminável paciência para me orientar em minhas dificuldades, sanando minhas dúvidas e corrigindo-me quando necessário. Muito obrigado professor!

Agradeço aos professores com quem tive o privilégio de compartilhar momentos importantes, durante a realização desta etapa, pelas orientações, apoio e indicações de fontes e bibliografias necessárias ao meu trabalho, e que com maestria e destreza, possibilitaram-me adquirir as ferramentas necessárias para a realização da pesquisa.

A todos os profissionais que exercem funções técnicas ou terceirizadas dentro da Unipampa, que me auxiliaram de uma maneira ou de outra, em minhas demandas.

Enfim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma colaboraram para a realização deste trabalho que agora se encerra.



Há 300 anos viveu-se este sonho. E se eles queriam que o testemunho ficasse, aqui está, desnordeado pelos ventos, meio corroído pela chuva e pela memória do homem, mas que por isso mesmo nos encanta. Vamos deixar em ruínas, sim, o templo; tentemos apenas dar-lhe mais solidez, para que continue existindo por outros tantos 300 anos vezes mil. Nada de restaurá-lo, pois restaurar é voltar a adormecer na esperança de sonhar o mesmo sonho. O sonho só se vive apenas uma vez. O resto é lembrança, mas como lembrança de paixão, é eterna.

Luís Antônio de Assis Brasil



## **O DESCASO COM O PATRIMÔNIO COMO POLÍTICA PÚBLICA: Um diagnóstico da não implementação do sítio histórico de São Francisco de Borja para o desenvolvimento regional**

### **RESUMO**

A geração de emprego e renda se configura como um problema público de contornos mundiais. Contudo, a exploração do patrimônio histórico e cultural para este fim, é sempre um desafio para os gestores públicos e para a sociedade em geral. Por isso, o objetivo dessa pesquisa foi analisar o que impede a exploração do potencial de desenvolvimento local contido no patrimônio histórico da redução jesuítica-guarani de São Francisco de Borja. A presente investigação se caracteriza como exploratória e descritiva, baseada no método indutivo e com uma abordagem qualitativa e retrospectiva. Os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica, documental e registros fotográficos. Pode-se indicar um perfil do descaso para com a esta redução se manifesta nos aspectos histórico, político, econômico, jurídico e sociocultural. Conforme pesquisado, aponta-se o turismo articulado com a educação patrimonial como uma possibilidade de ressignificação do sentido identitário deste patrimônio. Ressalta-se que nenhuma intervenção isolada conseguirá mitigar um problema tão complexo e permeado de nuances como se mostra a valorização e a conservação do patrimônio histórico-cultural do “Primeiro dos Sete Povos das Missões” por parte das elites e da população em geral da “Terra dos Presidentes” e “Capital do Fandango”.

**Palavras chaves:** Diagnóstico de problema público; Redução jesuítica-guarani de São Francisco de Borja; Descaso e violência contra patrimônio; Geração de emprego e renda.



**DISREGARD WITH HERITAGE AS PUBLIC POLICY: A diagnosis of non-implementation of the historic site of São Francisco de Borja for regional development**

**ABSTRACT**

The generation of employment and income is a global public problem. However, the exploration of historical and cultural heritage for this purpose is always a challenge for public managers and society in general. Therefore, the purpose of this research was to analyze what prevents the exploration of the local development potential contained in the historical heritage of the Jesuit-Guarani reduction of São Francisco de Borja. The present investigation is characterized as exploratory and descriptive, based on the inductive method and with a qualitative and retrospective approach. Data were collected through bibliographic and documentary research and photographic records. One can indicate a profile of the disregard for this reduction, which manifests itself in historical, political, economic, legal and sociocultural aspects. According to the research, tourism linked to heritage education is pointed out as a possibility of re-signifying the sense of identity of this heritage. It is noteworthy that no isolated intervention will be able to mitigate a problem as complex and permeated with nuances, as is shown by the appreciation and conservation of the historical-cultural heritage of the “First of the Seven Peoples of the Missions” by the elites and the general population of the “Presidents’ Land” and “Capital of Fandango.”.

**Keywords:** Diagnosis of public problem; Jesuit-Guarani reduction of São Francisco de Borja; Neglect and violence against property; Generation of employment and income.

## **DESCUIDO DEL PATRIMONIO COMO POLÍTICA PÚBLICA: Un diagnóstico de la no implementación del sitio histórico de São Francisco de Borja para el desarrollo regional**

### **RESUMEN**

La generación de empleo y renta es un problema público global. Sin embargo, la exploración del patrimonio histórico y cultural con este fin es siempre un desafío para los gestores públicos y la sociedad en general. Por lo tanto, el objetivo de esta investigación fue analizar qué impide la exploración del potencial de desarrollo local contenido en el patrimonio histórico de la reducción jesuítica-guaraní de São Francisco de Borja. La presente investigación se caracteriza por ser exploratoria y descriptiva, basada en el método inductivo y con un enfoque cualitativo y retrospectivo. Los datos fueron recolectados a través de investigaciones bibliográficas, documentales y registros fotográficos. Se puede señalar un perfil del desprecio por esta reducción, que se manifiesta en aspectos históricos, políticos, económicos, jurídicos y socioculturales. Según la investigación, el turismo vinculado a la educación patrimonial se señala como una posibilidad de resignificar el sentido de identidad de este patrimonio. Es de destacar que ninguna intervención aislada podrá mitigar un problema tan complejo y plagado de matices como lo demuestra la valorización y conservación del patrimonio histórico-cultural del “Primero de los Siete Pueblos de las Misiones” por parte de las élites y la población en general de la “Tierra de los Presidentes” y “Capital de Fandango”.

**Palabras clave:** Diagnóstico de problema público; reducción jesuita-guaraní de São Francisco de Borja; Abandono y violencia contra la propiedad; Generación de empleo e ingresos.



## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - Considerações Iniciais.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 2 - Subsídios teóricos e revisão de literatura para entender o problema.....</b>	<b>21</b>
2.1. Histórico da redução de São Francisco de Borja.....	21
2.2. São Borja, o patrimônio missioneiro e a falta de uma política pública.....	28
2.3. O patrimônio, a economia do turismo, e suas possibilidades.....	36
2.4. O marco legal da proteção do patrimônio.....	38
2.5. Patrimônio histórico, identidade cultural e educação patrimonial.....	39
<b>CAPÍTULO 3 - Descrição e diagnóstico do problema público estudado.....</b>	<b>47</b>
3.1. Origem e histórico do abandono do patrimônio missioneiro em São Borja.....	47
3.2. Quadro histórico da situação política atual.....	52
3.3. Quadro histórico da situação econômica atual.....	62
3.4. Quadro histórico da situação jurídico-legal atual.....	67
3.5. Quadro histórico da situação sociocultural atual.....	75
3.6. Amplitude, intensidade e tendência deste problema público.....	81
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>82</b>
<b>Referências .....</b>	<b>91</b>
<b>Apêndice 1.....</b>	<b>98</b>
<b>Apêndice 2.....</b>	<b>104</b>

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando dos primeiros contatos com a historiografia missioneira de forma acadêmica, pois até então, possuía poucos conhecimentos sobre a temática, passei a perceber aos poucos que toda essa questão estava, no sentimento de pertencimento, em razão de que esse processo histórico, o qual deu origem aos Sete Povos das Missões Orientais, dentro de outro arcabouço que no total chegaram a 30 Povos Missioneiros, que não me haviam sido apresentados de forma mais efetiva. Em 2001, iniciei o Curso de Licenciatura de História na Urcamp, campus de São Borja, onde tive os primeiros contatos com a temática, a qual no decorrer da minha vida acadêmica, transformei em meu principal objeto de pesquisa e análise.

As Missões Jesuíticas, que inicialmente estavam encobertas por outros interesses, principalmente, em São Borja, emergiram a partir das prazerosas conversas com a Professora Roselene Moreira Gomes Pommer, que com seu conhecimento aprofundado e apaixonada pelo tema, produziu efeitos duradouros e provocou, o reconhecimento de pertencimento, a uma questão irrelevante para mim até então, que denomino “um mundo novo”, ou “uma nova visão histórica”.

Durante essa introdução ao “mundo novo”, incluo também, o Professor Ronaldo Bernardino Colvero, que através das leituras e conversas, sobre o contrabando e fronteiras, subsidiou meu entendimento advindo do processo de ocupação e fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, fato que provoca a fundação dos Sete Povos das Missões Orientais, que objetivava barrar o avanço português rumo às minas de Potosi (Peru).

Meu primeiro projeto sobre o “missioneirismo”<sup>1</sup> se intitulou: O Resgate da Identidade Missioneira de São Borja, orientado pela Professora Roselene, fato histórico local, que foi sendo gradativamente encoberto, segundo uma hipótese bastante difundida, por adventos ocorridos a partir da implantação do Brasil República, principalmente pelo surgimento de Getúlio Dornelles Vargas e João

---

<sup>1</sup>Tenho o entendimento que a região dos Sete Povos das Missões, possui uma Corrente Teórica Missioneira, advinda dos inúmeros historiadores e pesquisadores desta região, onde se tem uma visão mais apropriada das características locais, por conviverem *in loco* com a temática missioneira.

Belchior Goulart, naturais desta cidade, e que tiveram papéis relevantes e historicamente significativos na política brasileira Pós-império.

Desde o início do trabalho de pesquisa, sobre a questão missioneira, havia uma certa preocupação em relação ao tema, visto que já se percebia um certo descaso em relação a valoração, e a devida importância que o tema requeria, não só por parte das autoridades do executivo municipal, como também pelos educadores que não davam a devida relevância que o assunto exigia, pois era tratado de forma superficial, isto é, sem um aprofundamento que o assunto exigia, ao contrário com o que ocorria, principalmente em relação a Vargas e Goulart, que suplantou até no slogan da cidade, de “O Primeiro dos Sete Povos”, para a “A Terra dos Presidentes”. Ainda não existia a identidade do povo fandanguero, materializada no slogan “Capital do Fandango”.

Posto isso, no decorrer, e já envolvido pela temática, passei a perceber através de conversas e leituras de vários historiadores, como já mencionado anteriormente, que existia e ainda persiste uma certa relutância em relação às questões missionárias, e principalmente no que tange à investigação e constituição do “Sítio Histórico da Redução de São Francisco de Borja”, fato que inspira essa dissertação de Mestrado.

Dessa forma, busca-se através de análises, discussões e contribuições, quebrar diversas barreiras, que estão entranhadas na cultura local. Isso se efetivará, através de debates reconhecendo o papel das cidades históricas, voltadas a contribuir de forma afirmativa com um diagnóstico deste problema, no construto de políticas públicas, que possibilitem tanto a conservação, como também, em uma nova possibilidade de emprego e geração de renda de formas equitativas.

Desde o aparecimento das primeiras civilizações, na história da humanidade, o ser humano sempre buscou meios de sobrevivência e melhorias para transformar o seu modo de viver, e vários foram os motivos e as formas que levaram à concretização dos processos de sedentarização, e o caso de São Borja não é diferente, uma vez que é fruto da geopolítica ibérica na América do Sul, entre os séculos XVI e XVIII, a qual buscava o povoamento para garantir a posse do território, obter riquezas e comercializá-las. É neste sentido que procuramos

contextualizar os aspectos que possibilitaram o surgimento dos povoados missionários, e que serviram de ponto de partida para a atual delimitação do território brasileiro.

A abordagem histórica das especificidades dos espaços reducionais permite-nos identificá-los, como áreas produtoras de identidades, também específicas e diferenciadas de redução para redução, dados a partir de relações cotidianas que marcaram a produção espacial e ficaram registradas nas paisagens. Assim, os espaços podem ser “lidos” como documentos históricos, pois a sua materialização, a paisagem, traz as marcas das atividades produtivas dos homens, bem como seus esforços, na produção dos espaços mais adequados, às necessidades humanas.

Nas paisagens, estão marcadas as técnicas das quais dispõe a sociedade para responder às necessidades religiosas, ideológicas e econômicas. Não somente marcas objetivas, mas também as marcas subjetivas como: as ambições, os desejos, os rancores que motivam os grupos de forma coletiva e/ou individualizada, modelando as experiências que esses têm do mundo e influenciando sobre suas ações identitárias.

A aparição de um homem “atento aos seus patrimônios” se deu em decorrência da última guerra mundial do século XX, principalmente, na Europa Ocidental e no Japão, quando este homem sentiu a necessidade de manter viva a memória que restou do seu passado. Alguns investigadores afirmam que o término da 2ª Guerra Mundial representou um avanço significativo para humanidade da arte – pois por consequência daquela tiveram de formular e elencar algumas travas socioculturais, a partir das quais passam a ser obrigação de todos os povos, que se dizem civilizados, zelar pela memória.

Do ponto de vista da geopolítica, muitas nações procuraram investir na narrativa do “fazer-se conhecer sem diferenças” num claro movimento que se voltava para um construto humanístico e planetário, diga-se sob guarda, de organizações civis e corporações de Estado – como, por exemplo, a UNESCO. Os motivos para isso são um tanto conhecidos. A contar, desde o término da Segunda Guerra Mundial, os países não só passaram a valorizar, como também a dar

importância, para os patrimônios que seus antepassados haviam construído em tempos outros que não os dias imediatos que viviam.

Para os historiadores da arte, o final da última grande guerra, não representou apenas um começo novo, mas fez com que seus sobreviventes passassem a zelar pela própria memória. Esse enredo todo serve para imaginar que com o tempo, a humanidade passou a dar valor para as suas referências de essência ou tudo que pudesse manter relação com o passado de glórias e resistências, depois que as nações reconheceram as limitações de defesa, para com os monumentos (leia-se patrimônios).

Em outras palavras, a estética patrimonial como hoje conhecemos – enquanto parte de proteção da humanidade -- ganha esse formato e toma essa proporção por conta dos efeitos totalitaristas. Não por acaso Jacques Le Goff, no seu célebre artigo Documento/Monumento, nos faz entender que o curso da humanidade demorou significativamente muito tempo, até entender a importância dos monumentos nacionais. O patrimônio histórico cultural passou de uma condição de invisibilidade e assumiu importância de conservação.

No caso de São Borja, uma vez concluído o reconhecimento da totalidade dos elementos patrimoniais que compõem o sítio arqueológico, reconhecimento este que ainda não foi realizado, o município estará a ampliar um acervo já existente em outras localidades como São Miguel/RS. Este levantamento tão aguardado pela comunidade de políticas públicas, da área do patrimônio em São Borja, e que avaliam as missões jesuíticas do Sul do Brasil, pode trazer novos elementos e reuni-los aos que já existem, transformando-se, assim, em um novo atrativo turístico dentro da Rota Missões.

E para pensarmos mais além, Canclini nos diz “que o patrimônio não abrange unicamente o legado de objetos e monumentos materiais que se recebem da história” (CANCLINI, 2011, p. 92). Em outras palavras, não basta dizer que a proteção do patrimônio histórico-cultural-arqueológico está consagrada pelas normas contidas, nas esferas municipais, estaduais, federais e internacionais que buscam a preservação e consolidação da identidade de uma nação, é preciso que

se entenda o seu significado coletivo, na sociedade atual, para que ele continue vivo e passe a contribuir para o desenvolvimento desta sociedade.

São Borja se caracteriza por ser um dos poucos municípios brasileiros em que a história ultrapassa os limites da federação. E isso acontece não só por que a localidade é reconhecida como “Terra dos Presidentes”, mas principalmente, porque foi uma das trinta missões jesuítas, localizadas entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai que serviram como pontos de referência para um cotidiano que envolveu os povos originários, e os missionários da Companhia de Jesus, ao longo dos séculos XVII e XVIII. A clareza dessa potencialidade fez com que o Centro Nacional de Arqueologia (CNA) e IPHAN, viessem a classificar a localidade como um dos sítios arqueológicos que compõem o território nacional.

Trata-se de um conteúdo histórico patrimonial que chama a atenção de entidades internacionais como: UNESCO, FMI - Fundo Monetário Internacional; BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento e IAPH - Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico. É neste sentido que o contexto apresentado acima, de um descaso para com este patrimônio se torna um problema público, e que para solucioná-lo se faz necessário uma política pública atuante, e que tome em conta o tombamento do sítio.

Uma vez que é através desta percepção, que vão surgir as atividades voltadas a conservar, e a possibilidade de um contato mais efetivo com a população local, e os interessados a (re)conhecer o passado reducional missioneiro, através do turismo-cultural, como já ocorre em outras cidades que possuem vestígios missioneiros, e que se tornaram economicamente mais atrativas, em função deles<sup>2</sup>. Mas para que isto aconteça o primeiro passo é a realização de um diagnóstico deste problema público, tarefa que o presente estudo pretende realizar.

Assim, para a geógrafa Carmen Nogueira, os patrimônios cumprem um “importante testemunho das temporalidades que compõem as múltiplas

---

<sup>2</sup>SCHMITZ, Pedro (Coord.). Arqueologia no Rio Grande do Sul. In: *Pesquisas, antropologia*, n. 16, pp. 47-78, 1967. KERN, Arno. *Arqueologia histórica missioneira*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. CUSTÓDIO, Luiz A. B. *A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana missioneira*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2002. MARCHI; DE MAMANN; FERREIRA. Patrimônios mundiais em contextos distintos: construindo paralelo entre Brasil e Portugal através dos casos de São Miguel das Missões e do Centro Histórico de Évora. In: *Paulista*, vol., 26, 2018.

experiências vividas, individual ou coletivamente” (NOGUEIRA, 2008, p. 324). Conservar e preservar qualquer patrimônio não é ser contra o progresso econômico. Evidentemente que a modernização de São Borja, deve buscar novas formas de gerir, isto é, de aliar o antigo ao novo.

É necessário que as novas construções surjam e proporcionem uma mudança na paisagem urbana, mas o que não deve ocorrer, é se deixar de lado a investigação arqueológica sobre o patrimônio histórico da cidade, até porque a tecnologia de georeferenciamento utilizada pela nova arqueologia para a investigação do patrimônio que existe abaixo do solo, não afeta as estruturas, até se tenha a certeza de que existem vestígios a serem investigados.

São Borja, conforme os últimos levantamentos do Iphan, caracteriza-se como um dos dois municípios (juntamente de São Luiz Gonzaga) dos Sete Povos Missioneiros, localizados no Brasil, em que seus vestígios permanecem “completamente sob o solo do centro histórico moderno” (IPHAN: 2016, p. 23). Mas o tombamento do sítio arqueológico jesuítico-guarani de San Francisco de Borja, além da possibilidade de inserir o desenvolvimento da economia, através do aproveitamento do mesmo pelo poder político, pode propiciar as gerações futuras herdar um patrimônio histórico-cultural melhor preservado, no qual estará retratando suas raízes e seus sentimentos de pertencimento.

Podemos pensar assim, uma forma de fazer a educação patrimonial, em um novo cenário turístico-cultural-econômico para São Borja, articulada a um plano de desenvolvimento econômico, a partir do tombamento do sítio arqueológico, que poderá suprir uma lacuna importante, na geração de empregos, provenientes do aproveitamento das potencialidades que o tema Missões desempenha no turismo-cultural local, regional, nacional e internacional.

A propósito, o que estamos a relatar jamais foi tentado e as condições para isso nunca se apresentaram tão apropriadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento planejando a criação de novos corredores turísticos, na América do Sul, incentivando rotas do passado missioneiro (Rota Missões), contando com uma clientela já definida de arranque (público que já realiza o caminho de Santiago de Compostela de Compostela na Espanha).

São tempos de aproximar São Borja de localidades que já experimentaram este desenvolvimento local, como a municipalidade Argentina de La Cruz, em que após uma década de pesquisas, junto ao seu sítio histórico, conseguiu atrair tantos turistas que foi necessário saltar de um único estabelecimento de hospedagem, para 11 novos estabelecimentos. Ou ainda o município de São Nicolau (distante 150 km de São Borja e que tem sido lembrado pelo seu Café de Cambona missioneiro) e, existe um estudo sobre novas intervenções em relação a uma trincheira, em uma de suas antigas fontes, que poderá atrair linhas de investimentos, através de parceria público-privada, via Prefeitura Municipal de São Nicolau e PUCRS.

Nessas condições, o objetivo do presente estudo, está em auxiliar na elaboração de uma política pública que leve em conta os propósitos de conservação, criação e manutenção de um sítio histórico para a localidade de São Borja. Para tanto, o primeiro passo é o diagnóstico preciso do problema público que estamos tentando solucionar. Dentro deste diagnóstico, podem aparecer comportamentos e motivações dos atores políticos envolvidos, os quais possivelmente estariam a impedir o aproveitamento, do potencial do turismo, histórico e cultural, baseado no patrimônio da redução jesuítico-guarani de São Francisco de Borja, para o desenvolvimento local. Só então será possível apresentar uma política pública eficiente, primeiro de levantamento da totalidade deste patrimônio e depois de sua conservação. No final, como produto técnico e uma modesta contribuição, apresenta-se o modelo de um “Núcleo Protetivo e de Governança do Sítio Missioneiro de São Francisco de Borja”.

Para tanto, esta pesquisa exploratória, é baseada a partir do método indutivo, e para desenvolvê-la está sendo necessário o uso da pesquisa bibliográfica, documental e registros fotográficos. Nestas condições, Gil (1999) classifica a pesquisa como um processo científico formal e sistematizado, que tem por objetivo desenvolver procedimentos científicos para alcançar a descoberta das respostas dos problemas. De modo semelhante, Demo (1996) define a pesquisa como uma busca sistemática crítica e criativa, que serve para questionar a realidade por meio da teoria, diálogo e praticidade.

Em virtude disso, esta pesquisa é definida, segundo Gil (1991) como sendo exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas

a torná-lo explícito, envolvendo para isto um levantamento bibliográfico. Em geral assume a forma de pesquisas bibliográficas e estudos de casos. Para Silva e Menezes (2001, p.26), o método indutivo “considera que o conhecimento é fundamentado na experiência, não levando em conta princípios preestabelecidos”. No raciocínio indutivo a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta, trazidos pelas pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (1991), é quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos, de periódicos científicos, artigos de jornal e material disponível na WEB.

Do ponto de vista da metodologia das políticas públicas, este estudo é segundo Secchi (2016) prescritivo, pois tem o objetivo de indicar como as políticas públicas devem constituir-se para intervirem melhor na realidade. Já a metodologia, também para Secchi (2016), é retrospectiva, pois os fenômenos observados já ocorreram.

A partir disto, esta investigação se preocupa em elaborar um diagnóstico do seguinte problema público: O que impede a exploração do potencial de desenvolvimento local contido no patrimônio histórico da redução jesuítico-guarani de São Francisco de Borja?

Entretanto, existe uma diferença entre intuição e evidência. Nossas impressões, por mais vívidas que sejam, têm que ser comprovadas, assim como nossas especulações teóricas têm que ser disciplinadas por meio da verificação. As técnicas qualitativas podem alertar-nos quanto às nossas impressões, baseadas em um ou dois casos mais notáveis, são enganosas ou inconsistentes. Para definirmos o problema público investigado, tem-se que investigar o passado.

Em se tratando de certas épocas, os viajantes estrangeiros que passaram pela redução jesuítico-guarani de São Francisco de Borja deixaram relatos extraordinariamente ricos que são importantíssimos para nossa tarefa, de modo que nos valemos amplamente desses trabalhos. Em qualquer análise de políticas públicas, as ferramentas do historiador são um complemento indispensável dos métodos qualitativos.

A diversidade de nossos propósitos, exigia métodos que propiciam abrangência e capacidade de abordar diferentes aspectos do mesmo problema e suas transformações num dado período. Assim foi realizado um estudo de caso abordando a origem e o histórico do problema estudado e os quadros atuais da situação política, jurídica e legal; econômica e sociocultural, entre o fim das missões jesuíticas no século XVIII e a interdição da obra do CAT – Centro de Atendimento ao Turista no início do século XXI, e também uma análise da legislação produzida sobre o problema estudado. Tais conteúdos forneceram-nos material para avaliar o exercício diário da política e dos governos municipais, estadual e federal dentro do período investigado, incluindo os poderes executivo, legislativo e judiciário.

A estrutura da presente dissertação está dividida em Considerações Iniciais, Capítulo 1, Capítulo 2 e Considerações Finais. O primeiro capítulo versa e apresenta os subsídios teóricos e revisão de literatura para entender o problema. Nele discutem-se questões como a história da redução jesuítico-guarani de São Francisco de Borja; a inexistência de uma política pública de conservação deste patrimônio; o potencial econômico deste patrimônio missioneiro, como gerador de emprego e renda a partir do turismo; o marco legal da proteção ao patrimônio; as identidades culturais relacionadas a este patrimônio e o papel da educação patrimonial nesta conjuntura.

Já o segundo capítulo acompanha o modelo de elaboração de diagnóstico de um problema público, tal qual sugere Leonardo Secchi (2016), que o define como sendo um trabalho analítico de definição do problema público investigado. Por intermédio do mesmo, adaptou-se o problema (sítio arqueológico de São Borja) de modo a considerá-lo conforme os 5 níveis de análise histórica e do quadro atual (1. a origem e o histórico do problema estudado e os quadros atuais da situação 2. Política, 3. Jurídica / legal, 4. Econômica e 5. Sociocultural), além dos diagnósticos da amplitude, intensidade e tendência, que por ordem são sintetizados e asseguram o diagnóstico do problema.

Por fim, a pesquisa, ainda que próxima da realidade que compete aos estudiosos de políticas públicas, permanecerá mantida numa concepção interdisciplinar. Apresentam-se algumas hipóteses que se julga serem decisivas, e que acabam revelando o que faz o sítio histórico ser motivo de uma discordância

infindável entre investigadores da cátedra e gestores públicos. Observa-se que a divergência em questão é responsável por boa parte do desconhecimento que hoje toma conta do saber local (aquele que é construído por conta e entre a comunidade).

## **2 SUBSÍDIOS TEÓRICOS E REVISÃO DE LITERATURA PARA ENTENDER O PROBLEMA**

Neste capítulo do trabalho, serão abordadas as sínteses das principais bases teóricas, relacionadas ao problema de estudo dessa pesquisa. Conforme destaca Françoise Choay (2001, p. 12), o culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Vale destacar os conceitos e definições mais relevantes, além de abordar entendimentos anteriores também com aspectos semelhantes.

### **2.1. HISTÓRICO DA REDUÇÃO DE SÃO FRANCISCO DE BORJA**

O avanço da Reforma Protestante acabou por gerar um clima de fervor religioso, entre católicos, levando-os a organizar novas ordens religiosas, além de reativar as antigas, no sentido de reafirmar a fé católica na Europa. Uma das novas ordens que surgiram foi a Companhia de Jesus, que lembrava uma organização militar, visto que seus membros eram altamente disciplinados e desenvolveram um grande trabalho de catequese. A fundação de colégios e seminários deu substância ao trabalho de educação e catequese, o que acabou por gerar a ampliação no mundo da base do catolicismo.

As reduções foram a concentração de índios em pequenos povoados. Elas significaram a recondução ou a conversão do índio à fé, no caso, da Igreja Católica reformada, enquanto efetivação das estipulações do Concílio de Trento (1545 a 1563). As Reduções eram simples povoados, com igrejas de madeira ou de taipa e geralmente as residências dos índios eram construídas a pau-a-pique. Nesse momento, pouco se usava a pedra, visto que tiveram uma característica itinerante, devido a ação escravista das Bandeiras e a hostilidade do meio.<sup>3</sup>

Dessa forma, a fundação dos Trinta Povos Missionários está intrinsecamente ligada às Reformas Religiosas. Com alguma razão, a igreja promoveu a Contrarreforma com a finalidade de buscar uma solução que possibilitasse a volta de uma estrutura arrecadatória como a que esteve vigente até então. Neste contexto surgem os povoados missionários americanos.

A Companhia de Jesus na América do Sul implementou dois grandes centros de organização das populações indígenas, um ao norte, na região amazônica, outro mais ao centro, a partir do Paraguai. Ao norte, por conta

---

<sup>3</sup> QUEVEDO, Júlio. Rio Grande do Sul: quatro séculos de história / Júlio Quevedo, organizador. – Porto Alegre: Martins Livreiro. 1999, p. 111.

da floresta Amazônica, os limites entre as Missões conduzidas por jesuítas espanhóis e por jesuítas portugueses delinear-se desde o princípio. No Sul, no entanto, localização considerada “fronteira em movimento”, as Missões tornaram-se palco de conflitos entre as duas nações ibéricas.<sup>4</sup>

De todo modo, dois grandes centros de organização de populações indígenas foram organizados pela Companhia de Jesus segundo Goulart (2004), companhia que foi fundada por Ignácio de Loyola<sup>5</sup>, na América do Sul. Um ao sul, a partir do Paraguai, e outro, mais ao norte, na Amazônia.

Diferentemente das Missões localizadas ao norte, onde os jesuítas espanhóis e portugueses delinear em conjunto seus limites desde o início de sua ocupação, no Sul, estes limites, no entanto, eram como uma fronteira em movimento, e justamente onde as Missões protagonizaram uma série de conflitos entre Espanha e Portugal.

A ação religiosa, especialmente dos jesuítas, foi importante auxiliar na penetração territorial. Participando de expedições, deixaram relatos que permitem reconstituir a vida social dos colonos e os atritos gerados pelo encontro das duas culturas.<sup>6</sup> Na defesa de suas posições, aliás, os jesuítas se chocaram frequentemente com os colonizadores já a partir do século XVI, principalmente quando estes utilizavam artifícios para escravizar os indígenas. É errôneo apresentá-los, portanto, como mero braço religioso do Estado ou acobertadores de interesses privados. Tinham os seus próprios fins, nem sempre compatíveis com os demais.<sup>7</sup>

Sendo assim,

A chegada dos missionários no Novo Mundo deu-se somente em 1549, quando D. João III de Portugal pediu auxílio dos jesuítas na tarefa de evangelização dos índios e na disciplina da fé dos colonos. Naquele ano, desembarcaram no recôncavo da Bahia PP. Manuel da Nóbrega, superior, Leandro Nunes, Antônio Pires, João de Azpilcueta Navarro e dois irmãos, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome.<sup>8</sup>

---

<sup>4</sup> GOULART, Cátia Rosana Dias. **Uma Leitura de A Cidade dos Padres no Contexto do Novo Discurso Ficcional-Histórico na América Latina**. Fundação Universidade Federal do Rio Grande: 2004. p. 77.

<sup>5</sup> Soldado por herança e vocação, o espanhol Ignácio de Loyola, nascido em 1491, abandonou a carreira das armas quando, convalescendo de um ferimento recebido na guerra entre Espanha e França, leu uma Vida de Cristo. Apesar de manco, tornou-se um peregrino incansável. Em 1539, depois de ter ido à Terra Santa e de ser duas vezes preso pela Inquisição, decidiu fundar a Companhia de Jesus. Estabeleceu um modelo militarizado para a ordem, imaginado como um grupo de combate à Reforma. O Brasil foi a primeira província além-mar da companhia. Morto em 1557, Loyola foi canonizado em 1622. História do Brasil/Zero Hora/ RBS/1998. p.33.

<sup>6</sup> WEHLING, Arno. Formação do Brasil colonial / Arno Wehling, Maria José C. M. Wehling. 2 eds. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999., p.76.

<sup>7</sup> WEHLING, 1999. op. cit., p.83.

<sup>8</sup> QUEVEDO, Julio. A ocupação ibérica do Rio Grande: a conquista e a colonização espanhola. In: Rio Grande do Sul: quatro séculos de história. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999. p.102.

De qualquer forma, no que tange ao Brasil, os primeiros jesuítas, acompanhados pelo padre Manoel da Nóbrega, o seu grande líder, desembarcaram, em 29 de março de 1549, menos de uma década após a fundação da Companhia de Jesus. Pode-se dizer que desde o primeiro dia, os padres e os colonos se enfrentaram em virtude da utilidade dos povos indígenas brasileiros, enquanto, para os colonos aqui instalados, eles eram mão-de-obra barata e indispensável, para os jesuítas.

Conforme, Júlio Quevedo “a redução para os católicos significava trazer de volta à fé cristã, os filhos que se desgarraram do caminho certo e verdadeiro de Cristo e da fé católica, portanto, reduzir é um ato de converter ao Cristianismo”<sup>9</sup>, isto é, os indígenas eram tratados como rebanhos desgarrados, com a necessidade de serem conduzidos pelos “jesuítas” às mãos de Deus.

No imaginário do colonizador, o índio era o habitante de um espaço indefinível, incompreensível, flutuante e, sobretudo, nebuloso. O projeto colonizador foi, antes de mais nada, o de transformar o espaço desconhecido em território plausível, a partir dos códigos culturais europeus.<sup>10</sup>

Com o passar dos anos, tanto os jesuítas, como os colonizadores, passaram a exigir-lhes o cumprimento de um mesmo objetivo: o cultivo da terra. Havia dentro da maneira de agir, tanto por parte dos colonos, como por parte dos jesuítas certas especificidades: enquanto os jesuítas organizavam os trabalhos, nas plantações em troca do “catecismo” dos indígenas, os colonos agiam de forma escravocrata.

O núcleo urbano de cada um dos Sete Povos (Pueblos) distribuía-se em torno de uma grande praça central, a qual servia para as comemorações, exercícios militares e procissões. Em cada canto havia uma cruz que marcava local de oração ou de procissão. No lado sul da praça, de onde soprava o vento frio, alinhavam-se as oficinas, o colégio, o templo, o cemitério e o cotiguaçu. Atrás destes edifícios localizavam-se o pomar e a horta, onde os meninos aprendiam técnicas agrícolas e produziam alimentos para os alunos, os doentes do hospital e as mulheres do cotiguaçu.<sup>11,12</sup>

---

<sup>9</sup> QUEVEDO, 1999. op. cit., p. 111.

<sup>10</sup> MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1997, v. 40, nº 2. Pag.189.

<sup>11</sup> Cotiguaçu era a casa das mulheres viúvas e desamparadas. Ali as moças aprendiam a bordar, costurar e a fazer rendas semelhantes às europeias.

<sup>12</sup> FLORES, 1983. op. cit., p. 26.

Como de costume ser afirmado, os povoados missioneiros foram cerca de 30, e alguns com mais de 7 mil habitantes, dentro de uma área de aproximadamente 450 mil Km<sup>2</sup>, que contavam com imensos rebanhos vacuns. No período correspondente entre os anos de 1638 a 1641, foram diversas vezes atacados, e por volta do ano de 1682, restavam apenas algumas das reduções missioneiras. No entanto, no auge de sua existência urbana, artística e econômica, foram arrasados definitivamente, colocando um ponto final num projeto extremamente avançado para a época em questão.

A ação dos jesuítas na região platina inicia no princípio do século XVII, também a partir de Assunción. A primeira metade deste século é marcada por uma expansão dos jesuítas em três frentes evangelizadoras: a região do Guairá, que compõe parte do atual estado brasileiro do Paraná; a região do Itatim, localizada em áreas hoje pertencentes ao estado do Mato-Grosso do Sul; e a região do Tape, que hoje compreendia a antiga Banda Oriental do rio Uruguai e hoje é parte do território do Rio Grande do Sul. Estas frentes de evangelização foram responsáveis pela fundação de diversos pueblos de índios.<sup>13</sup>

Nesta perspectiva,

Novos ataques às reduções do Tape e do Uruguai, na década de 1630, determinaram o pedido dos jesuítas da região para armar os índios, atendidos por Filipe IV. Assim armados, conseguiram rechaçar os bandeirantes na batalha do rio M'bororé, em 1641.<sup>14</sup>

Em especial, as reduções missioneiras, diante do iminente risco de um expansionismo português, desempenharam um papel de relativa importância na defesa e manutenção dos territórios do Império Colonial Espanhol, onde os exércitos guaranis, por muitas vezes, atuaram no enfrentamento com os bandeirantes paulistas, nas capitulações da Colônia do Santíssimo Sacramento, mas como também contra os próprios espanhóis que se rebelavam e não aceitavam algumas determinações da Coroa espanhola.

Aos inacianos, coube a tarefa não apenas dar continuidade ao trabalho missional iniciado em 1626 na região, mas ao mesmo tempo em que protegiam o território do avanço dos portugueses, faziam o trabalho de evangelização do nativo guarani, e ainda teriam a oportunidade de arrebanhar o gado que tinha ficado, na região, após a primeira e frustrada tentativa, quando os bandeirantes paulistas

---

<sup>13</sup> BARCELOS, Artur H. F. Espaço & Arqueologia nas missões Jesuíticas. p. 85

<sup>14</sup> WEHLING, 1999. op. cit., p. 116.

vinham ao sul do Brasil em busca dos indígenas para capturá-los e posteriormente vendê-los no mercado brasileiro.

Destaca-se que ocorreu na época, por parte dos jesuítas uma tentativa de resistência, que acarretou alguns confrontos, mas ao sentirem-se seriamente ameaçados, fugiram para o outro lado do rio Uruguai, deixando para trás os rebanhos de gado por eles introduzidos, na região, no início do século XVII, os quais sofreram ações predatórias, não apenas de portugueses oriundos de Laguna, mas como também de espanhóis bonaerenses.

A princípio os povoados reducionais fronteiriços que surgem no final do século XVII a leste do rio Uruguai - sendo São Francisco de Borja o primeiro a surgir- nessa segunda fase reducional - acabaram expressando um modelo geopolítico sobre o qual se estruturava o Império Colonial Espanhol na região, respondendo tanto a expansão luso-brasileira definido pela fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, como a necessidade sentida pela Companhia de Jesus em manter, e até mesmo expandir o seu projeto evangelizador.

Esta segunda fase reducional a Leste do rio Uruguai – a primeira deu-se em 1626, quando da entrada do Pe. Roque Gonzáles, fundador de São Nicolau – teve início em 1682, quando o Pe. Francisco Garcia e algumas famílias de guaranis reduzidos que emigraram de Santo Tomé (da margem direita do rio Uruguai), para o lado esquerdo, fundou-se a ribeirinha São Francisco de Borja.

Com o tempo, cada redução passou a deter as suas próprias estâncias<sup>15</sup>, onde criavam gado e plantavam lavouras, o que naturalmente implicou num aumento na área de controle. Tanto que estas estâncias atingiam, como por exemplo, as reduções mais ao sul, São Borja e São Miguel, estabelecidas perto do paralelo 29, mas suas estâncias entravam em território do atual Uruguai, até os limites do rio Negro, na altura do paralelo 32.

---

<sup>15</sup> A estância é uma unidade de produção pecuária, com predominância da criação de gados vacuns, cavalos, muares e ovinos. Seus extensos rebanhos eram destinados à manutenção dos Povos guaranis e à exportação, especialmente através do beneficiamento do couro. As sedes das estâncias guaranis eram constituídas de um pequeno núcleo populacional com ranchos e capelas. Eram autossuficientes, pois, além da produção pecuária, também possuíam as suas lavouras, hortas e pomares. GOLIN. 1999. op. cit. p. 328.

Como já se consagrou afirmar, São Francisco de Borja é o mais antigo dos Sete Povos das Missões. Teve origem em uma colônia de povoadores de São Tomé, em 1682, estabeleceu a Oriente do rio Uruguai, ocupou as terras da vasta estância que, entre os rios Camaquã e Butuí, lhe haviam sido adjudicadas para a criação de gado vacuns<sup>16</sup>. Aliás, o investigador local, Claudio Oraindi Rodrigues, já relatou com alguma razão, que o padre jesuíta Francisco Garcia fez a travessia do rio Uruguai para, novamente, estabelecer na margem oriental, “à frente de mil novecentos e cinquenta e duas almas”<sup>17</sup>. Surgia assim aquela que veio a se tornar o centro conversor do rio da Prata (MAURER, 2011).

Desde então, os *borjistas* passaram a cultivar a terra e a prear e criar o gado vacum, chamado de “chimarrão”<sup>18</sup>, que se criava solto nos pampas desde que havia sido introduzido quando das primeiras incursões dos jesuítas pela região. Em 1687, São Francisco de Borja, já se encontrava totalmente independente de Santo Tomé, obtendo, assim, autonomia administrativa.<sup>19</sup>

Os manuais mais antigos que abordaram esse fato, dão conta de admitir que “as famílias, que vieram para cá, eram de índios batizados, já prontos para o trabalho”, condicionados através da doutrina jesuítica, segundo os conceitos europeus da época, para exercerem as funções de construtores e povoadores da nova redução, e que ainda segundo Porto<sup>20</sup>, em História das Missões Orientais, “o material humano com que foi fundado São Francisco de Borja era o melhor possível”, que segundo os relatos, ali estavam os primeiros índios cristianizados do Tape, e prontos para o início desta nova empreitada que foram incumbidos.

Ao padre Francisco Garcia deve-se a fundação, junto ao rio Ibicuí, da aldeia de Jesus-Maria dos Guenoas que provavelmente precedeu por pouco à de São

---

<sup>16</sup> PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. 2ª Ed. Revista e melhorada pelo Pe. Luís Gonzaga Jager. Porto Alegre: Selbch, s/data. p. 32.

<sup>17</sup> RODRIGUES, Cláudio Oraindi. São Borja e sua história. São Borja: Tricentenário, 1987. p. 17.

<sup>18</sup> A palavra “chimarrão” é derivada da palavra castelhana cimarrón, que designava toda a gadaria xucra que vivia solta nos campos e que havia sido trazida até esses campos principalmente pelos jesuítas. Alvarino de Fontoura Marques, em seu livro Episódios dos ciclos do charque, comenta que “criou-se a fantasia de que o gado xucro das vacarias era muito abundante, mas extremamente feroz, atacando o homem. [...] Na verdade, o rebanho “cimarrón” nunca foi assim tão grande, porque a reprodução era baixa em condições selvagens.” Mostra-se aí a característica predominante de serem animais alçados, que não tinham sofrido a domesticação pelo homem. MARQUES, Alvarino da Fontoura. Episódio do ciclo do charque. Porto Alegre: Edital, 1987.

<sup>19</sup> COLVERO, 2004. op. cit., p. 63 – 64.

<sup>20</sup> PORTO, op. cit., p.32.

Francisco de Borja, fundada com índios tapes da antiga São Tomé, transmigrados para a banda oriental, à qual se agrega.<sup>21</sup> Temeram, então, os padres uma revolta em Jesus-Maria, que importaria na destruição do Povo de São Borja e com habilidade procuraram extinguir aquela redução. (...) A maior parte, passando de 150 almas, foi removida para o Paraná, sendo Jesus-Maria dos Guenoas anexada à Doutrina de N. S. de Loreto, donde, ainda muitos anos depois, as Anuas jesuíticas trazem referências.<sup>22</sup>

Com a assinatura do Tratado de Madrid, que é o marco principal como fator de desconstrução do espaço reducional missioneiro, pois a partir do acordo ocorrido entre as Coroas Ibéricas, mais precisamente entre D. João V, rei de Portugal e Fernando VI, rei de Espanha, no qual permutaram a Colônia do Santíssimo Sacramento pelos Sete Povos das Missões Orientais, onde o mais traumático foi a ordem para que todos, índios reduzidos e jesuítas, juntamente com os pertences que pudessem carregar, iniciassem a transferência para o outro lado do rio Uruguai. A partir desse momento vai ocorrer uma profunda modificação nas relações entre a população missioneira e a Coroa Espanhola.

No entender de Maurer (2011), São Borja foi projetada visando atender uma ocupação estratégica, o que o próprio historiador acusa ser “o centro conversor do Prata”, isto é, uma espécie de território de excelência que fez reduzir a distância de duas margens especialmente importantes para o período colonial, uma vez que cabia para a localidade a tarefa de fazer uso de um manancial hídrico expressamente complexo e que ao que se supõe, encontrava-se implicado a uma percepção geopolítica, ora tornando-o parte de um comércio ultramarino por demais incontrolável – fato que se ajusta ao histórico do chibo – das práticas ribeiras de convívio e outras técnicas artesanais de sobrevivência<sup>23</sup>, ora alinhado a corresponder os interesses dos povos da costa oposta, por ordem, Santo Thomé, La Cruz e Yapeyu.

---

<sup>21</sup> PORTO, op. cit., p. 47.

<sup>22</sup> PORTO, op. cit., p. 48.

<sup>23</sup>Para um conhecimento mais detido da temática acompanhar: PINTO, Muriel; MAURER, Rodrigo; RETAMOSO, Alex S. Comunidades tradicionais, marcadores territoriais e identidades sociais: um novo pensar do desenvolvimento territorial transfronteiriço entre antigas reduções missionárias. In: *Perspectiva Geográfica* – Marechal Cândido Rondon, Ed. Esp., v.11, n. 15, pp. 105-116, jul. Dez., 2016.

## **2.2. SÃO BORJA, O PATRIMÔNIO MISSIONEIRO E A FALTA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA**

Para se entender a perspectiva na qual o presente trabalho foi desenvolvido, deve-se ter em mente a definição de política pública dada por Thomas Dye, que afirma segundo Secchi (2013, p.5 e 6), que política pública é “tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer, ” Já Souza (2007), diz que uma política pública também pode ser, deixar de forma proposital um problema público sem solução.

O caso estudado aqui, carece de reconhecimento para a efetivação de fato, do sítio arqueológico da antiga Redução de São Francisco de Borja, que gradativamente vai sendo fragmentada e precarizada, em que está formalmente inscrito e em andamento nos anais do Iphan, como já citado anteriormente, através do nome de Redução Jesuítica de São Francisco de Borja, com outras designações e siglas: SFB CNSA: RS03814; Município: São Borja UF: RS e descrito sumariamente como: Sítio de ocupação jesuítico-guarani, e com fontes históricas que apontam três possíveis datas de fundação (1682, 1687 ou 1690) pela Companhia de Jesus, que pertenceram aos Trinta Povos Guarani, e mais especificamente aos Sete Povos Missioneiros do Brasil.

O IPHAN considera como “sítios relacionados ao 2º ciclo missioneiro”. Por ordem de registro, tratar-se-iam de São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Lourenço Mártir (RS00227); São Miguel Arcanjo (RS00226), São João Batista (RS00223) e Santo Ângelo Custódio (RS01981). Na origem do problema, os patrimônios representam a memória das sociedades. Simbolizam “um importante testemunho das temporalidades que compõem as múltiplas experiências vividas, individual ou coletivamente” (NOGUEIRA, 2008, p. 324). Com base neste fundamento, o que se reporta diz respeito a uma série de situações que acabaram por impedir o desfecho de inspeção arqueológica por duas oportunidades. A primeira em 2007 e a segunda em 2018.

Da primeira tentativa, até os dias de hoje, passaram-se 17 anos que a localidade de São Borja foi noticiada da existência das “pedras regulares” da igreja matriz missioneira. O reconhecimento da área em questão se deu em decorrência

de obras que aconteciam, nas imediações da praça XV de novembro, por conta de uma rede de telefonia que deveria ser estendida até o centro, a fim de assistir e garantir uma melhor distribuição de internet para o centro e parte comercial da cidade. Para ser mais preciso a descoberta ou o (re) encontro com o vestígio missioneiro (diga-se patrimônio) se deu em frente à igreja Matriz de São Francisco de Borja.



**Imagens 01 e 02** – Créditos das fotografias de Cristiano Devicari, gentilmente repassadas pelo próprio a fim de fazer constar na nossa investigação.

Na época, a descoberta foi muito comemorada e não foram poucos os atores que classificaram aquele momento como de suma importância, para não dizer único, uma vez que se tinha a oportunidade de ver a localidade se aproximar das antigas reduções jesuíticas, ou das localidades que realizaram seus reconhecimentos arqueológicos.

Como não poderia ser diferente, a notícia tomou conta de muitos investigadores e também de muitos munícipes que se mostravam eufóricos em meio

a referida “descoberta”. Alguns, especialmente curiosos, procuravam suprir a expectativa aproximando-a a uma série de impaciências pessoais um tanto já conhecidas das gerações de são-borjenses. O “grande achado” reservou um documento muito importante, assim elaborado pela arqueóloga responsável pelas inspeções, a Dr<sup>a</sup>. Raquel Reck, conhecido como “Laudo de Vistoria Arqueológica” que catalogou dentre outras coisas, a “existência de vestígios relacionados ao período reducional em subsuperfície”. Conforme consta:

A referida trincheira foi aberta pela empresa ETE, a serviço da Brasil Telecom, no asfalto rente ao meio-fio da margem direita da Rua Aparício Mariense, em frente à Igreja Matriz, compreendendo 50 cm de largura por predominantemente 70cm de profundidade.

Os reparos urbanos, por sua vez, não puderam ser evitados, o que acabou por tornar o problema de competência municipal. Isso foi informado por um dos personagens de grande relevância na época, o então Diretor do Departamento de Assuntos Culturais, o Sr. Fernando Rodrigues, a iniciativa partiu do setor do qual era responsável, e o objetivo consistia na solicitação de um estudo “de verificação de vestígios arqueológicos” (laudo).

Os resultados, até hoje, ainda preliminares, apontaram as seguintes conclusões: “O alicerce Oeste tem 2m de largura e o alicerce Leste possui 1,6m de largura, sendo distanciados um do outro em 9,8m. Estes vestígios são característicos das fundações das edificações do período reducional jesuítico-guarani do séc. XVII e XVIII”. O traçado original não pode ser conferido *in loco*, todavia, o conjunto e a disposição das pedras indicavam se tratar do “pórtico de entrada central do antigo templo jesuítico, no centro da quadra em frente a atual praça central”.

De uso das informações e cientes da importância que competia o momento salientado, eis que o caso foi simplesmente relegado ao esquecimento, mas contendo uma breve recomendação à empresa que prestava os serviços, que a mesma pudesse alterar o percurso e o “traçado da tubulação de rede telefônica para a margem esquerda da Rua Aparício Mariense a fim de que o local possa ser resguardado para a elaboração de projeto de investigação arqueológica que permita uma identificação mais aprofundada dos remanescentes da antiga redução jesuítica de São Francisco de Borja”.

Como se tudo que debateu até agora não fosse suficiente o bastante para demonstrar o desprezo ao patrimônio. Em 2018, um novo episódio lançou luz para a São Borja missioneira. Reporto-me ao episódio que envolveu a “casa de pedra”, para alguns uma botica missioneira, que com passar dos anos, seguiu suas atividades com as consequentes farmácias, que faziam uso do imóvel e que hoje serve para uma franquia de vestuários.

O evento da loja Gang, antiga Pharmácia são-borjense, chegou a contar com um empenho inicial da mídia local, como deixa conferir a Capa da Folha de São Borja que circulou no dia 12 de maio de 2018. Com uma chamada nem um pouco apropriada de título “Reformas e demolições no centro precisam de aval do IPHAN”.



**Imagem 03** – Acervo digital da Folha de São Borja, Capa, Edição 4192, que circulou no dia 12 de Maio de 2018.

Não demorou muito para que a notícia se espalhasse pela cidade. Mais uma vez, a ausência de uma política municipal de amparo ao patrimônio histórico e arqueológico dificultou e muito o desenrolar do evento. De qualquer forma, o afã pela notícia fez com que alguns pesquisadores da temática se colocassem a caminho da antiga casa de pedra com vistas a conhecer qual seria o procedimento de defesa por parte da franquia de roupas.

O movimento acabou resultando numa audiência pública no dia 31 de outubro de 2018. Na oportunidade, a técnica que representava a entidade IPHAN, a Dr<sup>a</sup> Raquel Rech, anunciou a inclusão do município no Cadastro Nacional de Sítios

Arqueológicos do IPHAN. Oficialmente a cidade de São Borja assumiu a condição de sítio arqueológico no dia 3 de outubro daquele ano, conforme inscrição CNSA RS 03814 junto ao cadastro nacional de sítios arqueológicos do IPHAN.

Reforçando o que afirmou o consagrado investigador de políticas públicas, o evento em questão contou com um público em torno de 400 pessoas, grande maioria jovens, estudantes e acadêmicos. De um lado, aconteceu a representação do poder executivo, representado nas autoridades do Sr. Secretário de Planejamento, e o Secretário do Departamento Jurídico. Do outro, a representação da comunidade por intermédio de interessados do campo universitário e tecnológico da cidade, em especial Unipampa, IFFAR e Uergs.

Dos debates e das exposições ficou condicionado ao poder Executivo que o mesmo pudesse avaliar a criação de uma Junta Protetiva e de sinalização e de Amparo ao sítio, e também fizesse constar, no edital do concurso, que se encontrava em estágio de elaboração a inclusão dos respectivos cargos: um arqueólogo, um turismólogo, um arquivologista. De todos os pedidos que a comunidade solicitou e reconheceu em ata pública apenas um procedimento se configurou: a previsão de inclusão de uma turismóloga concursada, e que após anos de espera, depois de aprovada em concurso público, Tatiana Paz, conseguiu assumir o cargo.



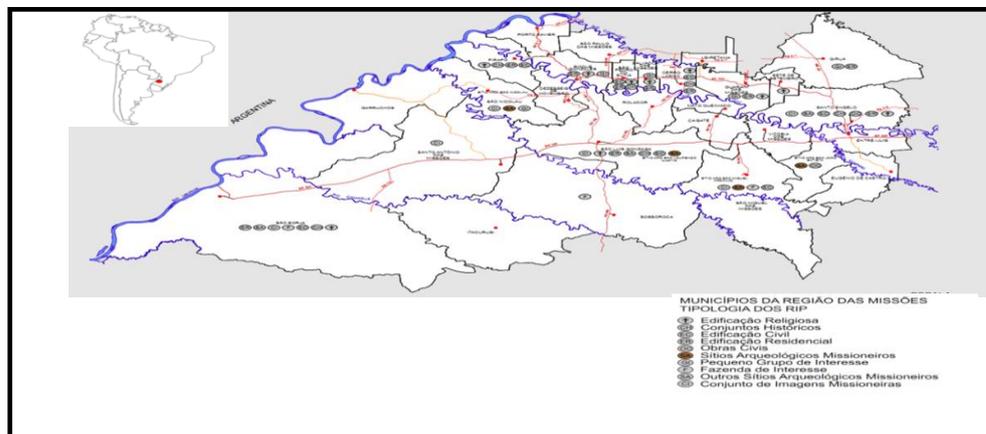
Imagem 04 – Acervo digital da Folha de São Borja, Edição 4192, p. 9, do dia 12 de Maio de 2018.

Persistimos como o único município que jamais explorou o seu subsolo com escavações arqueológicas para fins de pesquisas e atrativos turísticos. De imediato

é bom esclarecer que dentre os “Sete Povos Missioneiros” localizados em território sul-rio-grandense, apenas o município de São Borja ainda não explorou o seu subsolo com escavações arqueológicas para fins de pesquisas e atrativo turístico. – Que é o reconhecimento teórico e patrimonial e arqueológico da localidade. Porém a antiga redução de São Francisco de Borja, como já é de conhecimento público, por algumas décadas despertou o interesse de muitos investigadores. Esse interesse se dá em virtude da importância histórica, cultural, geográfica, geopolítica e também arqueológica. Para ser mais preciso, o contexto originalmente começa a chamar atenção, a partir do momento em que a localidade passa a ser postulada como uma cidade de “estatutárias sacras”.

O conteúdo foi salientado de maneira pioneira pelo arquiteto Lúcio Costa nos idos de 1941. Desde então, o que temos é um acúmulo de conhecimento que acabou por resultar numa reserva em estudos, que não se contém tão somente, na arte barroca, mas também, no que abrange o desenvolvimento regional pelo patrimônio material e imaterial; dentre os quais merece o destaque o projeto Levantamento de Elementos Turístico-Patrimoniais da Região das Missões, desenvolvido pelo convênio IPHAN-IAPH (2006-2009). A proposta auxilia e muito na realização do nosso estudo, em virtude de ter sido o único projeto regional que contemplou a totalidade de municípios missioneiros<sup>24</sup>.

Figura 1. Mapa com a distribuição das tipologias dos recursos de interesse patrimonial regional.



Fonte: Convênio IAPH-IPHAN, retirado de: PINTO, Muriel e MAURER, Rodrigo, RETAMOSO, Alex (2015).

<sup>24</sup>Conforme o PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a Região das Missões encontra-se em situação de estagnação socioeconômica.

Por outro lado, São Borja segue como um dos três municípios (juntamente de Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga) dos Sete Povos Missioneiros (de alto potencial) que necessitam reconhecer por completo os seus sítios, uma vez que seus vestígios estão “completamente sob o solo do centro histórico moderno” (IPHAN, 2008, p. 23). Seja como for, estamos diante de um fato materializado que tende ainda de ser compreendido na sua extensão através de um conjunto estruturado de valores que se consubstancia por meio de uma operação de recomeços e reviravoltas cognitivas. Se atendo ao patrimônio missioneiro de São Borja, a municipalidade possui elementos culturais que chamam atenção, não só pela grande quantidade de imaginárias, como também, por possuir resquícios arqueológicos que raramente foram estudados.

Já se passaram mais de quinze anos desde que foi tentada a primeira iniciativa de reconhecimento arqueológico do sítio de São Borja. Comprovadamente, faltam ações concretas que façam ampliar explicações de maior alcance no tocante a efetivação do sítio arqueológico da Redução jesuítico-guarani de San Francisco de Borja, que até o momento se encontra desvalorizado gradativamente fragmentado pela falta de políticas públicas que venham a conferir a desejada salvaguarda daquele.

E tudo isto, apesar de estar formalmente inscrito e em andamento nos anais do Iphan através do nome de Redução Jesuítica de São Francisco de Borja, com outras designações e siglas: SFB CNSA: RS 03814; Município: São Borja UF: RS e descrito sumariamente como: Sítio de ocupação jesuítico-guarani, e com fontes históricas apontando três possíveis datas de fundação (1682, 1687 ou 1690) pela Companhia de Jesus, que pertenceram aos Trinta Povos Guarani, e mais especificamente aos Sete Povos Missioneiros do Brasil, ainda não foi sequer reconhecido pelas autoridades competentes do poder municipal.

A valorização do Patrimônio Cultural significa que ele deve ser protegido através dos sujeitos que detêm o conhecimento, permeada pela sensibilização e conscientização de que a preservação deve ser realizada através de políticas públicas que abarquem os atores das comunidades e os agentes concatenados com os bens portadores da memória coletiva e da identidade cultural dos diversos grupos sociais locais.

A necessária revisão em reconhecimento ao patrimônio chegou a fazer com que a própria arqueóloga responsável, Raquel Rech, viesse a elaborar meses depois um projeto piloto que ambicionava conferir “Investigação Arqueológica dos Subterrâneos do Sítio da Antiga Redução de São Francisco de Borja – RS”. Nele estava prevista a realização de campo e de laboratório ao longo de 12 (doze) meses, com o intuito de encontrar estruturas e artefatos dos séculos XVII e XVIII. O que até hoje não aconteceu.



**Imagem 05** – Acervo Armazém da Cultura e Revista Orgulho de ser Missioneiro. Méritos das imagens ao pesquisador Fernando Rodrigues

Numa comparação rápida, muitas falhas se repetiram da primeira para a segunda oportunidade. Em 2007, como já salientamos, coube ao Departamento de Assuntos Culturais da Prefeitura Municipal de São Borja, assumir a responsabilidade do acontecido, em 2018 nada disso se concretizou. Ainda se nota, que a falta de uma política pública prejudica consideravelmente a compreensão da temática.

De outra forma, manifestações desse porte prejudicam e muito a construção saudável de uma agenda da cidade. Não por acaso, Secchi nos brinda com uma manifestação que nos faz acreditar num desfecho muito mais qualificado do que ora conhecemos. A isso, cabe entender que o tema de “políticas públicas tratam de conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (SECCHI, 2014, p. 1).

Supostamente, qual seja o motivo para tamanho atraso, o fato é que mais uma vez, a expectativa não se comprovou! O que se faz entender que mesmo com alternância de poder e de gestores, as incoerências para com o patrimônio missioneiro ainda persistem. Não está claro o motivo para isso, mas é necessário reconhecer os motivos a fim de auxiliar na construção de um propósito, que faça superar qualquer barreira em prol do sítio arqueológico.

Pela falta de conhecimento do espólio missioneiro, por parte significativa da população são-borjense, justifica-se a não inclusão desses atrativos na agenda pública pela sua pouca monumentalidade, mas concomitante a este fato, existe uma ausência de abordagens relativas à questão da implantação de uma política pública que esteja comprometida a consolidar a execução do processo já reconhecido e em andamento pelo IPHAN, no que se refere ao sítio arqueológico da redução jesuítico-guarani de São Francisco de Borja.

Ao se analisar esta problemática, percebe-se que ocorrem discussões paralelas e desencontradas entre os atores políticos municipais, acerca da utilização e forma de adotar-se efetivamente um maior cuidado de aliar-se turismo, arqueologia e preservação em decorrência da ausência de modelos estruturados para a prática do tripé: preservação, turismo e economia. Entende-se, por atores políticos, um conjunto de indivíduos, grupos e organizações, para além do aparato estatal, que atuam na arena política no sentido de construir a agenda.

### **2.3. O PATRIMÔNIO, A ECONOMIA DO TURISMO, E SUAS POSSIBILIDADES**

A atividade turística se mostra cada vez mais imprescindível, no contexto da economia, como fonte de geração de emprego e renda contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, bem como fonte de conhecimento, de inclusão social e desenvolvimento local. O turismo tem forte relação com o patrimônio

cultural e ocorre com mais intensidade em cidades históricas, onde a memória habita. Nesse contexto, Roveda (2003) afirma que estamos assistindo ao crescimento e a criação de uma indústria mundial forte e o patrimônio cultural é um ator responsável nessa transformação.

Em todo caso, a prática do bem comum não está lançada e nem o será, se não houver uma efetiva ação de rememoração no tempo presente. Todavia, não é de todo errado, lembrar que é dentro de algumas premissas teóricas que se procura estabelecer um sentido lógico para temáticas já saturadas pelo uso do passado ou da situação imposta, conforme as conveniências de rentabilidade financeira. Por conta da variedade advertida no levantamento, passa-se a saber que os principais polos culturais regionais estão localizados por ordem nos municípios de São Borja, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo, o que representa uma sugestão alternativa de turismo a outros pontos de influência que não o já consagrado sítio histórico de São Miguel.

No entanto, pode-se observar que já ocorrem, neste sentido, ações e práticas paralelas aos órgãos oficiais, organizadas pelos atores políticos da sociedade civil, na busca deste reconhecimento e pensando o aproveitamento como um nicho, na cadeia produtiva, que tende a tornar-se no turismo-economia do município. A maioria dos patrimônios não são bem vistos pelas autoridades, pois geralmente se localizam na parte central dos municípios e ao tornarem oficiais e tombados ficam dependentes de autorizações e apreciações dos órgãos responsáveis pela preservação e conservação, isto é, IPHAN, IPHAE, etc.

Existe um pensamento em voga, principalmente, nos bancos acadêmicos, bem definido, que entende que conservar e preservar não é ser contra o progresso econômico<sup>25</sup>. Evidentemente que a tal modernização das cidades, deve buscar novas formas de gerir, isto é, de aliar o antigo com o novo, que as novas construções devam surgir e propiciar uma mudança na paisagem remodelada, mas o que não deve ocorrer é ser deixado de lado a preservação e a conservação do

---

<sup>25</sup>RILLO, Aparício; O'DONELL, Fernando. *Populário São-Borjense*. São Borja: Nova Prova, 1985 [2004]. SCARAMELLA, Giovane. Onde está a redução jesuítica missioneira? In: *Jornal das missões*, 15 de dezembro de 1990.; VILLEGAS, Mathilde. Evolução e diagnóstico dos recursos de interesse patrimonial da região das missões. IPHAN. IAPH. URI. In: *Levantamento do patrimônio cultural e natural da região das missões*. Santo Ângelo, 2008.

patrimônio histórico, por mais que esse afete as estruturas até então determinante no seu *modus operandis*, pois ele definitivamente representa a materialização da história e da identidade cultural coletiva do local aferido.

Neste sentido, que se faz necessário o tombamento do sítio, pois através desta percepção, as atividades voltadas a preservar, e possibilidade de um contato mais efetivo com os população local, e os interessados a (re)conhecer o passado reducional missioneiro através do turismo-cultural como o que ocorre com os outros povoados missioneiros e que se tornou economicamente atrativo.

#### **2.4. O MARCO LEGAL DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO**

Conforme a *Carta de Atenas de 1933*, as “grandes criações da humanidade” passam a ser consideradas como Patrimônio<sup>26</sup>. Em verdade aquelas ficam atestadas como Monumentos de Arte e de História. Esse é o momento em que os líderes mundiais passam a ser sensibilizados a considerar bens de interesse histórico, artístico e científico – fosse no âmbito documental, como no âmbito do testemunho.

Por Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, o Brasil é conduzido a admitir como Patrimônio Histórico e artístico e cultural todos fatores que pudessem retratar os “feitos da História brasileira”. Posto desta forma, é o mesmo que dizer que como todos os países de evidência do mundo, inclusive o Brasil do Estado Novo, não poderia perder a oportunidade de fazer desaparecer o legado da velha república a subsequentes aparências. Aos poucos, foi restando somente examinar essas implicações e suas contradições para velharias ultrapassadas.

Conforme se verifica, a humanidade dos tempos imediatos demorou algumas décadas para entender que os patrimônios por si só, apresentam-se como consequências perduráveis e daí por diante devem se fazer constar em Tratados que façam reduzir as chances de novas infrações junto à “memória” do “globo

---

<sup>26</sup>CORBUSIER, Le (Org.). *Carta de Atenas*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989. Há, ainda, a transcrição na íntegra da Carta de Atenas, para saber mais, acompanhar: <http://portal.iphan.gov.br>

patrimonial”<sup>27</sup>. Aliás, essa noite, conforme pesquisamos, surge em decorrência das Resoluções de Haia de 1954.

Quando o conceito de patrimônio passa a ser referenciado como um propósito “bens culturais”, enquanto categorias materiais e imateriais – isto é – fazendo contemplar os monumentos de arquitetura e ou arqueológicos. É por meio desse entendimento que passam a ser formalizados os “centros monumentais”, isto é, os sítios históricos, de arte, religiosos ou seculares. A medida não só foi apropriada pelos países do velho mundo como ganhou uma adaptação para o Brasil<sup>28</sup>, com a intenção de salvaguardar os bens no território nacional.

Em 1964 passa a vigorar a *Carta de Veneza*. Em tese, essa ação aconteceu com a intenção de ampliar os pressupostos que estavam retratados na *Carta de Atenas*. Em verdade, é o momento em que as “obras de menor envergadura arquitetônica” passam a ser consideradas importantes, pois acompanham os pontos menores do homem histórico. O caráter cultural passa a ser decisivo na caracterização de fundo. O critério passa a ser o “testemunho vivo de tradições seculares”. Outro acréscimo a ser referenciado ao aproveitamento patrimonial é que o conceito de patrimônio passa a servir tanto para os sítios urbanos quanto para os rurais.

## **2.5. PATRIMÔNIO HISTÓRICO, IDENTIDADE CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Sem dúvida, a falta de interesse público relativo a um modelo preservacionista, pode ser imputada a vários aspectos, mas em especial à falta de conhecimento do que deve ser preservado por aqueles que deveriam garantir a preservação, no caso, o poder público. Falta ainda dizer que o patrimônio arqueológico da antiga redução jesuítico-guarani de São Francisco de Borja representa um tempo histórico que foi ofertado apenas uma única vez. Ou seja, não pode mais ser repetido, cabe, portanto às autoridades competentes perceberem da

---

<sup>27</sup>A descrição foi retirada de: DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO/SECRETARIA. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. Dph, São Paulo: 1992.

<sup>28</sup>HAIÁ. *Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado*. Haia, 14 maio 1954. Disponível em: <https://bit.ly/2OUDVAF>

necessidade de aproximar a localidade para as experiências de sucesso e que se fazem conferir em outros municípios da nossa federação<sup>29</sup>.

Como se vê, existem um sem número de sítios arqueológicos espalhados por toda a região, quatro deles reconhecidos como patrimônio. Partindo de São Miguel Arcanjo, declarado Patrimônio Nacional em 1938 e da Humanidade em 1983, São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau declarados Patrimônio Nacional em 1970. Estes quatro sítios arqueológicos são reconhecidos pelo Governo federal, como o Parque Histórico Nacional das Missões, que englobam além dos sítios os municípios em que os mesmos estão inseridos (VILLEGAS, 2008).

Como parte de uma multiplicação de saberes, esta pesquisa resulta de um entendimento regional já conhecido, que toma em conta uma identidade que é vivida e simbolizada nos arredores urbanos de São Borja, onde fica constatado uma diversidade de elementos culturais que remetem ao período reducional da localidade<sup>30</sup>. Pinto (2015), após melhor interpretar os marcadores territoriais missioneiros sustenta que localidade ainda comporta, mesmo nos dias de hoje, uma influência da ancestralidade tradicional indígena que faz reportar significados que estariam a confirmar a identidade missioneira de São Borja.

Sustenta ainda, que por intermédio dessa ancestralidade haveria uma sobreposição e articulação com outros marcadores, como os artistas musicais, registros de crenças, pontos de memória e marcadores vivos e fabricados, sejam eles de ordem eclética e ou político regional. Reforçando, o conteúdo um tanto vasto se inclina ao cabo e ao fim na consagração de uma potencialidade patrimonial que precisa ser explorada para fins socioeducativos, quanto comerciais.

---

<sup>29</sup>ANTONINI; NITO; NEVES. Construindo uma rede de educação patrimonial: a experiência da rede paulista de educação patrimonial (REDEP). In: *Revista CPC.*, vol. 14, 27 esp., 2019. RISCADO, Erminia. Desenvolvimento turístico e gestão participativa em sítios históricos urbanos: uma contribuição teórico-conceitual sobre o cenário brasileiro. In: *Intersecções: revista de estudos interdisciplinares*, vol. 21 (3), 2019.

<sup>30</sup>Importa destacar as produções: PINTO, Muriel; MAURER, Rodrigo. Quando a geo-história avança sobre os significados de um espaço urbano: as paisagens culturais e as transformações identitárias da fronteira Brasil-Argentina. In: *Eure*. Vol. 40, n. 120, pp. 135-158, 2014. PINTO, Muriel; MAURER, Rodrigo; RETAMOSO, ALEX S. Comunidade tradicionais, marcadores territoriais e identidades sociais: um novo pensar do desenvolvimento territorial transfronteiriço entre antigas reduções missioneiras. In: *Perspectiva geográfica*. Ed. Esp. V. 11, n. 15, pp. 105-116, 2016.

Nos mais diferentes momentos da história humana, os patrimônios estiveram a corresponder a um jogo de dualidade temporal – entre o ato de preservar ou não preservar<sup>31</sup>. Por isso, muitos foram os cenários de profundas formas de violências, cujas complexidades originaram múltiplos debates produzidos por representantes dos mais diversos setores. No geral, estas arenas de debates fizeram reconhecer as múltiplas faces da violência, fossem elas de caráter depredatório como de caráter narrativo – quanto se tinha por princípio desvanecer ou colocar em esquecimento os patrimônios que condiziam a história não verdadeira – ou aquela que pudesse desqualificar o tempo pretérito das ações que se colocavam a caminho da memória e o desuso daquela.

**Imagem 02** – Projeção e planta da poligonal diferenciada. Retirado de BISONHIM, 2011, p. 118.

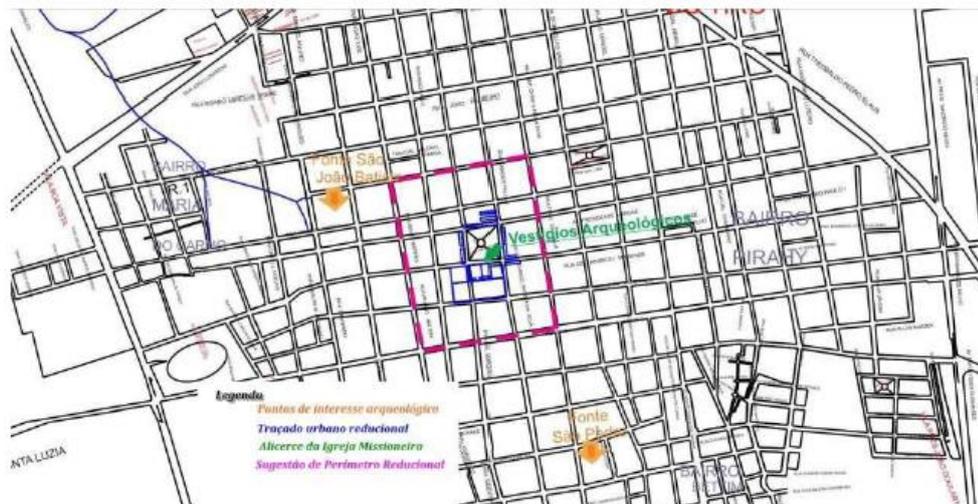


Fig. 7 - Proposta de Carta de Potencial Arqueológico para o Município de São Borja com poligonal diferenciada (BISONHIM, 2011: 118)

Afastando-se um pouco do arcabouço jurídico e se colocando a caminho da antropologia urbana, várias são as facetas que impregnam as relações do homem moderno e suas promoções de violência para com a sociedade humana – isto é a sociedade das coisas. Na mais simples das explicações que podem ser realizadas no campo, haveria formas de se praticar a violência e por conta disso, é comum considerá-la como parte cultural constante nos aspectos da sociedade dominante.

O patrimônio histórico arqueológico pode e deve ser entendido como qualquer edificação que esteja aparente ou não no solo ou subsolo, e que

<sup>31</sup>COLVERO & MAURER: 2019.

representem parte da história missioneira local do município. Para as pessoas que buscam conhecer as historicidades de determinados lugares, uma das primeiras coisas que procuram são os prédios históricos, construções ou vestígios que representem ou trazem em suas características as evidências dos atores que por ali habitaram,

No caso específico de São Borja, vários prédios pertencentes ou não a figuras relevantes do município, aos poucos, muito em função do descaso, foram demolidos e desapareceram do cenário, como, por exemplo, a casas onde nasceu o ex-presidente Getúlio Dornelles Vargas e a casa em que morou Aparício Mariense da Silva. Construções que estavam localizadas no quadrilátero da Praça Central, que acabaram por sucumbir em razão da especulação imobiliária, que eram verdadeiras testemunhas da historicidade local, e que faziam parte da ligação entre a população local e sua identidade histórico-cultural.

Ecléa Bosi, foi muito feliz ao escrever em 1979, que as lembranças se apoiam nas pedras da cidade. De maneira repetida, as boas lembranças necessitam sempre ser recordadas. Essa prática de convívio não só promove uma ação de pertencimento afetivo, como faz com que se habituem a não esquecer das ações que certa feita tiveram importância para os antepassados.



**Imagem 06** – Créditos do autor. Parte do público que acompanhou a audiência pública.

A fotografia acima, não só demonstra como justifica a afirmação de Leonardo Secchi, quando diz que “para que um problema seja considerado “público”, os atores políticos devem considerá-lo um problema relevante de interesse geral” (SECCHI, 2014, p. 7).

A esse respeito, todavia, nunca é demais perceber que “é relevante não apenas historicizar a noção de patrimônio, mapeando sua evolução ao longo do tempo, mas também analisar o processo de construção do mesmo, buscando as práticas e representações a ele associadas” (POSSAMAI, 2000, p. 14). Noutras palavras, a diversidade de manifestações, tangíveis ou intangíveis, materiais ou imateriais se ajustam como um processo permanente de aprendizado. E o que motiva, o reavivamento da memória é de suma importância, devido a construção de uma identidade consistente de um determinado povo. Para isso, é necessário que não deixe de rememorar, ir em busca das raízes, das origens, do âmago da sua história” (LE GOFF, 1994, p. 108).

Isso explica também, que os princípios teóricos fundamentais, na maior parte das vezes, possuem características próprias de análise, todavia, no sentido pedagógico da questão, a educação patrimonial, embora abrangente, facilita sobremaneira a aproximação para com hábitos que antecedem a relação do homem moderno. Talvez, por isso Carmen Nogueira e Daniela Burkhard, tenham sido muito felizes ao concluir que os patrimônios cumprem um “importante testemunho das temporalidades que compõem as múltiplas experiências vividas, individual ou coletivamente” (NOGUEIRA & BURKHARD: 2008, p. 324).

É muito comum associar-se o conceito de patrimônio como uma reação de conhecimento que adita a memória (*memini*) ou ao monumento (*monumentum*). Essas projeções aparentemente definitivas, no âmbito da preservação, na verdade revelam uma conjuntura por demais influenciável, uma vez que, inclui uma série de situações que remontam o caráter simbólico, do sentir, agir e do pensar em sociedade, por meio de uma relação mantida em acordo com o seu próprio ser do passado. Não se trata, portanto, de um problema que condiciona uma falsa tentativa de importância, mas retrata por excelência uma aplicação intencional das responsabilidades intermináveis que se mantêm ao curso dos eventos que se julgam merecedores de uma valorização permanente.

De qualquer forma, o século XX definiu uma linha de orientação para “a humanidade patrimonial” que teve de ser acompanhada para recuperar saldos negativos da segunda guerra mundial. Primeiro, porque foi por circunstância da guerra e principalmente das suas devastações, que as autoridades de estado passaram a compreender e amparar os monumentos, os palácios, os túmulos, as obras de arte e tudo que permitisse emitir as riquezas culturais das nações por parte dos acervos salvaguardados. E segundo, que o período de recuperação, foi o momento de fazer lembrar do todo, que um dia tiveram até ser dado o primeiro tiro do combate. Resumindo, foi necessário contar os cacos de pedras antigas para demonstrar quão profundas são as cicatrizes do tempo que deixam de contar com seus patrimônios visíveis<sup>32</sup>.

Dá para se dizer que por circunstâncias decorrentes do desfecho e de suas lamentáveis devastações, o homem passou a compreender a importância que compete a sua representativa através de fatos memoráveis. Dos países de terceiro mundo, talvez pacientes com as recorrentes projeções do velho mundo, passaram a “se conceber” apenas na década de 1970, quando foi promovida a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – Unesco. Conforme entendemos a interpretação de patrimônio implica na formulação de apropriações de sensibilidades que não se resumem apenas a um valor estético, mas sim a uma importância que faz do patrimônio uma correção educativa para o homem dos tempos modernos.

Na origem do problema, os patrimônios representam a memória das sociedades. Simbolizam “um importante testemunho das temporalidades que compõem as múltiplas experiências vividas, individual ou coletivamente” (NOGUEIRA, 2008, p. 324). Nestas condições, e simplesmente através delas, é comum dizer que a prática do bem comum permite dentre outras coisas, efetivar um cotidiano que se auto gera e regenera-se pelo convívio aplicado entre os pares que se fazem representar pelas suas semelhanças e não por suas diferenças. Sem mais, cabe sistematizar princípios basilares que garantam uma elaboração de projetos de sinalização dos bens, indicando assim um planejamento a ser acompanhado pelos agentes políticos e respectivas instâncias do poder local.

---

<sup>32</sup>Como referência, me utilizo: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. IPHAN, Rio de Janeiro: 3ª ed., 2004.

Dos países de terceiro mundo, talvez pacientes com as contumazes ilustrações do velho mundo, passaram a se conceber apenas na década de 1970, no ato da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco. A concepção de patrimônio cultural imaterial ganha atenção na XXV Conferência da Unesco (1989). Em 2003, a UNESCO estabelece a Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e este passa a ser classificado de modo a satisfazer uma série de manifestações dentre as quais preservar as “práticas sociais” dentre as nações. Como podemos entender a interpretação do que vem a ser classificado como um patrimônio cultural imaterial implica na formulação de uma nova apropriação de sensibilidades do convívio que faz amparar toda manifestação de interesse sem levar em conta o valor estético, mas sim a importância daquela no decorrer dos tempos modernos. E atualmente:

A educação patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural<sup>33</sup>.

Nestas condições, e simplesmente através delas, é comum dizer que a prática do bem comum permite dentre outras coisas, efetivar um cotidiano que se autogere e regenera-se pelo convívio aplicado entre os pares que se fazem conhecer por suas semelhanças – ou aquilo que os torna iguais. Nesse pressuposto, cabe mencionar que esse modelo perante o entendimento por ora aproveitado, só pode ser alcançado por ações repetitivas. Aliás, é um consenso entre os investigadores que avaliam São Borja, classificar que o dispositivo, uma vez que por meio da educação patrimonial, ficam retratadas as noções de memória e identidade de um território, como também, os *modus operandis* regionais através dos resquícios arqueológicos.

Ao analisar o patrimônio histórico-cultural, entende-se que este é um bem comum da humanidade, pois, afinal, edificações, monumentos, museus, instituições

---

<sup>33</sup> IPHAN. *Ata da 1ª reunião da coordenação nacional do projeto de cooperação técnica internacional 914BRZ4016*. Valorização da paisagem cultural e do parque histórico nacional das missões jesuíticas dos Guaranis. São Miguel das Missões, Brasil, 2014.

culturais e científicas são pertencentes a herança comum de todos os povos, e que devem ser protegidos como tal. Falta ainda dizer que o patrimônio arqueológico da antiga redução de São Borja representa um intervalo temporal histórico que foi ofertado apenas uma única vez. Os registros mais antigos que comprovam a relação do homem para com a sociedade das coisas deixam entender que sua relação começa efetivamente quando ele próprio passa a promover e emitir sua leitura de mundo de modo a não ser mais esquecido.

### **3 DESCRIÇÃO E DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA PÚBLICO ESTUDADO**

Neste capítulo, serão abordados temas que refletem sobre as origens e histórias do abandono da história das missões. Segundo Leonardo Secchi (2010), o diagnóstico do problema público é o trabalho analítico de identificação do problema público, sua amplitude, intensidade, seu contexto, suas causas e consequências e seu potencial de tratamento.

#### **3.1. ORIGEM E HISTÓRICO DO ABANDONO DO PATRIMÔNIO MISSIONEIRO EM SÃO BORJA**

A história do abandono e da conseqüente desvalorização do patrimônio material herdado da Redução Jesuítico-Guarani de São Francisco de Borja, tem uma longa trajetória, que vai do final do século XVIII, com a Guerra Guaranítica, até o século XXI, em nossos dias. De início, o gatilho da guerra guaranítica, em que de um lado as coroas da Espanha e de Portugal e de outro, os índios guaranis das missões jesuíticas do Sul da América do Sul organizados pelos padres jesuítas destas missões, foi o Tratado de Madri. Para Quevedo (1994, p.11), o que gerou a reação armada dos índios missioneiros foi o artigo 16 que determinava a remoção da massa de índios tapes de seus "pueblos" para outras 'terras da Espanha'. Os portugueses tinham condicionado o recebimento das Missões livres dos habitantes.

Durante a fase inicial da guerra, em 1754, foi acertado pelos comissários responsáveis pela demarcação das novas fronteiras com o governo de Buenos Aires, em uma reunião na capital do Vice-Reino do Prata, as operações que deveriam acontecer na região das missões orientais, nas quais, segundo Quevedo (1994, p.16), "o exército espanhol, sob às ordens do Governador de Buenos Aires, D. José Andonaegui deveria atacar o povo de São Borja (até 15 de julho)".

Após a resistência indígena, sob o Comando do líder indígena Sepé Tiaraju, aos ataques das forças unidas das coroas Ibéricas, os esforços para o não cumprimento do Tratado de Madri acabaram na batalha de Caiboaté, onde o exército guarani foi dizimado. Como nos mostra Quevedo (1994, p.23), "praticamente, em dezembro de 1756 a Guerra Guaranítica tinha chegado ao seu fim. As tropas guarani-missioneiras sucumbiram ante ao poderoso exército luso-espanhol."

O fim da Guerra Guaranítica dá início a um lento, mas progressivo processo de desaparecimento do que tinha sido a redução jesuítico-guarani de São Francisco de Borja. Para Bisonhin (2011, p.40-41), “a cultura Missioneira começou a desmoronar com as primeiras invasões dos espanhóis e portugueses, e arruinou-se de vez com a expulsão dos jesuítas”.

O Tratado de Madrid é anulado em 1761 pelo Tratado de El Pardo, que segundo Bisonhin (2011, p.41), “diz aos índios que resistiram aos conflitos durante a Guerra Guaranítica que voltassem às Missões. Ainda para a mesma autora e mesma página, “a saída dos padres Jesuítas foi ordenada por Carlos III, rei da Espanha, em 27 de fevereiro de 1767, de todo o território espanhol”, o que dificultava e até impossibilitava a retomada do projeto missioneiro.

Alguns índios voltaram para as missões, mas como escreve Bisonhin (2011, p.41), com a abolição da ordem dos jesuítas em 1773, pelo Papa, os trinta povos das Missões passaram a ser administradas pela Coroa Espanhola. Com relação aos sete povos das missões orientais do rio Uruguai, “a conversão do território das Missões para Portugal se deu, através do Tratado de Badajós consolidado em 1801”.

A partir de agora, em função da escassez de fontes documentais, os estudos orientaram-se a partir dos relatos de alguns viajantes que passaram por São Borja após a Guerra Guaranítica, e segundo Bisonhin (2011, p.28), “fizeram seus registros em seus diários relatando a situação que se encontrava a redução.” Destaca-se que a mesma autora na mesma página ressaltou “a importância do uso do diário como fonte de pesquisa, dá-se através do ‘privilegiado olhar individual’ que o autor proporciona, caracterizado pela singularidade em cada anotação”.

O nobre botânico, Auguste de Saint’Hilaire tinha 37 anos quando veio para o Brasil em 1816. Sobre a redução jesuítico-guarani de São Francisco de Borja, o viajante relata que no dia 19 de fevereiro de 1821, segundo Bisonhin (2011, p.29), “ao adentrar no povoado a primeira imagem que lhe chama atenção é a da igreja, impressiona-se com o estado de decadência e abandono”.

No mesmo dia citado, no parágrafo anterior, e para a mesma autora e mesma página, o naturalista francês descreve a igreja como sendo uma “construção já um

tanto quanto destruída.” Ainda segundo Bisonhin (2011, p.31), e 65 anos após o fim da guerra guaranítica, Saint’Hilaire relata que “apesar de se manter limpa, mas por apresentar grande parte de sua construção em madeira, pela falta de cal, logo a igreja estaria em ruínas, pois não eram feitos reparos à edificação há bastante tempo”.

Mais tarde, em 1828, São Borja foi palco da invasão de um exército uruguaio comandado por Barnabé Rivera, meio-irmão do caudilho uruguaio Frutuoso Rivera, que estava no comando geral da expedição. Não tendo conseguido conquistar o antigo território espanhol para a sua República Oriental do Uruguai, voltou para a banda oriental, como afirma Rillo (2012, p.18), após saquear todos os povos das missões, inclusive São Borja, suas casas, estâncias e igreja. Desta, retirou tudo que havia de valor, com exceção de imagens e peças de menor vulto que alguns moradores conseguiram ocultar”. E, na mesma página, o mesmo autor afirma que os orientais levaram “um botim de guerra de incalculável valor, carregado em 60 carretas carregadas por boi”.

São Borja, para Rillo (2012, p.22), teve uma breve participação na Revolução Farroupilha, de 1835 a 1845, que opôs os rio-grandenses e o Império do Brasil, no período anterior à maioria do imperador Dom Pedro II. O combate mais importante aconteceu, para Rillo (2012, p.22), “nas pontas do rio Butuí, em 26 de dezembro de 1843, entre as forças farrapas comandadas pelo Gen. João Antônio da Silveira e os legalistas a mando de Antônio Fernandes Lima e Demétrio Ribeiro, com a vitória destes últimos”.

Neste episódio, Rodrigues apud Rillo (2012, p.28), afirma que por falta de lenha para as fogueiras dos soldados, estátuas de santos desapareceram, “muitas foram queimadas, juntamente com retábulos e peças de madeira, durante a revolução farroupilha, a mando de um oficial legalista”. O mesmo, segundo Rillo (2012 p.28), “ordenou a seus soldados que se valessem dos restos da igreja então existente para acender os seus fogos”.

Alexandre Baguet foi um viajante de origem belga que atravessou o Rio Grande do Sul logo no último ano da Revolução Farroupilha. Sobre o colégio que fazia parte da redução, conforme Bisonhin (2011, p.36), “em 22 de outubro de 1845

Alexandre Baguet chega em São Borja, onde foi acomodado no antigo colégio dos jesuítas, estrutura grande completamente avarandada, porém pendendo a tornar-se ruína”.

Outro viajante que conheceu a redução de São Francisco de Borja foi João Pedro Gay, que ficou conhecido em São Borja como cônego Gay. Ele era um vigário francês formado em ciências eclesiásticas, que foi empossado em 24 de fevereiro de 1850 como vigário de São Borja e permaneceu assim até 1874. Em sua descrição da redução, como afirma Bisonhin (2011, p.37), “o colégio encontra-se em ruínas. Quanto à igreja missioneira, diz que já havia desaparecido há muitos anos, porém os alicerces podiam ser vistos, após 1820 as goteiras acabaram de levar a estrutura arquitetônica à ruína”.

Hemetério José Velloso da Silveira era um advogado e historiador que veio para o Rio Grande do Sul como juiz e visitou as missões duas vezes, em 1855 e 1886. Para Bisonhin (2011, p.33), “ele tem uma visão diferente da redução jesuítica que existia em São Borja, contrária a dos viajantes que por ali passaram em visita às ruínas, ele constata que grande parte das mesmas desapareceu”.

Ainda para o mesmo autor e mesma página, o viajante afirma que “apenas restavam, no entorno da praça central, três casas, porém seus alpendres e colunas se encontram destruídos”. Sobre o abastecimento de água potável, conforme Bisonhin (2011, p.34), o historiador “salienta que a cidade estava a cinco quilômetros do Rio Uruguai e que a cidade contava com a pouca água da fonte de São Pedro ou da chuva reservada em poucas cisternas”.

Robert Christian Berthold Avé-Lallemant, foi um médico alemão que viajou pelo Brasil, apoiado pessoalmente por Dom Pedro II. Quando da sua chegada em 09 de abril de 1858, São Borja era para o médico alemão, segundo Bisonhin (2011, p.39), uma “pequena cidade de ruas regulares”, no estilo de desenho urbano herdado dos gregos e romanos. Avé-Lallemant (1980), entende a outrora redução de São Francisco de Borja, como sendo um “jesuítico do burgo”, no qual seus resquícios e ruínas estavam por todas as partes.

Como é comum em muitas cidades antigas, novas construções são feitas a partir do material encontrado nas mais antigas, como escreve Bisonhin (2011, p.39),

“os blocos de pedra foram reutilizados para a construção de novas residências nas proximidades do antigo complexo jesuítico”. Sobre a construção central da redução, a mesma autora, na mesma página afirma que “do centro da praça ele avista a antiga igreja, novamente abobadada, mas o restante da estrutura já se mostrava como ruína”.

Outro episódio de violência contra São Borja, foi a sua invasão pelo exército paraguaio de Solano Lopes, em 10 de junho de 1865. No dia seguinte, as tropas comandadas pelo coronel Antônio de La Cruz Estigarribia entraram em São Borja. Como escreve Rillo (2012, p.20), “esta foi metodicamente saqueada, inclusive bens e pertences da igreja”. Assim como na invasão de Rivera, o botim foi muito proveitoso. Segundo o mesmo autor e mesma página, “o produto da pilhagem foi acomodado em carretas, transportado para o Passo de São Borja, e de lá em grandes canoas e balsas improvisadas transferido para Corrientes, onde Solano López concentrava suas forças”.

Após estes acontecimentos e em função da ida do seu sogro, o imperador Dom Pedro II, ao sul do Brasil para acompanhar as tropas brasileiras, Luiz Felipe Gastão Maria Fernando d’ Orleans, o Conde D’eu, que era neto do rei Luís Filipe I da França e príncipe imperial consorte, visita São Borja duas vezes em 1865. Na praça principal da redução, percebeu, segundo seu próprio relato, Eu (1981), um edifício muito sujo e baixo, feito de taipa, apoiado em colunas de madeira, que era uma das quatro faces do colégio deles [...], e só os alicerces de pedras de cantaria da sua gigantesca igreja. A maior parte das outras pedras deste templo foram empregadas na construção de outro, que se iniciou em 1846.

Sobre as imagens de madeira que ornamentavam as igrejas de São Borja que antecederam a atual, no início do século XX, segundo Rillo (2012, p.28), “foram vendidas a museus argentinos, especialmente o de La Plata, por párocos que aqui exerceram o curato, especialmente o padre Hermenegildo Gambetti em 1919. O mesmo autor, na mesma página, ainda afirma que “cerca de duas dezenas delas se encontram no museu e biblioteca municipal de São Borja, reunidas durante a administração do prefeito José Pereira Alvarez”.

Na década de 20, o governo brasileiro decidia o que fazer com as reduções orientais do rio Uruguai, entre elas São Borja. Segundo Goelzer (2008 p.243), o arquiteto Lúcio Costa afirmou que estas missões eram “um setor autônomo, no conjunto dos monumentos coloniais brasileiros, por possuir remanescentes de uma cultura espanhola. ” Segundo Maurer e Pinto (2014, p.136), “nesse contexto, salienta-se que o entendimento de que os remanescentes missioneiros eram herança estrangeira, desvinculada da história brasileira, perdurou durante muitas décadas”.

Ainda para Maurer, Pinto (2014, p.136), “cabe comentar que a partir da década de 1930, o governo brasileiro começa dar uma maior atenção para a devida região, com a atuação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)”.

### **3.2. QUADRO HISTÓRICO DA SITUAÇÃO POLÍTICA ATUAL**

É importante ressaltar que segundo Azevedo e Vasques (2021), a cidade de São Borja assumiu a condição de sítio arqueológico no dia 3 de outubro de 2018, conforme inscrição CNSA RS 03814, junto ao cadastro nacional de sítios arqueológicos do IPHAN. Nesse sentido, questiona-se sobre o motivo de São Borja não ter de fato instituído o sítio arqueológico e não utilizar todo seu potencial turístico para alavancar a economia local e regional. Estudiosos salientam que a falta de conhecimento acerca do tema, o despreço pelo patrimônio, o receio de que escavações possam prejudicar a estrutura do centro da cidade, assim como os “entraves” que possam causar, demonstram o quanto ainda há necessidade de que se desenvolvam ações efetivas de educação patrimonial e que se fomente o debate público sobre o tema na cidade.

Após 1756, com o fim da Guerra Guaranítica, como nos diz (BISONHIN, 2011, p.41), “a saída dos padres Jesuítas foi ordenada por Carlos III, rei da Espanha, em 27 de fevereiro de 1767, de todo o território espanhol. ” E continua, a mesma autora na mesma página, “a ordem dos jesuítas foi abolida somente em 1773, pelo Papa Clemente XIX. A partir deste momento, as Missões passaram a ser administradas pelo governador Tenente General D. Francisco de Paula Bucareli y Orsua.” Este era um militar que representava a coroa espanhola, que assim dava

início a administração política direta do que antes foi o território da missão jesuítico-guarani de São Francisco de Borja.

Escrevendo sobre o patrimônio que Portugal tinha herdado da Companhia de Jesus por meio dos tratados firmados com a Espanha, o cônego Gay, conforme (COLVERO e MAURER ,2020, P.378), “o Povo de São Borja, na época da conquista dos Brasileiros, possuía uma rica Matriz. ” E continua, na mesma página e mesmos autores, a “dita Matriz com suas riquezas, nada tinha custado à Nação Brasileira que não soube conservá-las. Pelo descuido dos Administradores e Governadores das missões. ”

Auguste de Saint-Hilaire, já em São Borja no ano de 1821, comenta em seus relatos sobre a aparência da igreja da antiga redução. Mas (BISONHIN, 2011, p.29), nos diz que o naturalista francês observa “o aspecto militar sob o qual ela se apresenta. O que antes foi o lugar da residência dos jesuítas, naquele momento era a casa do comandante, onde estavam canhões alinhados e a cada passo encontrava-se sentinelas, soldados e fuzis. ”

Neste mesmo sentido, o advogado e historiador pernambucano Hemetério José Velloso da Silveira, também prestou a atenção em seus relatos sobre São Borja no aspecto militar da antiga redução. O viajante, como escreveu (BISONHIN, 2011, p.33), relata que “o colégio teria passado por mudanças e adaptações, as celas que antigamente serviam para recolhimento individual dos padres jesuítas, neste momento passará a ter utilidade para o aquartelamento e prisão militar. ”

E segue o relato do pernambucano, segundo (BISONHIN, 2011, p.33), “o que seria o hospital e os cárceres da redução, como descreveu o viajante, outrora serviram de igreja, e por fim, foram transformados em depósito de artigos bélicos e ainda parte do mesmo era a casa do vigário. E por fim, para a mesma autora e na mesma página, o relato de José Velloso da Silveira diz que onde se localizava o colégio converteu-se em quartel e prisão militar.

Sobre o estado de conservação da redução jesuítico-guarani de São Francisco de Borja, (COLVERO e MAURER, 2020, P.379), afirmam que na então vila, os cidadãos por sua livre e espontânea vontade decidiram colocar para leilão “e arrematar quem mais der, não só os quartos ou casebres dos Índios, que circundam a praça da Matriz, mas também os demais quartos, que se denominam = Colégio = que são iguais a aqueles, e que ameaçam pronta ruína. ”

Sobre a constituição do poder legislativo em São Borja, foi em 1834 que ela foi, para Costa (2013, p.83), “elevada à condição de Vila pelo Império do Brasil e foi instalada sua primeira Câmara de Vereadores. Os primeiros vereadores faziam parte do grupo social dos militares e estancieiros e muitos possuíam grandes extensões de terra.” Com relação ao perfil desta primeira legislatura, como afirma Flores apud Costa (2013, p.83), “a Câmara constituiu-se em um “modo de afirmar o poderio social e econômico dos proprietários das estâncias de São Borja, que durante todo o século XIX alternaram-se no mando político”.

Mas Costa (2013, p.84), afirma que “não era somente na Câmara que existia essa fusão entre poder militar e outras formas de mando, em outros cargos isso também é perceptível.” Pois na maioria das vezes os eleitos, segundo o mesmo autor e mesma página, “para os cargos de Juiz de Paz, Juiz de Órfãos e Promotores eram ligados a atividades militares e eram da classe dos pecuaristas, somente após esses, apareciam os homens envolvidos em negócios, ou seja, comércio. ”

Após a presença dos militares, no patrimônio jesuítico missioneiro construído no século XVIII, também em 1834, os parlamentares de São Borja estavam, para Costa (2013, p.84), “solicitando às autoridades provinciais a doação dos antigos prédios da Redução, ainda não ocupados, para a instalação da Câmara”.

O viajante francês Arcene Isabelle, que passou por São Borja, na primeira metade do século XIX, relata, segundo Costa (2013, p.85), que a vila era “um verdadeiro quartel, em torno do qual erguem-se, sem ordem regular, ranchos, chácaras, e algumas casinhas decentemente cuidadas”. E o mesmo autor e mesma página continua “os principais comerciantes e autoridades viviam nas antigas casas dos indígenas, o comandante militar ocupava o antigo colégio dos jesuítas e o hospital, armazéns e oficinas estavam em ruínas. ”

Ainda sobre a ligação entre os militares e os estancieiros, como diz Costa (2013, p.96) “a presença da guarda nacional foi um fator importante na fronteira. A partir de 1834, ela esteve presente na vida cotidiana de São Francisco de Borja. ” E segue na mesma página, “antes de qualquer outra função ela era, sem nenhuma dúvida, uma das ferramentas de afirmação do poder da classe dos grandes proprietários de terra. Ainda sobre a função da Guarda Nacional, conforme Costa (2013, p.96), ela era a força responsável pela “coerção e coação sobre as classes empobrecidas da fronteira, responsável por vigiar esse amplo espaço, guarnecer

seus passos dos rios, cuidar da segurança na campanha, da cadeia pública e da mesa de rendas e da coletoria. ”

Outra função desempenhada pela Guarda Nacional, foi a formação inicial de parte da elite política de São Borja, já sob o domínio brasileiro. Mas Costa (2013, p.96), diz que “foi a partir da participação, na guarda nacional, que emergiram diversas lideranças e que mais tarde teriam participação, nas transformações sociais e políticas, do final do século XIX. ” Ainda segundo o mesmo autor e mesma página, “foi, também, ao longo do século XIX, um importante mecanismo utilizado politicamente para criar uma clientela ou para fortalecê-la. ”

Esta mesma Guarda tinha um forte caráter clientelista. Como escreveu André Fertig apud Costa (2013, p.96), era uma “prática política fundamentada nas relações pessoais, que não distingue o interesse público do privado e na qual estão em jogo trocas de favores” entre os que detém o poder (patrão) e o que é subordinado a este poder (cliente). ”

Foi em 1838, como afirma Da Costa (2013, p.86), que foi instalado e juramentado o governo republicano em São Borja. E para novamente para o mesmo autor e mesma página o cenário político de São Borja, nesse período histórico, foi marcada pela divisão daqueles que defendiam a manutenção do Império do Brasil e aqueles que defendiam mudanças na estrutura política do Império, ou mesmo a secessão do Rio Grande do Sul. ”

Em 1848, o império ordenou a retirada de todos os estrangeiros da linha fronteira, ainda que a câmara de São Borja intercedesse contra a retirada, ainda que eles contribuíssem para o desenvolvimento do município e que fossem aceitos pela sociedade são-borjense da época, o quadro não se modificou, pois para Costa (2013, p.89), “para o governo nacional eles representavam uma ameaça à segurança e à soberania, o que, nos dá ideia do grau de desconfiança do Governo em relação a essas áreas fronteiriças”.

A respeito das imagens santas que estavam nas reduções de São Lourenço e São Luís Gonzaga sob o cuidado de moradores locais, o cônego como afirmam (COLVERO e MAURER, 2020, P.371), afirma que “oficiei à Presidência da Província em 29 de agosto de 1850, em 7 de janeiro de 1852, e em 6 de fevereiro de 1853 dirigi a Inspetor da Tesouraria da Província e vários à vigararia Geral e ao Bispo Diocesano”.

Com o objetivo de aproveitar o patrimônio que ainda existia em outras reduções visitadas pelo cônego Gay, este religioso francês escreve em 1853, à João Vieira Causamão de Sinimbu, então presidente da província do Rio Grande de São Pedro, pedindo as telhas que restavam na redução de São Luís Gonzaga, e segundo (COLVERO e MAURER, 2020, P.370), argumentava: “e se o Governo d'ellas não dispor brevemente todas se perderão como aconteceu nos outros povos.

Também com o objetivo de aproveitar o patrimônio de outras reduções para a redução de São Borja, desta vez um altar Mor da redução de São Luís Gonzaga, o religioso francês em 1855, dirige-se ao presidente da província, João Vieira Causamão de Sinimbu, escrevendo, como dizem (COLVERO e MAURER, 2020, P.372), “tomo a liberdade de pedir à V. Exia que se digne autorizar a Câmara Municipal de S. Borja a fazer esta despesa”.

Escrevendo para o conselheiro Ângelo Moniz da S<sup>a</sup> Ferraz, presidente da província do Rio Grande de São Pedro e também senador do Império, em 1858 sobre a apropriação do patrimônio das reduções, para proveito próprio da população, que lá estava vivendo, fica evidente o cônego não só demonstrava preocupação com esta situação, que conforme (COLVERO e MAURER, 2020, P.381), “atingiu proporções consideráveis ao ponto de não chamar mais a atenção das autoridades competentes.

É importante ressaltar que a opinião pública, mediada pela imprensa, era utilizada pelo cônego Gay já em 1863, para demonstrar a realidade dos antigos povos missioneiros. Em uma carta ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande e também deputado da Assembleia Geral desta província, Spiridião Eloy de Barros Pimentel, o cônego relata as descobertas feitas em parceria com um geólogo inglês. Sobre estes achados, (COLVERO e MAURER, 2020, P.379), nos dizem que o religioso escreveu, “cujas investigações mandei já às Notas datadas de 9 de fevereiro para serem publicadas no Correio do Sul em Porto Alegre. ”

Em 1887, o vereador de São Borja pelo PRR – Partido Republicano Rio-Grandense chamado Aparício Mariense iniciou uma campanha contra o Império. Da Costa (2013, P.193), nos mostra que ele “criticava o fanatismo religioso da herdeira do Trono Princesa Isabel, e alertava para o risco de que com este fanatismo o

jesuitismo se instalasse no poder no Brasil. ” Ainda como afirma Da Costa (2013, P.194), o vereador afirmava que “Dona Isabel já não inspira confiança alguma: o pouco de sua Regência foi suficiente para demonstrar-nos o seu fanatismo, a sua cega submissão aos decretos de Roma. ” Aqui podemos observar traços do movimento pela república como o rechaço a igreja católica e a defesa da separação entre Estado e religião.

Com a queda do Império, o cenário político de São Borja adquiriu uma nova configuração. Para Da Costa (2013, P.196), “a partir do início do período republicano duas famílias se destacaram na atuação política no município de São Borja. Por um lado a família Tróis, por outro a família Dornelles. ” A família Tróis era alinhada politicamente aos republicanos de Júlio de Castilhos, enquanto a família Dornelles era alinhada aos federalistas de Silveira Martins. O mesmo Costa (2013, P.198), nos mostra que “a estrutura de poder local foi completamente alterada e os cargos foram passados a republicanos de confiança, os antigos liberais e conservadores perderam espaço político. Júlio Garcia Trois assumiu o controle do município. ”

Redes de relações transfronteiriças ligavam o cenário político de São Borja ao de Santo Tomé, quando um grupo deixava o poder e passava para a oposição. Estes grupos para Costa (2013, P.190), no final do século XIX, “procuraram se reorganizar e rearticular politicamente a partir de Santo Tomé, durante o período conturbado de transição do Império para a República. Segundo o mesmo autor, e mesma página, neste período, “São Borja era uma cidade muito diferente das décadas anteriores. ”

No século XX, a visão sobre o patrimônio missioneiro não mudou de situação. Segundo (MAURER; PINTO, 2014, p.143), foi apenas da década de 1920 que se realizou um estudo por parte do governo, onde o arquiteto brasileiro Lúcio Costa levantou informações para decidir o que fazer com os chamados “Sete Povos das Missões. ” Para os mesmos autores e mesma página, “o arquiteto continuou dizendo que as missões se constituíam em “um setor autônomo no conjunto de monumentos coloniais brasileiros, por possuir remanescentes de uma cultura espanhola.

Como dizem (MAURER; PINTO, 2014, p.143), nesse contexto, salienta-se que a ideia predominante da incipiente institucionalização da gestão do patrimônio, era de que “os remanescentes missioneiros eram herança estrangeira, desvinculada da história brasileira, perdurou durante muitas décadas. Por fim, para os mesmos autores e mesma página, “a partir da década de 1930, o governo brasileiro começa a dar uma maior atenção para a devida região, com a atuação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). ” Este mais tarde seria transformado no atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Discorrendo sobre o quadro político atual do município de São Borja, conforme (CAMORETO e COLVERO, 2021, p.396) a Terra dos Presidentes “é local de nascimento dos ex-presidentes da república, Getúlio Vargas e João Goulart, e aqui está sepultado o ex-governador dos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola. ” Os mesmos autores, na mesma página, afirmam que o mesmo “foi muito atuante na política nacional do período que compreende a República velha (1889-1930) a era Vargas (1930- 1945) até o período que antecedeu o golpe militar em 1964. ” E São Borja, ainda para (CAMORETO e COLVERO, 2021, p.396), “foi um dos núcleos de decisão política desse período, um dos aspectos que favoreceu as questões políticas do município é sua economia com base na agropecuária e agricultura, que eram as principais fontes econômicas do período. ”

Quando se colocam em perspectiva a série de ocupantes do governo do estado do Rio Grande do Sul desde a constituição de 1988, os partidos que ocuparam o Palácio Piratiny foram PDT, PMDB e PSDB todos com origem no MDB, partido de oposição ao regime militar; e o PT, partido que surgiu do movimento sindical da década de 80. Os três primeiros, com um posicionamento político mais ao centro, e o último com um posicionamento à esquerda, o que de certa forma, torna a política no âmbito estadual menos polarizada.

Quando se aborda este mesmo quadro, só que no âmbito do município de São Borja-RS, um traço político marcante é, como escreveram (CAMORETO e COLVERO, 2021, p.400), a “continuidade de governos do mesmo partido e a alternância entre apenas dois partidos para o executivo; O Progressistas - PP (que

tem sua origem do Arena) e o Partido dos Trabalhadores - PDT (que tem sua origem do MDB). ”

Os atores que levantaram o problema, pela primeira vez em 2007, foram a arqueóloga Rachel Rech e o historiador Rodrigo Maurer, que constataram num “Laudo de Vistoria Arqueológica” do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, a existência de “alicerces” característicos das fundações de edificações do período jesuítico-guarani dos séculos XVII e XVIII.

Também no passado, existiram grupos de interesse que procuraram dar visibilidade pública para o problema da conservação do patrimônio histórico e missioneiro de São Borja, como por exemplo a “Associação Amigos da Cultura Missioneira” e o grupo de ativistas que atuam a partir da revista “Armazém da Cultura”. Hoje, ativistas da área da cultura e patrimônio reunidos nas redes sociais num grupo de Whatsapp chamado “São Borja Missioneira” continuam este trabalho. Mais recentemente algumas universidades presentes na cidade, Unipampa – Universidade Federal do Pampa e Iffar – Instituto Federal Farroupilha, começaram a estruturar com os demais atores, uma rede de atores dedicados a esta política setorial de patrimônio.

Estes atores nutrem com o problema o papel de exercer pressão para o desenvolvimento de políticas públicas, por parte do poder público municipal, estadual e federal, bem como do empresariado e da sociedade civil organizada, que definem a real extensão desse patrimônio abaixo do solo, conserve este patrimônio e explore o mesmo para fins de desenvolvimento local e educação patrimonial, já que o fortalecimento da identidade missioneira são borjense fortalece o turismo, na medida em que engajar a população e a prepara para receber os visitantes.

Os atores que estão negando o problema são políticos locais, prefeitos e vereadores. Desde a época das missões até hoje, um conjunto fragmentado de resquícios missioneiro composto pelas fontes de São Pedro e São João, o acervo missioneiro do museu Aparício Silva Rillo, o retábulo missioneiro da igreja do passo, dentre outros, nunca foi tombado. Em 2007, quando os alicerces da igreja missionária do século XVI foram descobertos, após a abertura de uma trincheira para a troca de cabos telefônicos, no meio fio, em frente a atual igreja matriz, o

poder público não levou adiante nem o processo de tombamento e nem uma investigação arqueológica para determinar a extensão real do patrimônio histórico abaixo do solo.

Nesta época, o governo municipal era exercido pelo prefeito Mariosane Weis do PDT – Partido Democrático Trabalhista. Já em 2018, durante a reforma de um imóvel localizado na esquina das ruas Cândido Falcão e General Osório, descobriu-se que ele era construído com o mesmo material utilizado nas construções que faziam parte das reduções jesuíticas, como São Miguel – Brasil e San Ignacio Mini – Argentina.

O local foi cadastrado no IPHAN, através do processo 01512.000265/2018-38 em maio de 2018, quando foram identificados elementos ligados à Redução Jesuítica, em obra na edificação junto à Rua Cândido Falcão, nº1057, conforme o parecer técnico no 109/2018 do IPHAN-RS, este patrimônio histórico, pertenceu aos Trinta Povos Guarani e mais especificamente aos Sete Povos Missioneiros do Brasil (Fonte: IPHAN-RS).

Mais uma vez o poder público municipal não levou adiante nem o processo de regulação/proteção do patrimônio e nem uma investigação arqueológica para determinar a extensão real do mesmo, acima do solo. Nessa época, o governo municipal era exercido pelo prefeito Eduardo Bonotto do PP – Partido Progressista. Os dois partidos citados acima se alternam na prefeitura de São Borja, desde a redemocratização, na segunda metade do século passado.

Aos 30 dias de outubro de 2021, na condição de cidadão e acadêmico-pesquisador, manifestei e apresentei aos vereadores de São Borja o Projeto de Mestrado intitulado: ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO FRANCISCO DE BORJA-RS. Na ocasião discorri sobre a importância da efetivação de fato e de direito do referido tema e os resultados provenientes da integração de seus aspectos culturais, históricos e econômicos no município de São Borja.

Todos estes fatos apontam para a possibilidade de o patrimônio histórico missioneiro ser maior e mais conhecido é, tanto acima como abaixo do solo. E mais ainda, a prefeitura municipal de São Borja, iniciou em julho de 2021 a obra de

construção do CAT – Centro de Atendimento ao Turista, na praça XVI, sem o conhecimento por parte do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Após o pedido do IPHAN para que a prefeitura parasse as obras, e este pedido ter sido descumprido, uma ação foi impetrada pelo Ministério Público representando o IPHAN e as obras foram paralisadas por determinação da justiça.

Por fim, os vereadores da bancada da situação, na atual legislatura, rejeitaram na sessão ordinária do dia 21 de setembro de 2021, uma moção de apoio ao tombamento das imagens missionárias que estão no museu municipal Apparício Silva Rillo, por 9 votos a 5. Tais imagens não demandam nenhum tipo de intervenção na cidade, ainda que São Borja tenha sido considerada “Cidade Histórica” pelo decreto 35.580 de 11 de outubro de 1994. O objetivo desta moção era reforçar o pedido de tombamento destas imagens. A isso não é preciso dizer que a demanda se dirige a uma disputa de poder (simbólico ou não) e que, por conseguinte, acaba por influenciar nas decisões do campo político (poder local)<sup>34</sup>.

A atividade turística se mostra cada vez mais imprescindível, no contexto da economia, como fonte de geração de emprego e renda contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, bem como fonte de conhecimento, de inclusão social e desenvolvimento local. O turismo tem forte relação com o patrimônio cultural e ocorre com mais intensidade em cidades históricas. Nesse contexto, Roveda (2003) afirma que estamos assistindo ao crescimento e a criação de uma indústria mundial forte e o patrimônio cultural é um ator responsável nessa transformação.

É importante ressaltar que segundo Azevedo e Vasques (2021), a cidade de São Borja assumiu a condição de sítio arqueológico no dia 3 de outubro de 2018, conforme inscrição CNSA RS 03814 junto ao cadastro nacional de sítios arqueológicos do IPHAN. Nesse sentido, questiona-se sobre o motivo de São Borja não ter de fato instituído o sítio arqueológico e não utilizar todo seu potencial

---

<sup>34</sup>Nosso entendimento de poder local procura acompanhar a produção que segue: SOUZA, Celina. Reinventando o poder local: limites e possibilidades do federalismo e da descentralização. In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 3, pp. 38-52, 1996. CABUGUEIRA, Artur. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. In: *Gestão e Desenvolvimento*, 9, pp. 103-136, 2000. ALLEMBRANDT, Sérgio. Conselhos distritais e a gestão do desenvolvimento local: relações de poder e participação na gestão pública. In: Marcello Baquero; Djalma Cremonese (Orgs.). *Desenvolvimento regional, democracia local e capital social*. Ed. Unijui: Ijuí, pp. 173-210, 2008.

turístico para alavancar a economia local e regional. Estudiosos salientam que a falta de conhecimento acerca do tema, o despreço pelo patrimônio, o receio de que escavações possam prejudicar a estrutura do centro da cidade, assim como os “entraves” que possam causar, demonstram o quanto ainda há necessidade de que se desenvolva ações efetivas de educação patrimonial e que se fomente o debate público sobre o tema na cidade.

### **3.3. QUADRO HISTÓRICO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA ATUAL**

Considerada uma cidade com grande potencial turístico e logístico em função da sua localização, São Borja também atrai o setor de logística de transportes. Além disso, São Borja é considerada uma cidade histórica pelo Estado do Rio Grande do Sul e isto se deve a sua importância histórica, política e cultural para o país, sendo conhecida como “o Primeiro dos Sete Povos das Missões”, “Berço do Trabalho”, “Terra dos Presidentes” e mais recentemente, “Capital Gaúcha do Fandango”. Esta relevante trajetória traz consigo paisagens, monumentos, símbolos, histórias da singularidade de um povo e de um lugar que são representados pelo patrimônio cultural e pela identidade da cidade.

São Borja convive com o descaso relacionado ao seu patrimônio histórico cultural desde o final do século XVIII, mas este conjunto de referências patrimoniais, afirmam (QUEVEDO; RODRIGUES apud COLVERO; MAURER, 2013, p. 383), “poderiam estar sendo melhor aproveitadas - se assim fosse de interesse por qualificá-las a um desenvolvimento local”. Estes historiadores chamam a atenção para o potencial de exploração econômica das esculturas sacras produzidas pelos índios no período missionário, colocadas para o consumo de bens simbólicos em um museu, por exemplo.

Entretanto, a pecuária como atividade econômica, sempre foi muito relevante em São Borja. Para (FONTELLA; RIBEIRO, 2012, P.46), “os estancieiros desta região que não têm escravos aproveitam a emigração dos índios para ficar com alguns como peões. Os guaranis são, segundo testemunho geral, muito indicados para esse serviço; montam bem a cavalo”.

Também podemos compreender que os índios missionários continuaram a sociedade são-borjense, (FONTELLA; RIBEIRO, 2012, P.47), corroboram esta

afirmação, pois segundo estes autores, a maioria “da mão-de-obra empregada nas estâncias, estabelecidas, nas áreas incorporadas à economia sul rio-grandense, após 1801, teria sido composta por guaranis, os quais em grande medida seriam remanescentes das missões”.

Porém, ainda que importante, esta base econômica demorou um pouco para se consolidar. Como nos dizem (FONTELLA; RIBEIRO, 2012, P.47-48), só após o término da Guerra da Cisplatina, em 1828, “os limites na região platina se tornaram mais concretos [...], e, por conseguinte, pôde ocorrer a efetiva ocupação brasileira da região de Missões com o consequente estabelecimento da matriz produtiva agropastoril e escravista”.

Sobre o trabalho escravo, nesta época, uma análise documental do acervo da Câmara Municipal de São Borja, segundo (FONTELLA; RIBEIRO, 2012, P.48), foi comprovada “a existência e a relevância da mão-de-obra escrava na pecuária e nas pequenas indústrias artesanais naquela localidade no fim dos anos 1850, período no qual se desenrolava a chamada diáspora guarani”.

Ao apresentar a estrutura socioeconômica de São Borja, na primeira metade do século XIX, e questionando a ideia de que a presença africana escravizada em São Borja teria sido irrelevante, (FONTELLA; RIBEIRO, 2012), comentam que os números de escravos negros oficialmente dados como mortos nas propriedades rurais de São Borja, em comparação com outros lugares da província na mesma época, eram inferiores e talvez possam significar um quadro de debilidade econômica da região.

Ainda comentando uma comparação entre São Borja e Rio Grande no que diz respeito a média de escravos encontrada nestes lugares, mostrava uma superioridade da antiga redução jesuítica sobre a cidade mais antiga da província do Rio Grande de São Pedro. Estes números, conforme (FONTELLA; RIBEIRO, 2012, P.53), não refletiam a maior dinâmica econômica da cidade portuária que contava, por óbvio, com o porto e também com as charqueadas, em relação a “espaços de menor vulto econômico como região de Missões”.

Para além da pecuária, enquanto atividade econômica de São Borja, outro elemento importante a ser levado em consideração é o contrabando entre São Borja

e Santo Tomé. Mas Costa (2013, P.153), nos diz que “em virtude do isolamento das duas comunidades e dos difíceis caminhos, o contrabando tornou-se uma alternativa de sobrevivência e uma maneira de superar estas dificuldades”. Para o mesmo autor e mesma página, “pelo rio Uruguai entravam produtos variados provenientes de Montevideu e Buenos Aires”.

Em relação ao chamado contrabando formiga, ou seja, o contrabando em pequena escala, em contraposição ao contrabando em grande escala, como escreveu Costa (2013, P.156), “este contrabando, geralmente, era realizado pelos moradores da Vila de São Francisco de Borja e de Santo Tomé e, raramente, causava problemas para aqueles que o executavam”. Para o mesmo autor e mesma página, esta forma de contrabando “era uma forma de sobrevivência e de barateamento do custo de vida para ambas as comunidades, fazendo parte da vida cultural das mesmas e sendo um hábito bastante arraigado e criava vínculos entre os moradores de ambos os lados do rio”.

Sobre a variedade de segmentos sociais envolvidos, na atividade econômica do contrabando em São Borja, Costa (2013, P.157), afirma que, “encontramos um grupo variado de tipos sociais envolvidos tanto no contrabando de grande escala, como no de pequena escala, do qual participam pecuaristas, negociantes, comerciantes e mascates etc”. E continua o mesmo autor e mesma página, “o contrabando além de ser uma forma de sobrevivência e de barateamento do custo de vida, era também uma prática costumeira, um hábito das populações fronteiriças”.

Sobre a relação mútua entre os aspectos econômicos e políticos, na realidade atual de São Borja e sua influência nas manifestações políticas dentro desta comunidade, para (CAMORETO, COLVERO, 2021, p.401), “o fator econômico é importante na construção de uma realidade social e também é aspecto que influencia no comportamento eleitoral bem como a manifestação política”. E também, como nos dizem (CAMORETO, COLVERO, 2021), esta manifestação significa para alguns grupos sociais uma forma singular de manifestação com o objetivo de obter recursos econômicos do Estado em todos os seus níveis de organização.

Neste sentido e pensando São Borja inserida do ponto de vista econômico num contexto mais amplo, (CAMORETO, COLVERO, 2021, p.401), destacam que “o Rio Grande de Sul possuiu uma forte influência de grupos econômicos agrícolas e agropecuaristas, que apresentam um comportamento conservador forte”. E os mesmos autores, na mesma página, complementam que estes grupos econômicos de grande porte “são atores de grande influência dentro do cenário gaúcho, o que de certa forma em uma cidade distante da capital, como São Borja, acaba favorecendo a manutenção de um grupo político de acordo com o interesse econômico local”.

Outros atores políticos que negam o problema são os empresários, principalmente, os da construção civil. Observa-se que a atual gestão, que em tese seria responsável pela fiscalização e preservação deste patrimônio, está planejando a cidade com perspectivas de melhorar as condições da estrutura pública, bem como pela especulação imobiliária, vem permitindo a construção de várias obras no centro da cidade, sem que estas contemplem o licenciamento arqueológico, o que pode ter trazido consequências irreparáveis para o patrimônio arqueológico e histórico. Os resultados desta política de especulação imobiliária poderão impactar nas informações e preservação do patrimônio histórico das Reduções Missionárias, que vem sendo demolido.

Estes atores nutrem com o problema o papel de ativistas políticos pela invisibilidade do patrimônio, por acharem que a descoberta e conservação impactam negativamente no desenvolvimento local e uma relação de negação do patrimônio histórico de São Borja. Os interesses contrastantes que motivam os atores são os seguintes: de um lado os que negam o patrimônio, tem interesse no desenvolvimento econômico da cidade e entendem o patrimônio como um fator que bloqueia este desenvolvimento; por outro lado, os que querem dar visibilidade ao patrimônio, entendem que este pode alavancar este mesmo desenvolvimento.

Quanto às crenças contrastantes entre os atores, elas são as seguintes: os que negam o patrimônio entendem esta pauta como sendo da “esquerda”, entendida como “inimiga” da elite ruralista de São Borja, e que a descoberta deste patrimônio vai inviabilizar todo e qualquer novo empreendimento na cidade, gerando assim mais atraso econômico, já os que querem dar visibilidade ao patrimônio

entendem que esta é uma pauta de todos, pois o desenvolvimento econômico da cidade traz ganhos aos atores públicos, privados e também para os cidadãos em geral.

Os valores contrastantes entre os atores são os seguintes: por parte daqueles que negam a importância do patrimônio existe uma desvalorização do passado histórico enquanto redução missioneira; por outro, que querem dar visibilidade a este mesmo patrimônio, valorizam este passado, e querem determinar a sua extensão total, para que este possa ser conservado e possa assim contribuir para o desenvolvimento de São Borja.

Os recursos políticos que os atores possuem são os seguintes: Os que querem descobrir e conservar o patrimônio, possuem o conhecimento acadêmico especializado sobre o tema, já os que negam o patrimônio possuem poder político de governar o município e terem maioria na câmara de vereadores, o apoio do poder econômico, representado por parte do empresário que se beneficiam com a especulação imobiliária, além da colaboração por parte da imprensa local.

Os recursos técnicos que os atores possuem são os seguintes: os que querem dar visibilidade, detém a infraestrutura de tecnologia de pesquisa “não invasiva”, necessária para descobrir a real extensão deste patrimônio, tanto acima como abaixo do solo (em especial a Unipampa – Universidade Federal do Pampa); já os que negam o patrimônio, detém a infraestrutura de obras da prefeitura.

Os recursos financeiros que os atores possuem são os seguintes: os que negam possuem os recursos do erário público municipal, já os que querem dar visibilidade a este patrimônio não possuem recursos financeiros. Os recursos organizacionais que os atores possuem são os seguintes: os que querem dar visibilidade possuem a estrutura organizacional da universidade e do trabalho voluntário por parte do grupo de interesse sobre cultura e patrimônio; já aqueles que negam o patrimônio possuem a estrutura organizacional da prefeitura, da câmara de vereadores e dos empresários aliados.

Os recursos de tempo que os atores possuem são os seguintes: Os atores possuem recursos de tempo limitados pela necessidade de dar a atenção a outras demandas públicas e privadas. Até hoje nenhuma coalizão de atores políticos foi

formada para tentar solucionar este problema público. Os atores ganham com a alteração do status quo uma possibilidade de incrementar o desenvolvimento econômico de São Borja, gerando mais arrecadação de impostos, emprego e renda.

Os atores não perdem nada com a alteração do status quo, pois em termos de desenvolvimento econômico quanto mais, melhor. Os atores não ganham nada com a manutenção do status quo, pois a cidade ganha em ampliar a oferta de emprego, renda e também a sua arrecadação a partir do turismo. Os atores perdem uma possibilidade de incrementar o desenvolvimento econômico de São Borja, gerando emprego e renda. Até hoje este problema não foi solucionado politicamente por falta de consenso entre os atores quanto à importância do patrimônio, por falta de conhecimento da sua extensão total e por falta de conhecimento sobre os ganhos econômicos da conservação do patrimônio.

### **3.4. QUADRO HISTÓRICO DA SITUAÇÃO JURÍDICO-LEGAL ATUAL**

No que se refere à definição do que é patrimônio, no marco legal nacional, a lei federal 3924/1961, no seu artigo 2º, lemos em sua alínea C que “consideram-se monumentos arqueológicos: os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, ‘estações’ e ‘cerâmios’, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico”. Percebe-se que ainda não se fala em patrimônio histórico, mas sim em monumentos arqueológicos, mas esta é a primeira legislação que se aproxima deste conceito.

Quando colocamos em perspectiva a Constituição Federal de 1988 no seu artigo 216, lemos que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem o seu inciso os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico e arqueológico”.

Destaca-se também a portaria federal 375 / 2018 no seu artigo 1º, parágrafo único, afirma que por “patrimônio cultural material entende-se o universo de bens tangíveis, móveis ou imóveis, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Já em termos de legislação do estado do Rio Grande do Sul, o decreto 31049 /1983 no seu artigo terceiro que se compreende, especialmente entre os bens do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul, para os efeitos deste decreto, o que dizem os seguintes incisos: IV, as obras artísticas de autores rio-grandenses ou aqui produzidas, representativas das diversas fases artístico-culturais marcantes para o Estado e também; VI, as peças de valor arqueológico; VII, as áreas de relevante significação histórica e arqueológica; IX, as construções urbanas, de expressivo significado histórico e X, os sítios de feição notável que, por suas características, devam merecer resguardo por motivos preservacionistas, educacionais, científicos ou de lazer públicos.

Ainda na legislação deste estado da federação, a lei 7231 / 1978 diz no seu artigo primeiro que os bens, existentes no território estadual ou a ele trazidos, cuja preservação seja de interesse público, quer em razão de seu valor arqueológico e por sua vinculação a fatos históricos memoráveis, constituem, em seu conjunto, patrimônio cultural do Estado.

Por fim, na legislação do município de São Borja, a lei 5108 / 2015, no seu artigo 2º, traz o seguinte texto, o Patrimônio Cultural e Natural do Município de São Borja é constituído pela paisagem cultural e natural caracterizada, por bens móveis ou imóveis, de natureza material ou imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência histórico cultural, à identidade; à ação; à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade local, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público.

Nota-se, que para os fins deste estudo, após uma análise destes artigos, a partir das palavras e expressões que mais aparecem, podemos definir patrimônio material como sendo os bens tangíveis de natureza material e imóveis, de valor ou interesse histórico ou arqueológico, cuja preservação seja de interesse público. A questão do interesse público está presente nas legislações municipal e estadual, mas não está presente na legislação federal.

Sobre a responsabilidade do tombamento a Constituição Federal de 1988 afirma que, no seu artigo 216, artigo 1º, “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de

inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Já a Lei Orgânica de São Borja, no seu artigo 116, destaca que “o Poder Executivo Municipal, com a colaboração da comunidade protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilâncias, tombamentos, desapropriações e outras formas de preservação.” A lei 5108 de 2015 diz que “no artigo 3º, nos diz que, “o Município procederá ao tombamento dos bens que constituem o seu patrimônio cultural e natural, seguindo os procedimentos e regulamentos desta Lei, através do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC”.

Ainda na lei municipal 5108 de 2015, no artigo 6º, vemos que, “para inscrição em qualquer dos Livros do Tombo será instaurado o processo que se inicia por iniciativa, inciso I, de qualquer pessoa física ou jurídica legalmente constituída; inciso II, de entidades organizadas; inciso III, e da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos ou seu equivalente, parágrafo 1º, “cabera a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos ou seu equivalente a tarefa de instruir o processo de tombamento para posterior apreciação e votação do CMPC; parágrafo 2º,”o requerimento de solicitação de tombamento será dirigido à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos, ou seu equivalente e será protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal”.

Para terminar, segundo esta mesma lei, no seu artigo 7, “o Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC poderá propor o tombamento de bens móveis e imóveis, assim como o registro do Patrimônio Imaterial Municipal, inclusive do patrimônio já tombado pelo Estado e/ou pela União. E no seu parágrafo único afirma que “poderá ser proposto de acordo com resolução do CMPC, em casos especiais, o tombamento apenas da fachada do imóvel”.

Sendo a constituição a lei maior da nação que contém a expressão “Poder Público” sem a definição do nível, seja federal, estadual ou municipal, entende-se que a mesma se refere, com relação à responsabilidade pelo tombamento do patrimônio histórico-cultural, a qualquer um dos três níveis. Mas é a legislação do município de São Borja que mais se refere ao tombamento quando menciona, em

leis diferentes o Poder Executivo Municipal, o Município, a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos ou seu equivalente e o Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC, deixando clara a sua competência legal para tombar o patrimônio histórico-cultural.

Sobre a responsabilidade pela conservação do patrimônio, a lei federal 3924 de 1961 no seu artigo 1º, que ainda não fala em patrimônio diz que “os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal”, de 1946.

No seu parágrafo único, este mesmo artigo diz que “a propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nelas incorporados na forma do artigo 152 da mesma Constituição.” Tal artigo da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, afirma que, “as minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial”. Por fim, ainda nesta mesma lei de 1961, no seu artigo, lemos que “a posse e a salvaguarda dos bens de natureza arqueológica ou pré-histórica constituem, em princípio, direito imanente ao Estado”.

Na Constituição federal de 1988, o artigo 23, podemos ver que “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inciso III, proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; inciso IV, impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; inciso V, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação, (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)”.

Também na nossa última constituição, segundo o artigo 30, “compete aos Municípios, inciso I, legislar sobre assuntos de interesse local; inciso IX, promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação

fiscalizadora federal e estadual”. Com relação à participação da comunidade a Constituição Federal de 1988 diz que, no seu artigo 216, artigo 1º “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Já na lei estadual 7231 de 1978, no seu artigo 1º, podemos ler que, “os bens, existentes, no território estadual ou a ele trazidos, cuja preservação seja de interesse público, quer em razão de seu valor artístico, paisagístico, bibliográfico, documental, arqueológico, paleontológico, etnográfico ou ecológico, quer por sua vinculação a fatos históricos memoráveis, constituem, em seu conjunto, patrimônio cultural do Estado e serão objeto de seu especial interesse e cuidadosa proteção”.

Na Lei Orgânica de São Borja, no seu artigo 116, diz que “o Poder Executivo Municipal, com a colaboração da comunidade protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilâncias, tombamentos, desapropriações e outras formas de preservação. Ainda nesta mesma lei, no seu artigo 117, lê-se que “o Poder Executivo Municipal, dentro de sua competência, impedirá a destruição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural”.

A legislação municipal de São Borja, em sua lei complementar 55 de 2011, no seu artigo 5º, afirma que “a iniciativa do processo de inclusão de imóveis no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município poderá ser da Administração Municipal, pelo Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural ou do interessado, devendo, neste caso, o requerente instruir o processo com todos os elementos necessários”.

Seguindo o levantamento das leis municipais que dão conta da responsabilidade sobre o patrimônio histórico-cultural, para a lei 5108 de 2015 afirma que “a preservação do Patrimônio Cultural e Natural do Município de São Borja obedecerá ao disposto nesta Lei, e no seu artigo 1º - A preservação do Patrimônio Cultural e Natural do Município de São Borja obedecerá ao disposto nesta Lei. Parágrafo 1º A preservação do Patrimônio Cultural e Natural do Município de São Borja é dever de todos os seus cidadãos. Parágrafo 2º O Poder Público

Municipal dispensará proteção especial ao Patrimônio Cultural do Município, segundo os preceitos desta Lei e de sua regulamentação. Nesta mesma lei, o artigo 3º, nos diz que, “o Município procederá ao tombamento dos bens que constituem o seu patrimônio cultural e natural, seguindo os procedimentos e regulamentos desta Lei, através do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC”.

Ainda na lei municipal 5108 de 2015, no artigo 6º, lê-se que, “para inscrição em qualquer dos Livros do Tombo será instaurado o processo que se inicia por iniciativa, inciso I, de qualquer pessoa física ou jurídica legalmente constituída; inciso II, de entidades organizadas; inciso III, e da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos ou seu equivalente, parágrafo 1º, “cabará à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos ou seu equivalente a tarefa de instruir o processo de tombamento para posterior apreciação e votação do CMPC; parágrafo 2º,”o requerimento de solicitação de tombamento será dirigido à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos, ou seu equivalente e será protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal”.

Por fim, segundo esta mesma lei, no seu artigo 7, “o Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC poderá propor o tombamento de bens móveis e imóveis, assim como o registro do Patrimônio Imaterial Municipal, inclusive do patrimônio já tombados pelo Estado e/ou pela União. E no seu parágrafo único afirma que “poderá ser proposto de acordo com resolução do CMPC, em casos especiais, o tombamento apenas da fachada do imóvel”.

Após tudo o que se destacou, pode-se sintetizar a questão sobre quem é o responsável pela preservação do patrimônio, observa-se que em termos quantitativos, quem aparece primeiro é o poder público municipal. Depois empatados em segundo lugar, aparecem os entes federados estaduais e a União, porém é importante lembrar que antes de mais nada a Constituição Federal de 1988 e depois as leis federais, são superiores às leis estaduais e municipais. Isto quer dizer que estas não podem contrariar aquelas.

É importante também destacar que, a legislação do estado do Rio Grande do Sul introduz um elemento impar em todo o contexto legal sobre o patrimônio cultural brasileiro. Trata-se do conceito de “interesse público”, que não conta com nenhuma

definição dentro desta legislação, além de não estar presente nas legislações, tanto da União como de São Borja. E para finalizar, uma questão fundamental é a de quem é responsável pelo tombamento do patrimônio público. Assim, a União tem esta competência dada pelo Decreto-Lei número 25 de 1937; já o estado do Rio Grande do Sul, na atualidade, recebe esta competência da portaria número 11 de 1990.

Por sua vez, o município de São Borja, pelo conjunto da legislação que foi vista acima, também tem esta competência. Neste sentido, todos os entes federados estão constituídos legalmente para efetivar o tombamento do patrimônio cultural. É importante ressaltar que a legislação municipal, também coloca como responsáveis por este tombamento, as pessoas físicas ou cidadãos; as pessoas jurídicas ou empresas e as entidades organizadas ou entidades da sociedade civil organizada. Tal inovação jurídica, traz em si a abertura para a participação política de um número maior de atores nas políticas públicas de patrimônio cultural.

Outro ponto muito importante, é o que diz respeito a quem pode investigar o patrimônio, tanto no solo como no subsolo. Aqui também a lei federal número 3924 de 1961, no seu artigo 13, afirma que “a União, bem como os Estados e Municípios mediante autorização federal, poderão proceder a escavações e pesquisas, no interesse da arqueologia em terrenos de propriedade particular, com exceção das áreas muradas que envolvem construções domiciliares”. E continua no seu parágrafo único, “à falta de acordo amigável com o proprietário da área onde situar-se a jazida, será esta declarada de utilidade pública e autorizada a sua ocupação pelo período necessário à execução dos estudos, nos termos do art. 36 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941”.

Já a Portaria 7 de 01/12/1988, resolve que no Artigo 3º, “as instituições científicas especializadas da União, dos Estados e dos Municípios deverão requerer autorização para escavações e pesquisas em propriedade particular”; e ainda em seu parágrafo único diz que, “para efeitos desta portaria, as universidades e suas unidades descentralizadas incluem-se dentro das instituições científicas de que trata o capítulo III da lei n.º 3.924/61”.

Então podemos, a partir do que foi visto acima, entender que tanto a União, como os estados e municípios, além das universidades públicas e privadas podem, sob a fiscalização do IPHAN, proceder escavações e pesquisas com o objetivo de investigar a existência ou não do patrimônio histórico e arqueológico dentro do território nacional, tanto no solo como no solo como no subsolo, incluindo as propriedades particulares.

Quanto à economia do patrimônio, a lei federal 3924 de 1961, no seu artigo 22, diz que “o aproveitamento econômico das jazidas, objeto desta lei, poderá ser realizado na forma e nas condições prescritas pelo Código de Minas, uma vez concluída a sua exploração científica, mediante parecer favorável da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou do órgão oficial autorizado”.

Já na Emenda Constitucional nº 71, de 2012, que introduz o artigo 216/A, pode-se ler que “o Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

Por fim, com relação a exploração econômica do patrimônio histórico e cultural, pode-se perceber que esta possibilidade está prevista, dentro do marco legal do Estado brasileiro, como capaz de promover o desenvolvimento humano, social e econômico, dentro de políticas públicas que tenham o objetivo de garantir o exercício dos direitos culturais do cidadão. É importante também ressaltar a inclusão da participação da sociedade na gestão de tais políticas públicas.

O município de São Borja não garante a proteção e preservação da área demarcada pelo Iphan. Sendo a área em questão denominada quadrilátero, conforme explanado na figura nº 01, pertencente ao território do município, o Ente entende por sua autonomia administrativa e gerencial.



Figura 01 - Em vermelho Poligonal do Sítio Arqueológico Redução Jesuítica de São Francisco de Borja.

A Pauta de proteção do patrimônio histórico por parte da câmara municipal de vereadores de São Borja em âmbito legislativo carece de projetos ou leis municipais, por conta da falta de interesse ou desconhecimento do objeto, por parte dos parlamentares e seus assessores em questão.

### 3.5 QUADRO HISTÓRICO DA SITUAÇÃO SOCIOCULTURAL ATUAL

Após a incorporação da redução de São Borja à administração portuguesa, muitos dos guaranis que sobreviveram a guerra guaranítica continuavam a viver nesta antiga missão. Mesmo que os novos administradores não demonstrassem interesse em preservar a herança legada pelos jesuítas, a comunidade entendia o valor deste patrimônio. O cônego Gay afirma que, segundo COLVERO; MAURER (2020, P.378), “de balde os moradores de S. Borja em 1827 por meio de uma Subscrição trataram de reparar a sua Igreja. Eles não puderam obstar a sua próxima e iminente ruína.”

Continuando o seu relato, o religioso descreve a configuração do traçado urbano da agora São Borja portuguesa, que continuava habitada pelos índios que ocupavam a estrutura de casas da antiga missão. Para BISONHIM (2011, P.32), em cada quadra moravam “duas ou mais famílias, separadas por apenas uma parede,

interiormente não havia acesso entre as casas, não possuíam janelas e sim duas portas, uma dando passagem para a “rua” de fundos e a outra porta dando vistas à praça central. ” E complementa a mesma autora na mesma página, “a guarnição do posto da missão, era estabelecida pelos próprios índios Guarani, que por sua vez, só falavam o Guarani. ”

Mas o cônego afirmava sobre as antigas reduções de São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir e São Luís Gonzaga, que os índios, já em convívio regular com os não índios, não tinham poder suficiente para evitar a apropriação do patrimônio missioneiro. O religioso denunciava a existência de uma grande quantidade de imagens sacras a céu aberto que, como afirmam COLVERO; MAURER (2020, P.371), o religioso denunciava que em função da completa “ruína dos Templos e casas em que foram recolhidas, ou sob a guarda de algum Índio, que nem sempre pode vedar que alguns particulares delas se apoderam, como já tem acontecido, [...] cumpre que eu informe a semelhante respeito. ”

Aqui fica muito claro a determinação do padre francês em denunciar e se empenhar no trabalho de tentar preservar o patrimônio que restava da obra dos jesuítas, mas o futuro não trouxe a mesma dedicação daqueles que o sucederam. Sobre o descaso do presente nos remete, segundo COLVERO; MAURER (2020, P.371), “a um sentimento de impotência e, consecutivamente, faz com que interrogamos ao nosso próprio tempo: O que, de fato, estamos alcançando, quando nos mostramos pacientes a uma política de conscientização patrimonial? ”

Entretanto, o descaso começa com o preconceito com os atores principais da obra da companhia de Jesus expressado por parte do viajante francês, que visitou São Borja, e relatou sobre os índios aos quais se referia como brasileiros que, como diz BISONHIM (2011, P.29), “são incapazes de menor sacrifício para o futuro”. E continua a mesma autora na mesma página, dizendo que o cônego, conforma BISONHIM (2011, P.29), reforçava o preconceito, pois “enquanto andava pelo povoado [...], encontrou cabanas de índios as quais apresenta – ‘nessas habitações veem-se redes, onde quase sempre, está uma mulher deitada com indolência”.

Neste estudo, as definições das características culturais do patrimônio histórico de São Borja foram viabilizadas pela sua interpretação. Mas CLAVAL apud

PINTO; MAURER (2014, P.144), nos diz que “os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam”. Sobre São Borja, pode-se observar que tem uma história particular marcada pela experiência de ter sido uma das 30 reduções jesuíticas, que fizeram parte de uma experiência única em seu tempo.

Como escreveu WOODWARD apud PINTO; MAURER (2014, P.148), “o processo de construção de uma identidade pode ser simbólico (dá sentido tanto as práticas como as relações sociais) como social (busca uma relação de diferença com outras culturas)”. E continuam os mesmos autores e mesma página, “Esse contexto de formação identitária busca nos antecedentes históricos elementos para a constituição de símbolos e discursos, nos quais acabam dando essência aos elementos culturais”.

Sobre as identidades do passado e do presente que representam São Borja, (HALL apud PINTO; MAURER, 2014, P.148), afirmam que “a busca pela diferença é uma forma de impor uma identidade, através de criações sociais e culturais. Conforme os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, surgem novas identidades, isto é, elas são cambiantes”. E continuam nos mostrando (PINTO apud PINTO; MAURER, 2014, P.149), que na terra dos presidentes, “constata-se diversos tipos de identidades, como: a missioneira, pampiana, trabalhista, ribeirinha e fronteira. Tipos identitários que são representados e reconhecidos no contexto do Patrimônio Histórico-Cultural”.

É importante analisar a relação entre cultura e poder. Para Pinto; Maurer (2014, P.149), “a análise da cultura através das ações de poder é uma das formas modernas pela qual a Geografia Cultural vem movendo-se teoricamente”. Como afirmam (COSGROVE apud PINTO; MAURER, 2014, P.149), seguindo nesta mesma linha, “a intervenção do poder na cultura torna-se evidente no processo de reprodução de elementos culturais, ou seja, na construção de identidades, discursos, elementos materializados, símbolos, entre outros”.

Seguindo esta metodologia da Geografia Cultural, segundo Pinto; Maurer (2014, P.149), “a partir da análise do Patrimônio Histórico-Cultural, da análise das

representações culturais e da historiografia regional, foi possível perceber as manifestações culturais gaúchas ou pampeanas, como dominantes no espaço”. Ainda para o mesmo autor e mesma página, “suas influências sociais são reproduzidas constantemente no local, visto que a região há muitas décadas é influenciada economicamente e socialmente pelos costumes relacionados à lida campeira e à figura do gaúcho”.

Foi com o domínio português, com a distribuição de terras na forma de quadras de sesmaria pela Coroa Portuguesa, e com um grande contingente de gado bovino originários das vacarias criadas pelos jesuítas, que surgem os grandes proprietários de terras e suas estâncias. Como diz Fontella; Ribeiro (2012, P.46), “os estancieiros desta região que não têm escravos aproveitam a emigração dos índios para ficar com alguns como peões. Os guaranis são, segundo testemunho geral, muito indicados para esse serviço; montam bem a cavalo. ”

Com essa reacomodação da sociedade missioneira a partir da administração portuguesa, e em São Borja não foi diferente, conforme Fontella; Ribeiro (2012, P.47), “o grosso da mão-de-obra empregada nas estâncias, estabelecidas nas áreas incorporadas à economia sul rio-grandense após 1801, teria sido composta por guaranis, os quais em grande medida seriam remanescentes das missões. ”

Mas os limites na região da Prata somente se tornaram mais definidos após o fim da Guerra da Cisplatina, em 1828, travada entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (futura Argentina), pelo controle da província deste último país, e que foi primeiro ocupada e depois anexada ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, ela era chamada de cisplatina.

Mas Fontella; Ribeiro (2012, P.47-48), nos diz que apenas com o final deste conflito “pôde ocorrer a efetiva ocupação brasileira da região de Missões, com o consequente estabelecimento da matriz produtiva agropastoril e escravista”. Ainda para Fontella; Ribeiro (2012, P.48), afirmam que sobre a ocupação do território da antiga redução de São Francisco de São Borja, na primeira metade do século XIX, “havia significativa população guarani que ainda o habitava”.

A posição política de fronteira em disputa entre as coroas de Espanha e Portugal e a posição econômica de detentora de grandes rebanhos bovinos,

estruturando assim a produção primeiro de couro e depois de charque, criou um ecossistema propício ao aparecimento do “gaúcho missioneiro”, que trabalhava como peão das grandes estâncias e tinha sua origem nas antigas reduções jesuíticas. Como escreveu Pinto; Maurer (2014, P.149), “esta geografia proporcionou, desde o período das reduções jesuíticas (séculos XVII e XVIII), interesses estratégicos por esse espaço territorial.” Ainda para estes autores e na mesma página, “as características do relevo e da vegetação regional foram fundamentais para a criação de rebanhos de gado nas chamadas vacarias Del Mar.”

Para Haesbaert apud Pinto; Maurer (2014, P.149), este espaço de fronteira “estruturou politicamente seu território a partir do “estabelecimento da linha fronteiriça (só definida no início do séc. XIX); a construção do espaço latifundiário (a partir da doação de sesmarias), forma de apropriação dominante.” Para os mesmos autores e mesma página, “com a consolidação do processo político administrativo do território, houve o surgimento de um tipo social proprietário das terras rurais e encarregado pela criação do gado, chamado de gaúcho.” Mesmo que houvesse uma clara distinção econômica e política entre proprietários (patrões) e empregados (peões), todos viviam no cotidiano envolvidos na cultura gerada pelo trabalho com a criação de animais.

Assim, a partir de uma história particular, uma geografia específica e uma atividade econômica determinada, aos poucos foi se formando a identidade gaúcha. Pinto; Maurer (2014, P.150), afirmam que essa identidade “apresenta o gaúcho como uma figura mítica relacionada ao bioma pampa, às estâncias (grandes propriedades rurais), à lida campeira, ao cavalo, churrasco (carne assada), mate (bebida típica) e à pecuária (criação de gado).”

Para Pinto; Maurer (2014, P.150), “a relação de poder que existe nessa identidade está relacionada às influências sociais e culturais que os grandes proprietários rurais (estancieiros) exercem através de seu poder econômico e territorial no local.” Surge assim uma sociedade onde o fluxo de poder se movimenta de cima para baixo da pirâmide, com dois polos bem marcados, e com um estrato intermediário urbano totalmente dependente dos grandes produtores rurais.

Já a análise dos tipos identitários de São Borja, no que diz respeito às manifestações culturais missionárias parecem a partir do Patrimônio Histórico-Cultural, das representações culturais e da historiografia regional, como afirmam Pinto; Maurer (2014), nos mostra que “os recursos patrimoniais que representam a cultura [...] missionária, por suas características históricas, foram inseridos no subgrupo das culturas residuais, denominadas por Cosgrove como “aquelas que sobram do passado”.

Através da análise das tipologias patrimoniais representadas pela identidade missionária, pelo seu discurso público-comunitário quase invisível e pela inexistência de políticas público-privadas de exaltação do seu patrimônio, foi possível constatar que os seus símbolos culturais, podem ser interpretados através de três formas de utilização: desuso político, desuso turístico e desuso cultural-educacional. Todo este conjunto de referências culturais, segundo Quevedo; Rodrigues apud Colvero; Maurer (2013, p. 261-273), “poderiam estar sendo melhor aproveitadas - se assim fosse de interesse por qualificá-las a um desenvolvimento local, sobretudo que já demonstram consideráveis acréscimos quando abordados em sala de aula. ”

Porém, mesmo assim estes resíduos foram capazes de se reorganizarem numa sub identidade da identidade gaúcha, o chamado “gaúcho missionário”, como dizem Pinto; Maurer (2014, P.152), “nesse caso, as referências são remanejadas de forma estratégica visando estabelecer uma identificação das massas, o que Allan Bloom chama de ‘culturas criadas’”. Assim, conforme Pommer apud Pinto (2011, p.100), “a principal diferença em relação ao gaúcho da campanha possa ser explicada pelo uso de referências ao passado reducional, apresentado para ser seu, e que elabora uma relação muito peculiar com a terra. ”. Para além disso, uma cidade com tamanho patrimônio histórico, sob a terra e debaixo dela necessita de planejamento urbano e políticas públicas que vão ao encontro de sua preservação e perpetuação. Sobre isso, Azevedo e Vasques (2021) destacam que “[...] a falta de interesse público relativo a um modelo preservacionista pode ser imputada a vários aspectos, entre eles a falta de conhecimento do que deve ser preservado”. Ainda segundo os autores, é urgente que se pense em uma nova forma de fazer a educação patrimonial local de forma articulada com um novo cenário turístico-cultural-econômico para a cidade.

### **3.6. AMPLITUDE, INTENSIDADE E TENDÊNCIA DESTE PROBLEMA PÚBLICO**

Segundo Secchi (2013), um problema passa a ser público quando afeta uma quantidade significativa de pessoas. Se pensar em todos os cidadãos que não têm emprego hoje, e poderiam estar empregados na área de turismo histórico-Cultural, o descaso para com o patrimônio missioneiro de São Borja afeta uma quantidade significativa de pessoas; mas se pensar nos impostos que poderiam estar sendo recolhidos e não estão, e os benefícios que estes impostos poderiam estar trazendo para os cidadãos de São Borja, e não estão sendo recolhidos, então a quantidade de pessoas afetadas por este problema público é muito maior, ou seja, ele tem uma grande dimensão.

Quanto a intensidade, o descaso para com o patrimônio missioneiro de São Borja, tem segundo Secchi (2016), uma intensidade absoluta, pois é grave em si mesmo. Se nada for feito, o patrimônio conhecido tende a desaparecer, o que determina um grande prejuízo à sustentabilidade econômica da cidade, pois deixa de gerar emprego e renda.

Ainda para o mesmo autor, no mesmo ano, os problemas públicos atingem as pessoas de forma desigual, a não utilização do potencial do patrimônio missioneiro de São Borja para gerar emprego e renda atinge mais as pessoas desempregadas do que aquelas que estão inseridas no mercado de trabalho.

Por fim, quando se analisam a tendência do não aproveitamento do potencial de geração de emprego e renda a partir do potencial de exploração do patrimônio missioneiro de São Borja, entende-se que ele é um problema incremental, pois segundo Secchi (2016), quanto mais o tempo passa, maior é a gravidade do problema, visto que sem cuidados este patrimônio tende a desaparecer, levando consigo todo o seu potencial que ainda não foi explorado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta que se tem de responder a partir da presente dissertação é a seguinte: “que impede a exploração do potencial de desenvolvimento local contido no patrimônio histórico da redução jesuítico-guarani de São Francisco de Borja? ” Do ponto de vista da história do descaso para com o patrimônio remanescente pode-se listar os seguintes motivos. A pluralidade de historicidades decorrentes do município de São Borja, pode ser considerada a principal responsável pelo descaso, mais especificamente do espólio missioneiro?

O início de toda a problemática relativa ao descaso com o patrimônio histórico, poderia ser imputado também, ao descaso por parte de Espanha, que apesar de ter planejado e implementado um cordão de reduções jesuíticas, com o intuito de barrar o avanço português rumo às minas de Potosi (atual Peru), e que em busca da hegemonia na região do Prata, através do Tratado de Madrid (1750), trocou uma pequena cidadela, a Colônia do Santíssimo Sacramento (atual Uruguai), por uma vasta região denominada: Os Sete Povos das Missões Jesuítas, que estava sob domínio dos jesuítas da Companhia de Jesus, sem levar em conta os vetores de uma nova configuração.

Este descaso elencado, poderia ser fruto também das ações dos países vizinhos, Uruguai e Paraguai, que em momentos distintos invadiram e saquearam a redução de São Borja? A negligência e o descaso, nos parece têm muitas vertentes, como de autoridades políticas e religiosas das distintas épocas, que não fizeram a devida manutenção deste patrimônio histórico, possibilitando e ampliando a questão do “não pertencimento” às questões históricas por parte da população, fato que pode ter influenciado no descaso ou pouco apreço dos são-borjenses pela questão missioneira, que desmancham e se apropriaram, de partes da antiga redução para construir casas e uma nova igreja?.

Entre muitas intervenções que foram paulatinamente corroborando para desconstrução do espólio missioneiro, pode-se também elencar, o descaso por parte das forças políticas do Rio Grande do Sul, que durante a Guerra Farroupilha, queimaram parte da estatuária e dos retábulos missioneiros, pertencentes a antiga igreja da redução jesuítica, como também o descaso por parte da igreja católica que

permitiu que seus párocos vendessem imagens missioneiras para museus argentinos?

São muitas indagações que precisam ser esclarecidas, pois a negligência dos poderes constituídos, isto é, o executivo, o legislativo e o judiciário, até então, não respondem às necessidades que a temática requer. No momento em que a população não se sente representada, em razão de que a história recente que passou a relacionar São Borja a projeção política de dois presidentes da República - Getúlio Vargas e João Goulart, acabando por encobrir na memória popular, produtora das identidades coletivas, um processo histórico vivido há mais de 300 anos.

Desde o início dos anos 2000, passou a ocorrer, inicialmente na Urcamp, campus São Borja, uma inquietação sobre como a questão missioneira era tratada, pelos vários segmentos culturais do município. Como neste período referido, o quadrilátero do Sítio ainda não era tombado pelo Iphan, fato que ajudava de maneira substancial, na derrubada e demolição, neste período, como por exemplo a casa onde nasceu Getúlio Vargas, que foi primeiro destruída por dentro, e após realizaram a queda da fachada.

Certa vez, em uma especialização realizada na Unipampa, cursei uma disciplina denominada de Análise do Discurso, a qual me possibilitou a compreender alguns posicionamentos que até então não havia percebido, nos discursos apresenta-se uma preocupação com o espólio missioneiro, porém, efetivamente não existem ações que corroborem para que seja produzido uma política pública que traduza de fato esse potencial turístico-histórico como fator agregador histórico, preservacionista e econômico, um tripé, que possibilitaria um crescimento nestas esferas, onde futuramente, e em razão de análises do crescimento turístico de algumas cidades, tanto no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai fator gerado através do potencial de concepções como nação.

Durante a existência da antiga redução de São Francisco de Borja, ocorreram algumas tentativas de valorar e conservar o espólio, porém existem contradições que permeiam essa dificuldade, como por exemplo a tentativa para que fossem tombadas as imaginárias que existem no município, e que no momento

da votação, os vereadores da situação votaram contra o projeto, algo preocupante, pois era a forma mais importante e imediata para que as estatuárias fossem protegidas e preservadas, fator em que em uma análise mais profunda, constata-se que no imaginário da população do seguimento político, a causa fica permanentemente em segundo plano.

Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no transcorrer da nossa história, em vários momentos poderiam ter se tornado parte da transformação do município, porém, eximir-se de suas atribuições que visam além de conservar e agregar renda que o Sítio possibilitaria, em momentos, em que o desemprego urge no município dificuldades de renda e emprego. Dito isso, e elencando a citada Análise do Discurso, observa-se que quando falam em público, manifestam-se que são preocupados com a temática, porém, quando a questão vem à tona na prática, tomam decisões contrária ao discurso empregado sistemicamente.

A partir do momento, que houver o reconhecimento da nossa ancestralidade, principalmente dos poderes constituídos, esse potencial que está enterrado sob nossos pés, resultará em retorno e incrementos em vários setores econômicos, culturais e sociais no Município de São Borja. A cidade de São Borja pode ser considerada a primeira cidade do Estado do Rio Grande do Sul? Atualmente dentro do meio acadêmico tem-se aberto uma discussão, em relação a datação da fundação da Redução de São Francisco de Borja. Oficialmente São Borja tem como ano de fundação 1682, porém, existem publicações que datam o município de 1690, fato que colocaria e repercutiria incisivamente na questão de que este seria o 1º dos Sete Povos das Missões.

Desde o tempo reducional, economicamente, São Borja teve importância relevante nesse processo. Pelo bairro do Passo, eram embarcadas mercadorias, da localidade, como também, das outras reduções missioneiras destinadas a Buenos Aires e também à Europa, como por exemplo, a erva-mate e o couro vacum. Neste processo, o município teve ciclos e permaneceu com alguns que se mantêm até agora. Percebe-se que as matrizes econômicas até então praticadas, dão resultados, porém, existe a necessidade de serem prospectadas novas alternativas, além das principais atividades econômicas: a agricultura e a pecuária. A questão do aproveitamento de novos fomentos, intervenções mais incisivas tornam-se

imperativas, como a que trazemos à baila nesta dissertação, a questão do aproveitamento do espólio missioneiro, de fato e de direito, para a partir daí, produzir renda, como também de conservação e de (re) conhecimento histórico.

Sabe-se que economicamente, os segmentos agro pastores, têm impactos determinantes na economia do município, porém, a questão turística-histórica cresce a passos largos como fomentador de renda e conhecimento, não só no Brasil, como também em esfera global. Logo, pergunta-se? O Sítio Arqueológico da Redução de São Francisco de Borja, em igualdade com os outros processos históricos locais, não poderia possibilitar através destas historicidades, alternativas de geração de renda? Entende-se que sim, pois o que se esconde sob nossos pés, ainda incauto, poderá transformar a cidade, numa produtora de alternativas econômicas, além das modalidades que estão voga, para seus munícipes, e pelo qual agregaram condições e fatores importantes no fomento de geração de rendas e oportunidades de desenvolvimentos sustentáveis propiciadas através do Sítio, como os demais nichos provenientes do espólio missioneiro.

A partir do tombamento do Sítio Arqueológico da Redução de São Francisco de Borja, juridicamente as questões relativas ao espólio missioneiro mudaram. Principalmente, nos quarteirões do quadrilátero abarcado pela decisão do Iphan, que visa conservá-lo de deteriorações intencionais, ou não, por parte de quem possuem propriedades nestes locais, que, pois, apesar da luta de alguns abnegados historiadores e autodidatas que tratam dessa temática, existem entraves que minam uma situação exploratória, tanto cultural, como econômica. Passados anos ocorreu na abertura defronte à Igreja Matriz a descoberta de fragmentos pertencentes à Igreja jesuíta original. A partir deste achado, foi realizada uma vistoria pela arqueóloga Raquel Rech, que contou com a participação do professor Rodrigo Maurer, porém, após a inspeção o local foi tapado e não ocorreu uma intervenção que a trouxesse à tona, e possibilitasse sua exibição, que poderia ser em forma de janelas arqueológicas, como as existentes na igreja de Santo Ângelo.

Posteriormente, na 42ª franquia das lojas Gang, ao iniciarem as obras para sua inauguração, foram encontradas evidências de objetos pertencentes ao período missioneiro, e a partir destas descobertas, ocorreu uma mobilização entre os setores atuantes no setor cultural, que buscam conservar a historicidade decorrente

de vários momentos de São Borja. Após a comunicação aos órgãos competentes das ações que seriam desenvolvidas, e da possibilidade da perda de importantes vestígios, a loja foi estabelecida no prédio histórico, uma antiga botica missioneira, construída por jesuítas há mais de dois séculos, e para que não ocorresse uma descaracterização total do ambiente, através de um acordo, algumas partes do subsolo e das paredes da época ficaram expostas.

No entanto, o mais emblemático foi o caso da construção do CAT, Centro de Atendimento ao Turista, na Praça Central do município, pela própria prefeitura em cima do sítio, que não seguiu a devida ordenação legal, através de planejamento e busca de autorização e liberação pelo Iphan. Como a Prefeitura não seguiu os preceitos legais, a comunidade representada por alguns cidadãos, entrou com o embargo junto ao Iphan, e este determinou a interrupção e a contração de um arqueólogo para examinar e dar o aval técnico, para a continuação e a finalização da obra. A prefeitura contratou uma equipe que esteve fazendo a análise, porém a obra até agora encontra-se inacabada.

Estas ações desencadeadas por setores da sociedade são-borjense, onde se sobressaem as praticadas pelo governo municipal, nos produz apreensões, não só em relação ao espólio missioneiro, em especial ao quadrilátero tombado, como por exemplo o caso do museu Getúlio Vargas, onde a platibanda caiu a alguns anos, e nada foi feito para conservá-la, como também o piso de *parquet*, de seu interior, que se encontra em processo de deterioração. Se o descaso por parte da mantenedora responsável pela conservação, que não segue o regramento proposto pela ordem jurídica, imaginam-se, as ações ou reações do restante daqueles que têm interesses imobiliários neste setor protegido, e que se sentem incomodados com as novas determinações provindas do Iphan.

Portanto, traz-se através de proposição, o projeto de criação de um Núcleo Protetivo e de Governança do Sítio Missioneiro (NPGSM), voltado e amparado em uma série de interpretações, tanto da ordem civil burocrática, como por exemplo, a organização do Estado, das instituições e das possíveis legislações, tendo em conta a participação da sociedade civil, nas decisões políticas e articulações intermunicipais, assim conferidas a um leque maior de entendimento que detenha, nos patrimônios da antiga redução de São Francisco de Borja, jesuíta, um ponto de

partida para um novo pensar de oportunidades, e diga-se de passagem, mais criativo se comparado ao momento que comporta o recorte regional, tudo isso através do regramento legal e jurídico que a questão exige.

Ao se analisar certos fatores socioculturais referentes ao município de São Borja, nota-se que existem pela comunidade acadêmica e de parte do segmento político, com ou sem vínculo com o município, o reconhecimento de toda a sua diversidade histórico-cultural. No dia 10 de outubro de 1994, o então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, declarou “São Borja, Cidade Histórica”, de acordo com o artigo 82, inciso V da Constituição Estadual.

Desde sua fundação, ocorreram significativos acontecimentos políticos, econômicos e sociais, que contribuíram para a sua valoração histórico-cultural, decorridos durante o seu processo ocupacional ao longo da sua história. Essa valorização decorrente de sua historicidade, podem e devem contribuir para a construção da memórias e identidades coletivas dos diversos núcleos formadores da sociedade local, como também na forma de difundir, (re) conhecer e principalmente na conservação da sua historicidade para as futuras gerações.

Para exemplificar as riquezas socioculturais de São Borja, no decorrer de sua história, elencamos duas: a fundação da Redução de São Francisco de Borja, com seu início através do aldeamento de alguns povos originários, onde os guaranis tiveram papel preponderante, pois este período missioneiro contribuiu significativamente para a construção das práticas vinculativas à lida campeira, que deu origem a figura típica do gaúcho pampiano, forjando as diversas identidades fronteiriças através das suas simbologias, hábitos, costumes e valores, propiciando assim, o afloramento de seu pertencimento, e a partir daí, se reconhecer como parte da construção de uma identidade missioneira e fronteiriça bem característica da região onde está inserida.

Como também, os presidentes Getúlio Dornelles Vargas e João Belchior Goulart, que foram atores importantes em períodos republicanos, em que ocorreram inúmeras agitações políticas dentro do estado brasileiro, testemunhando e vivenciando acontecimentos destes períodos, e que ainda contribuem no enriquecimento da história, não só local, como também, regional, estadual e federal.

A trajetória do atual município de São Borja, a partir do período missioneiro, de sua elevação à condição de vila, e a *posteriore* a município, perpassa pelas expedições de Artigas, (1816), Rivera (1824), Estigaribia (1865), Aparício Mariense, através da Moção Plebiscitária (1888), Getúlio Vargas (1930/1934/1937/1951), João Goulart (1961). Portanto, atribuir São Borja somente como a “Terra dos Presidentes”, ou seja, a história de João Goulart e a Getúlio Vargas, presta um desserviço, pois deixar encoberto o restante da pluralidade cultural histórica existente no município de São Borja, como a questão missioneira, não serve para a difusão da história local, e a partir de então, propiciar embasamentos para as futuras interpretações, serve apenas para negar parte importante do acontecido nesta localidade.

Em São Borja existe uma singular riqueza cultural e diversificada, gerada pelos diversos atores, sejam eles, os já citados jesuítas ou os ex-presidentes. A mais preocupante, está relativização da questão missioneira, onde alguns políticos tendem em não reconhecer sua importância, expondo que o tombamento do sítio histórico, mais atrapalha, pois segundo um deles “até para trocar uma janela teriam que pedir permissão ao Iphan”. Ledo engano, porém, se essa questão fosse bem trabalhada, como em outras antigas reduções, tornar-se-ia um fator agregador, e não excludente de oportunidades, que o sítio proporciona para a comunidade são-borjense em geral.

Em termos mais otimistas, a ordem de importância que se sugere pela referida dissertação não descarta qualquer exercício de controle civil ou aprendizado patrimonial que venham a ser úteis para a construção teórica aqui proposta. Tem-se, portanto, um conjunto de significados que estão relacionados materialmente ou imaterialmente à moderna cidade de São Borja. Não é, pois, por mera causalidade que os últimos anos têm reservado uma variedade de projetos nas áreas da historiografia, da geografia urbana, inventários, patrimônio cultural, turismo, identidades socioterritoriais, e representações sociais das missões, mas até esse momento é importante dizer que apenas uma iniciativa procurou emitir dispositivos de ordem socioeducacional que fizessem conferir às autoridades

públicas um aproveitamento mais racional e consistente do sítio arqueológico enquanto pauta de cidade<sup>35</sup>.

Em meio a esse rápido apanhado de situações nas quais o acaso insiste em mostrar que São Borja tem um patrimônio rico em baixo da terra, entre idas e vindas, não resta dúvida alguma em dizer que o reconhecimento deste sítio arqueológico acontece de forma muito lenta. E fica a pergunta: o que impede os gestores públicos para incentivar uma ação deste porte para o nosso município?

A título de registro, o Patrimônio Cultural da região das Missões, apresenta-se como legado elaborado pelos *Guarani* e os Jesuítas nas reduções. São um sem número de sítios arqueológicos espalhados por toda a região, quatro deles reconhecidos como patrimônio. Partindo de São Miguel Arcanjo, declarado Patrimônio Nacional em 1938 e da Humanidade em 1983, São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau declarados Patrimônio Nacional em 1970.

Estes quatro sítios arqueológicos são reconhecidos pelo Governo federal, como o Parque Histórico Nacional das Missões, que englobam além dos sítios os municípios em que os mesmos estão inseridos (VILLEGAS, 2008). Nesse grupo seleta, São Borja já teve seu reconhecimento, embora ainda acanhado, de ser também um sítio histórico, reconhecimento este conferido em 2018, pelo Conselho Nacional de Arqueologia sob consentimento do próprio IPHAN<sup>36</sup>.

Mas afinal, o que faz com que o reconhecimento do patrimônio arqueológico de São Borja ainda seja tão moroso, por parte da sua elite e comunidade em geral? É preciso combater as desconstruções das historicidades provenientes de um passado missioneiro que falta ser melhor apropriado pelos gestores do poder local. Nos corredores acadêmicos as pesquisas não só seguem revigoradas como estão a promover saberes que fazem despertar o interesse de novos investigadores que

---

<sup>35</sup>Essa situação já mereceu atenção de dois investigadores locais num trabalho em conjunto, é o caso de: MAURER, Rodrigo; PINTO, Muriel. *Prontuário técnico do sítio histórico de São Borja – Centro de Apoio Missioneiro – Ações e aplicabilidades*. Apresentado ao Conselho Municipal de Cultura do município de São Borja. 09 de maio de 2018.

<sup>36</sup>Vide os projetos: IPHAN.; IAPH.; URI. *Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões*. São Ângelo. 2008. <http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file669.pdf> IAPH. *Ata de la reunión técnica*. IPHAN/IAPH. Sevilla: IAPH, 2012. IPHAN. *Ata da 1ª Reunião da coordenação Nacional do Projeto de Cooperação técnica internacional 914BRZ4016 “Valorização da paisagem cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas Guaranis*. São Miguel das Missões, Brasil.

diretamente ou indiretamente levam a cabo um caminho único de interpretação: a São Borja missioneira.

Para finalizar, já não basta mais dizer que a proteção do patrimônio histórico-cultural-arqueológico está consagrado pelas normas contidas nas esferas municipais, estaduais, federais e internacionais que buscam a preservação e consolidação da identidade de uma nação, falta definir uma política pública em defesa do que é tangível (leia-se o todo arqueológico) para assim se conseguir construir um conhecimento que faça perceber no problema fim uma leitura de ganhos e não mais de perdas como as que hoje conhecemos.

## REFERÊNCIAS

AHLERT, Jacqueline. **Ruínas na terra do porvir. In: Missões em mosaico: da interpretação à prática: um conjunto de experiências.** Ronaldo Colvero; Rodrigo Maurer (orgs.). Porto Alegre: Faith, 2011: 183-194.

ANTONINI; NITO; NEVES. **Construindo uma rede de educação patrimonial: a experiência da rede paulista de educação patrimonial (REDEP).** In: Revista CPC, vol. 14, 27 esp., 2019.

AQUINO, Brasil Fontoura. **Colcha de retalhos: memórias de um são-borjense.** S/E, 1988.

ARRETCHE, Marta T.S. **Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 14, nº 40, 1999.

AZEVEDO, Domingos Sávio Campos de, VASQUES, José Luciano Gattiboni Vasques. **Descuido ou desapareço? porque a pauta do sítio histórico não avança no município de São Borja?** 2021. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/26/eh2603.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2024.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul – 1812-1884.** São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

BISONHIN, Kelli. **Em busca da estrutura sócio-espacial da redução de San Francisco de Borja: a sobrevivência do patrimônio arqueológico.** Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade.** São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1979.

**BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal.

**BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1946. Brasília, DF: Senado Federal.

**BRASIL.** Lei nº 3.924, de 19 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 jul. 1961.

**BRASIL.** Portaria nº 375, de 17 de abril de 2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de abril de 2018.

**BRASIL.** Portaria nº 7, de 19 de fevereiro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 fev. 1988.

**BRASIL.** Emenda Constitucional nº 71, de 29 de maio de 2012. Altera a Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 maio de 2012.

**BRASIL.** Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Altera a Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 fev. 2015.

**BRASIL.** Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 1 dez. 1937.

**BRASIL.** Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 24 jun. 1941.

CALI, Plácido. **Políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico.** São Paulo: USP, 2005, Tese de Doutorado.

CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: EDUSP, 2011.

CAMORETTO, Tais Martins, COLVERO, Ronaldo Bernardino. **O cenário político-partidário no Rio Grande do Sul pós-ditadura militar: continuação ou reformulação.** Ceeinter. anais do I Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades. vol. 1, p. 394-403, 2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COLVERO, Ronaldo; MAURER, Rodrigo. **São Borja e seu patrimônio quase “esquecido”: o caso das missões jesuíticas na terra dos presidentes.** In: IV Congresso Internacional de História. Maringá, 2009. <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/313.pdf>.

\_\_\_\_\_. (Orgs.). **Missões em Mosaico. Da interpretação à prática: um conjunto de experiências.** Porto Alegre: Ed. Faith, 2011.

\_\_\_\_\_. **Da memória imóvel ao devir patrimonial: polêmicas entre o público e o privado do sítio histórico-missionário de São Borja.** In: Anais V Buscando Sul, São Borja, 2019.

\_\_\_\_\_. **Olhares sobre o patrimônio móvel missionário: considerações de um franco-brasileiro e sua importância para os inventários contemporâneos.** In: Patrimônio e Memória, V. 16, n. 1, 2020.

COLVERO, Ronaldo Bernardino; SEVERO, Marconi. **A construção e a disputa pela hegemonia patrimonial em São Borja (RS): de primeiro dos Sete Povos Missionários à terra dos Presidentes.** In: Revista Confluências culturais, vol. 5 (10), 2016.

CORBUSIER, Le (Org.). **Carta de Atenas.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais.** IPHAN, Rio de Janeiro: 3ª ed., 2004.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. **A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana missionária.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

COSTA, Marcus Vinicius da. **Nação, contrabando e alianças políticas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX: relações transfronteiriças entre as comunidades de São Francisco de Borja e**

**Santo Tomé.** Tese (Doutorado em História da Universidade Federal de Santa Catarina) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013.

DA SILVA, F. **Gestão do patrimônio histórico e cultural no contexto do “plano de ação para as cidades históricas”.** Cáceres – MT. In: História e cultura, vol. 1 (2), 2012.

DA SILVA, Christian L. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO/SECRETARIA. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.** Dph, São Paulo: 1992.

DO NASCIMENTO, Anna O.; OLIVEIRA, Maria I. (Orgs.). **Bens e riquezas das missões.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008.

EU, Luíz Maria Fernando G. de Orléans, Conde d'. **Viagem militar ao Rio Grande do Sul.** São Paulo: USP, 1981.

FABRIS, Alice Lopes (Org.). **A proteção internacional de bens culturais: textos escolhidos.** Minas Gerais: UFMG, 2016.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** In: Planejamentos e políticas públicas. Brasília, n. 21, pp. 211-259, jun. 2020.

FONTELLA, Leandro Goya, RIBEIRO, Max Roberto Pereira. **Trabalho escravo na região de Missões (Vila de São Borja, primeira metade do Século XIX).** Revista Latino-Americana de História. vol. 1, nº. 3 – mar., 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GOELZER, M. **Remanescentes das missões jesuítico-guarani no Rio Grande do Sul: da pera e cal à paisagem cultural.** In: Em questão (especial). Vol. 26, 2020.

GOELZER, A. L. **Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuições de valores e critérios de intervenção.** Tese (Doutorado em Planejamento e Uso de Recursos Renováveis), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GUTIERREZ, Ramón. **As missões jesuíticas dos Guaranis.** Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, UNESCO, 1987.

GOULART, Cátia Rosana Dias. **Uma Leitura de A Cidade dos Padres no Contexto do Novo Discurso Ficcional-Histórico na América Latina.** Fundação Universidade Federal do Rio Grande: 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Museu Imperial, 1999.

IAPH. **Ata de La Reunión Técnica**. IPHAN/ IAPH. Sevilla: IAPH. 2012.

IPHAN.; IAPH.; URI. **Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões. Santo Ângelo.** <<http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file669.pdf>> 2008.

IPHAN. **Ata da 1ª Reunião da coordenação Nacional do Projeto de Cooperação técnica internacional 914BRZ4016 “Valorização da paisagem cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas dos Guaranis**. São Miguel das Missões, Brasil, 2014.

HAIA. **Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado. Haia, 14 Maio 1954**. Disponível em: <https://bit.ly/2OUDVAF>

KERN, Arno. **Arqueologia histórica missioneira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

LAUDO IPHAN. **Memorando 117/2016**. Data de 29.02.2016.

LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1994, pp. 423-483.

LEI Nº 8.313 – De 23 de Dezembro de 1991 – DOU de 23/12/91

MARCHI; DE MAMANN; FERREIRA. **Patrimônios mundiais em contextos distintos: construindo paralelo entre Brasil e Portugal através dos casos de São Miguel das Missões e do Centro Histórico de Évora**. In: Paulista, vol. 26, 2018.

MARINS, Paulo. **Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980**. In: Estudos Históricos, vol. 29, n. 57, pp. 9-28, 2016.

MAURER, Rodrigo. **Do um que não é sete: o caso da antiga redução de San Francisco de Borja e a dinâmica da diferença**. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: PPGH Universidade de Passo Fundo, 2011.

MAURER, Rodrigo; PINTO, Muriel. **Prontuário técnico do sitio histórico de São Borja – Centro de Apoio Missioneiro – Ações e aplicabilidades**. Apresentado ao Conselho Municipal de Cultura do município de São Borja. 09 de Maio de 2018.

MAURER, Rodrigo; PINTO, Muriel. **Quando a geo-história avança sobre os significados de um espaço urbano: as paisagens culturais e as transformações identitárias da fronteira Brasil-Argentina**. EURE. Santiago. vol 40, nº 120, pp. 135-158, mai, 2014.

MEUNIER & POIRIER-VANNIER. **La exposicion em los museos de sitio como herramienta de sensibilizacion al patrimonio arqueológico**. In: Estudios pedagógicos, vol. 43 (4), 2017.

NOGUEIRA, Carmen R.; D. BURKHARD, Daniela. **Políticas públicas de Turismo para o desenvolvimento Local/ Regional.** In: Revista Eletrônica de Turismo Cultural, Universidade de São Paulo. São Paulo, v.2. n.2, <[http://www.eca.usp.br/turismocultural/Retc04\\_arquivos/Carmen\\_Missoes.pdf](http://www.eca.usp.br/turismocultural/Retc04_arquivos/Carmen_Missoes.pdf)> 2008.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural e novas políticas de memória.** In: RIOS, Kênia Souza; FURTADO FILHO, João Ernani (orgs.). Em tempo: História, memória e educação. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 319-330.

OOSTERBEEK, Luiz. **Arqueologia, patrimônio e gestão do território: polêmicas.** Erechim: Habilis, 2007.

PINTO, Helena. **Educação patrimonial e educação histórica: contributos para um diálogo interidentitário na construção de significado sobre o passado.** In Diálogos, vol. 19 (1), 2015.

PINTO, Muriel. **A identidade socioterritorial missioneira na cidade histórica de São Borja-RS: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas reduções jesuítico-guarani.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2015.

\_\_\_\_\_. **A região de fronteira São Borja-Brasil/Santo Tomé-Argentina: as representações sociais tradicionais pós construção da ponte da integração (1994-1997).** In: Redes. Vol. 20 (3), 2015b.

PINTO, Muriel & MAURER, Rodrigo. **Quando a geo-história avança sobre os significados de um espaço urbano: as paisagens culturais e as transformações identitárias da fronteira Brasil-Argentina.** In: Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regional – EURE. Vol. 40, nº 120, Mayo 2014. pp. 135-158. [www.eure.cl](http://www.eure.cl)

PINTO, Muriel; MAURER, Rodrigo; RETAMOSO, Alex S. **Uma região ameríndia na Mesopotâmia do Prata? Marcadores territoriais e identidades tradicionais como elementos para um novo pensar sobre o desenvolvimento territorial transfronteiriço entre as antigas Reduções Missioneiras.** In: Turismo e Relações Internacionais: fronteiras transnacionais, para diplomacia das cidades e inserção internacional do Brasil – Rio de Janeiro: Centro de Estudos em Geografia e Relações Internacionais/Cenegri, 2015. pp. 145-168.

POSSAMAI, Zita. **O patrimônio e o conhecimento histórico.** In: Ciências e Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras. Porto Alegre, nº 27, jan./jun. de 2000, pp. 13-24.

QUEVEDO, Júlio R. **A Guerra Guaranítica: a rebelião colonial nas missões.** Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre, n.2, v.XX, p. 5-26, dez, 1994.

RECH, Raquel. **Relatório de vistoria arqueológica no centro histórico de São Borja.** São Borja: Prefeitura municipal, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Laudo da vistoria arqueológica: obras de escavação de uma trincheira para colocação de tubulação de rede telefônica em frente à atual igreja matriz de São Francisco de Borja.** São Borja, 2007b.

RILLO, Aparício & O'DONELL, Fernando. **Populário São-Borjense.** São Borja: Nova Prova, 2004.

RILLO, Aparício Silva. **São Borja em perguntas e respostas.** Tramandaí-RS: Gráfica Noschang, 1982.

RISCADO, Erminia. **Desenvolvimento turístico e gestão participativa em sítios históricos urbanos: uma contribuição teórico-conceitual sobre o cenário brasileiro.** In Intersecções: revista de estudos interdisciplinares, vol. 21 (3), 2019.

**RIO GRANDE DO SUL.** Lei nº 1.231, de 22 de março de 1978. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, 1978.

**RIO GRANDE DO SUL.** Lei nº 7.231, de 22 de dezembro de 1978. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, 1978.

**RIO GRANDE DO SUL.** Decreto nº 31.049, de 27 de dezembro de 1983. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, 1983

**RIO GRANDE DO SUL.** Portaria nº 11, de 6 de fevereiro de 1990. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, 1990.

RODRIGUES, Fernando. **Resquícios jesuíticos missioneiros na terra dos presidentes e a potencialização para o desenvolvimento do turismo (Trabalho de conclusão de curso.** Especialização em Imagem, História e Memória das Missões: educação para o patrimônio. UNIPAMPA., São Borja, 2014.

**SO BORJA.** Lei Orgânica do Município de São Borja, de 5 de abril de 1990. São Borja, RS: Câmara Municipal, 1990.

**SÃO BORJA.** Lei nº 5.108, de 17 de dezembro de 2015. [Título ou assunto da lei]. São Borja, RS: Câmara Municipal, 2015.

**SÃO BORJA.** Lei Complementar nº 55, de 18 de novembro de 2011. [Título ou assunto da lei]. São Borja, RS: Câmara Municipal, 2011.

SCARAMELLA, Giovane. **Onde está a redução jesuítica missioneira?** In: Jornal das Missões, 15 de dezembro de 1990.

SCIFONI, R. **Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo.** In: Revista CPC, vol. 14, 27 esp., 2019.

SCHMITZ, P. (Coord.). **Arqueologia no Rio Grande do Sul.** In: Pesquisas, antropologia, 16: 47-78, 1967.

SANT'ANNA, Márcia. **A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização.** In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs.). Memória e patrimônio, ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

SANTIAGO & SALADINO. **Os tempos e suas sentenças: motivações, critérios e diretrizes no tombamento de sítios arqueológicos pelo IPHAN.** In: Revista Memorare, vol. 3 (3), 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, v. 133, 2013.

\_\_\_\_\_. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SIMIS, Anita. **A política cultural como política pública.** In: Políticas culturais no Brasil. Antonio Rubin (Org.). Salvador: EDUFBA, pp. 133-156 (PDF), 2007.

SOARES, André (Org.). **Educação patrimonial: relatos e experiências.** Santa Maria: UFSM, 2003.

SOUZA, Celina. **Estado da arte em políticas públicas.** IN: HOCHMAN, G.; ARECHE; M.T.da S.; MARQUES E.C. (Orgs.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

TOLENTINO. F. **Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces.** In: Revista CPC, vol. 14, 27 esp., 2019.

UNESCO. **Convention for the Sateguarding of the Intangible Cultural Heritage.** Paris, 17 October 2003.

UNESCO. **Convención para la salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial.** In: Actas de la 32ª. Conferência General. Paris, 29 set.-29 out., 2003. 2006.

VILLEGAS, Mathilde. **Evolução e Diagnóstico dos recursos de interesse patrimonial da Região da Missões.** IPHAN. IAPH. URI. In: Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões. Santo Ângelo, 2008. <<http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file669.pdf>>

## APÊNDICE 01

### TRIBUNA LIVRE

Aos 30 dias de Outubro de 2021, na condição de cidadão e acadêmico-pesquisador, manifestei e apresentei aos vereadores de São Borja o Projeto de Mestrado intitulado: ANÁLISE DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO FRANCISCO DE BORJA-RS. Na ocasião discorri sobre a importância da efetivação de fato e de direito do referido tema e os resultados provenientes da integração de seus aspectos culturais, históricos e econômicos no município de São Borja.



**Imagem 01:** Portaria oficial da Câmara de Vereadores – Ordem do dia, 30 de Agosto de 2021. Fonte: <http://camarasaoborja.rs.gov.br>

Inicialmente agradei ao Presidente da Câmara, o vereador José Luís Machado, pela oportunidade de apresentar o projeto e, dialogar a respeito do tema que julgo de grande relevância, não só pela questão histórica, mas também pelo efeito econômico que a sua efetivação produziria em muitos setores da economia municipal, estadual e federal, e que também poderia abranger outros municípios vizinhos da cidade de São Borja, algo que acredito não ser apenas meu, mas também de vários outros pesquisadores: a defesa do sítio histórico e arqueológico e pensar conjuntamente um ciclo de progresso que possa ser gerado através do problema de fundo.



**Imagem 02:** Manifestação na tribuna livre da Câmara de Vereadores de São Borja. Acervo próprio.



**Imagem 03:** Manifestação na Tribuna Livre da Câmara de Vereadores de São Borja. Acervo próprio.

Na oportunidade ponderei que o sítio histórico, desde 2018 está reconhecido oficialmente pelo Conselho Nacional de Arqueologia e pelo IPHAN, fruto de longas tentativas de efetivação deste potencial turístico que pode ser direcionado a suprir algumas lacunas geradas pela crise que atualmente permeia a economia local e brasileira.

Na explanação elenquei que a descoberta de vestígios e os efeitos provenientes da “Casa de Pedra” durante a sua reforma no prédio onde foi instalada a Loja Gang, resultam novas perspectivas sobre o espólio missioneiro pertencente ao sítio arqueológico, e produz inquietações entre setores econômicos e culturais já manifestados através de encontros e discussões, dentre eles a audiência promovida pelo engajado nas questões são-borjenses, o vereador Valério Cassafuz, onde

compareceram aproximadamente 400 pessoas, que objetivavam participar, ponderar e produzir efeitos substanciais em prol da valoração missioneira, fato que me impactou e produziu esperança na condução de um processo histórico cultural voltado para a sua preservação que frutificará com a adesão de setores do seguimento cultural e econômico municipal.

Na abordagem ali proferida, ponderei que apesar de toda historicidade de São Borja, não só na questão missioneira, ponto de partida da consolidação como importante centro histórico, já que foi declarada “Cidade Histórica” em 1995, durante o governo de Alceu Collares, ainda segue como o único município dos Sete Povos das Missões Jesuíticas Orientais que ainda não realizou nenhuma prospecção voltada ao reconhecimento e valorização de um passado que continua desconhecido e intocado tanto acima do solo como no subsolo, principalmente no quadrilátero reconhecido oficialmente pelo IPHAN.

Dentre as observações que pautaram a apresentação, discorri sobre o Art. 216 da Constituição Federal no qual adverte que a preservação do patrimônio cultural em questão deve contar com o apoio da comunidade, que poderá ajudar neste preceito, e é nesta linha de pensamento que é embasada a minha pesquisa, pois só a vontade do setor público tem se mostrado insuficiente, o que torna por imprescindível a colaboração da comunidade.

No decorrer das ponderações, alertei que ainda existem pontos de interrogações a respeito dos procedimentos quando da intervenção dentro do espaço já reconhecido, e em razão disso frisei que minha pesquisa poderia ser o ponto de equilíbrio entre o setor do conhecimento (aquilo que se produz nos bancos acadêmicos e tecnológicos), e os setores políticos e econômicos no sentido de somar e agregar forças pelo bem comum: o nosso sítio histórico e arqueológico missioneiro.

Fiz questão de deixar claro, que o intento era no sentido de contribuir e participar da elaboração de uma política pública que tenha como ponto de partida, o sítio-origem da antiga redução de São Borja. Em uma das ponderações que dirigi aos vereadores, me foi possível questionar dois pontos de inflexão: que importância

tem um sítio histórico para uma localidade? E, em tempo, como aproveitar o que já existe?

A título de conhecimento, expliquei que atualmente existem tecnologias apropriadas que podem fazer uma varredura do sítio sem a necessidade de destruir as edificações e mesmo assim localizar vestígios se acaso exista no local inspecionado, possibilitando a criação de mapas em 3D de antigas ruínas ou objetos que por acaso existam nos locais investigados. Ademais, os arqueólogos atualmente utilizam destas ferramentas para investigar e encontrar antigos locais de interesse, com mais facilidade do que outrora. A partir de então podem escavar com maior certeza e causar menos danos nas descobertas, ao aplicar as mais recentes técnicas desenvolvidas com essa finalidade nos artefatos ou restos humanos antigos, identificando assim pessoas ou objetos que nestes locais permaneceram ou existiram ao longo do tempo.

Enfatizei que entre as novas tecnologias, existe uma denominada de ciber arqueologia, que agrega à ciência da computação, pesquisas de engenharia e conhecimentos em ciências naturais, união que gerou e produziu uma nova forma dos pesquisadores e cientistas localizarem vestígios que contam a história do passado da humanidade.

Outra observação levada e discutida com os vereadores, é de desfazer a ideia que o reconhecimento do sítio prejudicaria o setor imobiliário ou vice-versa, fato que as novas tecnologias já elencadas desmistificam essa situação, pois na realidade o que desejamos é oportunizar aos proprietários a chance de informação, de que também podem ganhar economicamente caso existam em seus domínios, bens de origens missioneiras através da visitação de turistas e aficionados pelo turismo histórico-cultural.

Como entendemos, muitos são os fatores que ajudariam na valorização do espólio missioneiro, desde uma simbólica cruz “Missioneira” na Praça Matriz, ponto central desde a fundação da Redução, como a representatividade já produzida pelos bustos existentes dos ex-presidentes Getúlio e Jango naquele local, pois quando passarmos de fato denominar ruas e pontos de memórias que façam lembrar as nossas lideranças indígenas teremos contado a nossa história na sua

plenitude<sup>37</sup>. A preservação da historicidade são-borjense, além do sítio está também, na preservação do Altar da Paróquia do Passo, no conhecer das origens e dos motivos que imortalizaram os jesuítas e suas lápides em frente à Igreja Matriz de São Borja.

Ao desenrolar da exposição, pontuei que o tema Missões nos permite realizar um convênio internacional, onde destaquei que algumas ações como o CAT – Centro de Apoio ao Turista – Joseph Brazanelli, que por ora se encontra embargado, pode servir como um possível argumento futuro para o conteúdo ainda desconhecido como algo economicamente viável, como a utilização do espólio missioneiro, fato que nos permite preservar a memória cultural do nosso povo originário e possibilitar nossas alternativas geradas pelo acompanhamento das nossas raízes no cotidiano da cidade.

---

<sup>37</sup>Esta situação carece ser melhor aprofundada, entretanto, acuso que não se trata de um objeto que será por mim explorado na investigação que venho realizando, todavia, é um tanto apropriado referenciar os esforços que o historiador Rodrigo Maurer tem feito com relação à essa temática, pois mesmo de modo um tanto acanhado, já conseguiu mapear algumas dessas lideranças. Vide o caso de Francisco de Eleutae e Timotheo Baheaba, que o mesmo lançou em sua dissertação de mestrado: MAURER, Rodrigo. *Do um que não é sete; o caso de San Francisco de Borja e a dinâmica da diferença*. PPGH Universidade de Passo Fundo, 2011.



MINISTÉRIO DO TURISMO  
SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA  
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL  
Superintendência do IPHAN no Estado do Rio Grande do Sul

Notificação Nº 4/2021/IPHAN-RS-IPHAN

Ao Senhor

Eduardo Bonotto

Prefeito

Prefeitura Municipal de São Borja

Rua: Aparício Mariense, nº 2751 - Centro.

CEP: 97670-000 - São Borja - RS

e-mail: gabinete@saoborja.rs.gov.br

NOTIFICAÇÃO

Assunto: Paralisação de obra junto ao Sítio Arqueológico Redução Jesuítica de São Francisco de Borja em São Borja /RS.

Processo IPHAN n.º 01512.000497/2021-91

Senhor Prefeito,

No momento em que o cumprimento, reitero o Ofício Nº 1231/2021/IPHAN-RS-IPHAN e solicito a **PARALIZAÇÃO** imediata de quaisquer atividades na área do Sítio Arqueológico Redução Jesuítica de São Francisco de Borja, na área central do município de São Borja até o esclarecimento dos fatos.

Cabe informar que:

- a Constituição da República confere especial proteção ao patrimônio cultural brasileiro, este constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Artigo 216, caput);

- os sítios arqueológicos estão elencados como patrimônio cultural brasileiro no Art. 216 da Constituição Federal de 1988. Em adição, o parágrafo 1º, deste mesmo artigo preconiza que: o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por

**Imagem 04:** NOTIFICAÇÃO Nº 4/2021/IPHAN-RS-IPHAN, para a Prefeitura Municipal de São Borja – RS.

**OUTUBRO**

**Bolsonaro veta nome de João Goulart em rodovia**

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) vetou um projeto de lei que dava à quase a totalidade da rodovia BR-153 o nome de João Goulart, presidente deposto pelo regime militar de 1964. O veto foi publicado no Diário Oficial da União de quinta-feira, dia 14.

Segundo Bolsonaro, "escolher homenagear apenas uma figura histórica poderia representar descompasso com os anseios e as expectativas da população de cada unidade federativa abrangida pela Rodovia". O projeto dava o nome de Jango ao trecho da BR-153 que vai de Marabá, no Pará, a Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul, totalizando cerca de 3,3 mil dos 3,5 mil quilômetros da rodovia, passando por oito Estados diferentes.

**Morre o empresário Ibrahim Mahmud**

*Ele era presidente do Sindilqas e vice-presidente da Fecomércio*

Faleceu na madrugada de sábado, dia 9, no Hospital Ivan Goulart, em São Borja, o empresário Ibrahim Mahmud, de 74 anos, em decorrência de complicações após um procedimento cirúrgico de hérnia inguinal. Desde 2001, Mahmud era vice-presidente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio do Sul (Fecomércio-RS) e presidente do Sindilqas. Também já havia presidido a Acisb entre 1989 a 1996 e a CDL em 1996.

**Vice-presidente Hamilton Mourão ficou**

**São Borja completa 339 anos de fundação neste domingo**

Foto: PSFB



Programação do padroeiro se encerra neste domingo

Fundada em 10 de outubro de 1682, pelo padre jesuíta Francisco Garcia, São Borja completa neste domingo seus 339 anos de fundação. A mesma data é dedicada ao Padroeiro do Município, São Francisco de Borja, que também é padroeiro da paróquia católica do centro da cidade.

Quando de sua fundação, o novo povoado ganhou a denominação de São Francisco de Borja, tornando-se assim o primeiro dos Sete Povos das Missões e a primeira civilização no Rio Grande do Sul. Mais tarde adotaria o nome de São Borja, ganhando a condição de vila autônoma no dia 21 de maio de 1834.

**Justiça Federal determina paralisação da obra do Centro de Atendimento ao Turista**



vice-presidente da Fecomércio

Faleceu na madrugada de sábado, dia 9, no Hospital Ivan Goulart, em São Borja, o empresário Ibrahim Mahmud, de 74 anos, em decorrência de complicações após um procedimento cirúrgico de hérnia inguinal. Desde 2001, Mahmud era vice-presidente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio do Sul (Fecomércio-RS) e presidente do Sindilqas. Também já havia presidido a Acisb entre 1989 a 1996 e a CDL em 1996.

**Vice-presidente Hamilton Mourão ficou dois dias em São Borja**

O vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, esteve em São Borja nesta semana participando de um evento na Coudelaria de Rincão. A visita ilustre aterrissou em um avião das Forças Armadas no Aeroporto Regional de Santo Ângelo no início da tarde de quarta-feira, dia 26. Após o pouso, um veículo trouxe Mourão a São Borja e o levou diretamente a Coudelaria.

**CPI da Covid recua e tira nome de Heinze do relatório final da comissão**

O senador Luis Carlos Heinze (Progressistas/RS) disse considerar um 'absurdo' a inclusão do seu nome na lista de pedidos de indiciamentos da CPI da Covid. A ação se deu na última terça-feira, dia 26, após sugestão do senador Alessandro Vieira (Cidadania/SE) ao relator da comissão, Renan Calheiros (MDB/AL).

**São-borjense é preso por tráfico de drogas**

Francisco Garcia, São Borja completa neste domingo seus 339 anos de fundação. A mesma data é dedicada ao Padroeiro do Município, São Francisco de Borja, que também é padroeiro da paróquia católica do centro da cidade.

Quando de sua fundação, o novo povoado ganhou a denominação de São Francisco de Borja, tornando-se assim o primeiro dos Sete Povos das Missões e a primeira civilização no Rio Grande do Sul. Mais tarde adotaria o nome de São Borja, ganhando a condição de vila autônoma no dia 21 de maio de 1834.

**Justiça Federal determina paralisação da obra do Centro de Atendimento ao Turista**



Obras foram suspensas por determinação da Justiça

A Justiça Federal da 4ª região, através da Vara Regional de Matéria Finalística determinou, a pedido do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a imediata paralisação das obras do Centro de Atendimento ao

Turista, que estava sendo construído na praça XV de Novembro. A Prefeitura acatou a determinação e suspendeu as obras. Uma reunião em Brasília está marcada para tratar do assunto.

**Centro de Oncologia do HIG é habilitado para atender pacientes do SUS**

Após anos de lutas e idas e vindas a Brasília, finalmente foi homologado convênio entre o Centro de Oncologia do Hospital Ivan Goulart e o Sistema Único de Saúde para tratamento



**Imagens 05 e 06:** Chamada no caderno especial "retrospectiva 2021", tiragem de sexta-feira, 31 de dezembro de 2021, p. 10; onde se verifica o caso mais recente de infração cometida no sítio arqueológico e que por momento se encontra embargada por ordem e competência federal.

No encerramento da manifestação, externa da necessidade que há em aproximarmos a nossa localidade a outras municipalidades que já conseguiram superar suas diferenças de ordens culturais e políticas, e que atualmente tiram proveitos econômicos daquilo é perdurável: o patrimônio missioneiro.

Dito isso, nossa manifestação foi de interesse e de confiança em cada um dos vereadores ali presentes, no sentido que pudessem colaborar substancialmente com a realização da nossa pesquisa, ao se prontificaram de realizar o questionário que fizesse transmitir o grau de instrumento daqueles junto ao patrimônio uma vez apresentado. Após a explanação, alguns vereadores se manifestaram, ao mesmo em que se demonstraram solícitos a colaborar, algo que deverá ser bem trabalhado, porém, não só na questão dos questionários, como também na proposição de políticas públicas que alavanque o turismo histórico-cultural, onde vários segmentos poderiam se fazer inseridos na produção de novas oportunidades e alternativas capazes de modificar o *status quo* que persevera a tempos no nosso município, pois ao contrário do que vociferam algumas vozes isoladas, os resquícios missionários permanecem intactos e por incrível que pareça à poucos centímetros dos nossos pés<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup>Acompanhamos: RECH, Raquel. *Relatório de vistoria arqueológica no centro histórico de São Borja*. São Borja: Prefeitura municipal, 2007. BISONHIM, Kelli. *Em busca da estrutura sócio espacial da redução de San Francisco de Borja: a sobrevivência do patrimônio arqueológico*. PPG em História, PUCRS: Porto Alegre, 2011.

## **APÊNDICE 02**

### **PRODUTO TÉCNICO:**

#### **NÚCLEO PROTETIVO E DE GOVERNANÇA DO SÍTIO MISSIONEIRO (N.P.G.S.M.)**

A sistemática consiste na observação de cinco etapas (leia-se comissões):

1. EQUIPE DE CONHECIMENTO ACADÊMICO;
2. GESTÃO ESTRATÉGICA;
3. PROVIMENTO CIENTÍFICO;
4. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO;
5. ASSUNTOS JURÍDICOS LEGAIS

#### **COMISSÃO 1. DE CONHECIMENTO ACADÊMICO**

Consiste na orientação técnica e na busca por mecanismo de implementação a ações que levem a ampliação do conhecimento e da capacitação sobre a temática do sítio histórico de São Borja, com vistas a consagrar uma rede de fortalecimento científico da temática, assim como, a vinculação com redes afins de modo a estabelecer linhas de trabalhos que possam aprofundar o conhecimento na pauta em destaque e assim desenhar projetos de extensão que venham a facilitar na compreensão mais acurada junto à comunidade.

#### **COMISSÃO 2. GESTÃO ESTRATÉGICA**

A Comissão de Gestão Estratégica terá por meta orientar a busca por parcerias futuras de organização bem como manter a rede entre seus integrantes no âmbito local, prevendo ainda, estratégias que possam fomentar recursos a fins externos, voltados a ressaltar os projetos necessários de execução.

#### **COMISSÃO 3. PROVIMENTO CIENTÍFICO**

A comissão atuará no sentido de estabelecer meios e dispositivos de fomento, promoção e estímulo de espaço de integração através de projetos de investigação básica e aplicada, docência e assistência técnica, cujas abordagens se façam valer ao uso prático, embora nunca se descuidando do sentido acurado e técnico que exige a problemática missioneira, principalmente no que pese a gerência de uma

educação patrimonial junto às escolas do município de modo que possamos fazer conhecer nossas maiores deficiências e reduzir os impactos por conta das ausências patrimoniais (infelizmente uma marca muito recorrente na localidade).

#### **COMISSÃO 4. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO**

A comissão terá por meta articular a comunicação especializada na problemática jesuítica dos planos institucionais, científicos, acadêmicos e estratégicos. Dentro destas ações emergem os eixos de importância: a comunicação interna da rede de comunicação (Universidade e Prefeitura) com a comunicação externa. Visa cobrir de maneira prioritária o produto e o labor técnico, assim como os valores que agregam cuidados locais junto ao construto histórico herdado.

#### **COMISSÃO 5. ASSUNTOS LEGAIS E JURÍDICOS**

A Comissão de Assuntos legais e jurídicos se dará no sentido de auxiliar a consolidar as competências jurídicas e legais que resultem do sítio no que diz respeito à proteção e salvaguarda do mesmo. Neste caso, será necessário redigir um regulamento municipal para o sítio, garantido a sua especificidade e ditames normativos que venham a aperfeiçoar o manejo dos patrimônios arqueológicos, a fim de ilustrar de modo correto e adequado à proteção e à preservação daqueles. Ofertando por continuidade, o serviço de governança local mais abrangente e protetivo ou que assegure uma potencialidade patrimonial em vulnerabilidade.

Como se vê, o que oferecemos consiste num aproveitamento de alternativas que permitiram a municipalidade de São Borja se conciliar com o seu patrimônio missioneiro. É fato também, que é necessário ambicionar superar a falsa sensação de desleixo que se tem notado com relação a temática do sítio histórico e, por conseguinte, a preservação do mesmo.

Dito de outra forma, o sítio não se reporta apenas um ato de recordação para com um patrimônio outrora conhecido e que por momento é mantido de modo acanhado, mas é também por conta deste detalhe, um dever de vigilância que merece de cada um de nós, admiradores do passado missioneiro mais do que uma fácil e confortável aprovação.

Colocar as questões nestes termos concluí num propósito maior de pertencimento, uma vez que aos patrimônios ficam reservadas as virtudes dos nossos antepassados e esclarece sobretudo o que somos e vivenciamos no tempo presente.

Temos, então, que ao fazermos o entender patrimonial, estamos combinando coerências cognitivas em direção a um aprendizado atemporal que necessita ser compreendido repetidamente no agora a fim de evitarmos novos riscos ou desnecessários desperdícios de patrimônio a médio e a longo prazo.

### **O que fazer para evitar maiores perdas do patrimônio missioneiro?**

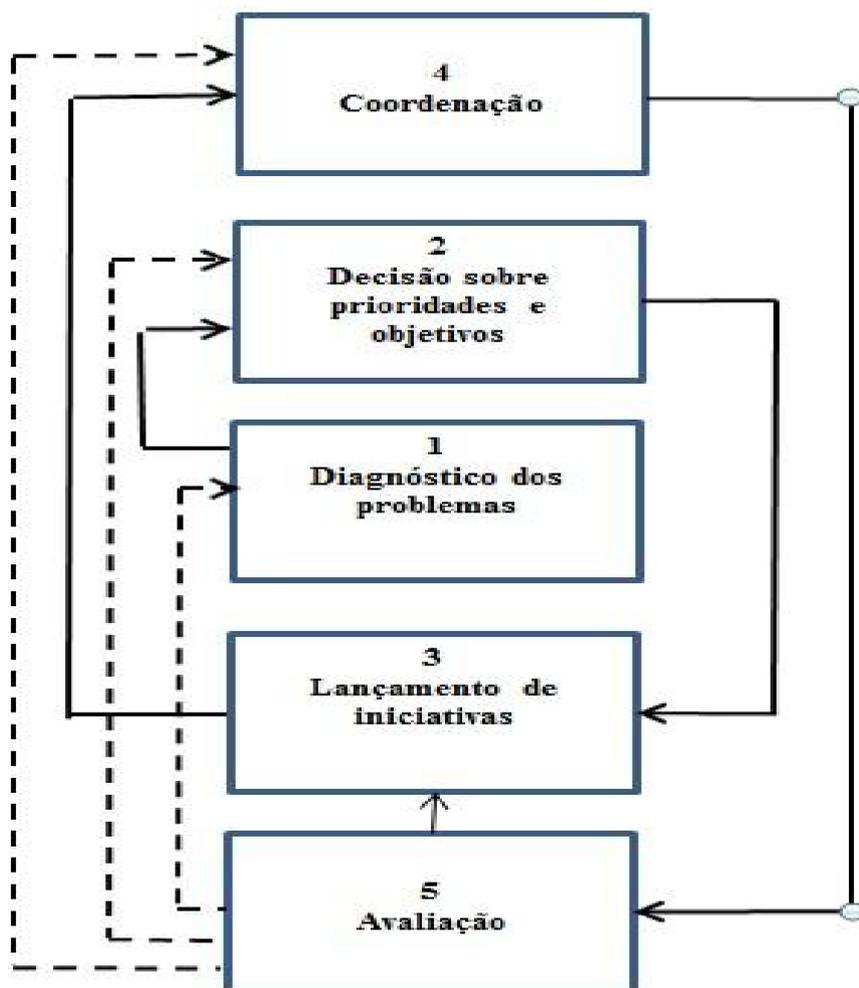
#### **A indicação da política pública. (Nível 05 Cabugueira – Avaliação).**

Os principais estudiosos que reservam suas atenções em torno do elaborar de uma política pública, nos fazem entender que a construção de uma agenda de tarefas acontecem em decorrência das deficiências reais do cotidiano da gestão pública e que uma vez conferidas acabam por retornar de modo coletivo ao convívio coletivo e em comum<sup>39</sup>.

De toda sorte, as experiências concretas de implantação de políticas públicas que ambicionam a participação reforçam a tese de superar as barreiras que aditam o jogo das forças do mercado e da lógica de reprodução do capital. Em regra, é o mesmo que dizer que das possíveis contradições que envolvam esses dois fatores, ficam conhecidos os interesses em disputa. Nestas condições, é por demais apropriado fazer uso do aporte teórico que Carlos Cabugueira (2000) oferece, pois por ele, é possível construir uma linha de ações que facilitam sobremaneira o propósito que ambicionamos ver consolidado na cidade de São Borja:

---

<sup>39</sup>CABUGUEIRA, Artur. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. In: *Gestão e desenvolvimento*, n. 9, 2000. DINIZ, Eli (Org.). *Globalização, estado e desenvolvimento. Dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. In: *Planejamento e políticas públicas*. n. 23, 2009. SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.



Fonte: adaptado pelo autor - (CABUGUEIRA, 2000, p.134).

- 1) **Diagnóstico dos problemas** - Articular esforços políticos e educacionais para chamar uma nova revisão pública que leve em consideração o sítio histórico e suas estranhezas;
- 2) **Decisão sobre prioridades e objetivos** - Criar uma campanha de conscientização local que tenha na inspeção arqueológica um fim comum;
- 3) **Lançamento das iniciativas** - A pauta Missões deve servir para fortalecer o decreto 8636 – que prevê um cronograma unificado das escolas de São Borja e Santo Thomé, através do ensino de História e Geografia obrigatórios – e o tema Missões deve ser o ponto de partida;
- 4) **Coordenação** - Estruturar uma equipe de trabalho a cargo da nossa Universidade Federal do Pampa, já prevendo a integração

com setores da gestão municipal que tenham nos patrimônios missioneiros um propósito de pesquisa;

- 5) **Avaliação** - Formalizar parcerias de ordem público-privada a fim de promover rotas turísticas que levem em conta as potencialidades já advertidas.

Conquanto, superadas falsas expectativas, o contexto aqui advertido não se encerra nessa breve exposição. Falta ainda, construir uma agenda de convencimento público que faça conciliar atores antagônicos de modo a impedir que a ignorância persista como um mal praticado conscientemente junto aos patrimônios. Todavia, a insistência que nos acompanha a partir desta investigação não é apenas uma demonstração evasiva sobre um compromisso que teve de ser mantido à quase quatro séculos atrás, é também, por conta de tudo que advertimos um adicional atemporal das responsabilidades que nos cercam enquanto seres que dão continuidade aos feitos dos nossos antepassados.

Devemos incluir novas formas de compreensão do sítio histórico/arqueológico da localidade e fazer com que as mesmas dimensionem e expressem da melhor forma possível o caráter dinâmico que se coloca ao longo dos anos. Na certeza disto que passamos a projetar o ponto central deste produto técnico como uma interface da ordem pública e que deve fazer conferir um contexto interdisciplinar de esforços em prol de algo que contempla e une a memória e a história sobre um proposto em comum.

Como já esclareci anteriormente, minha leitura em referência ao sítio histórico da localidade faz uso de situações que favoreçam o reconhecimento minucioso e territorial da antiga redução e a partir daí torná-lo um marco de aprendizagem continuado que faça conciliar interesses econômicos e políticas de conscientização, uma vez que a educação patrimonial sozinha não é forte suficiente para conseguir sensibilizar o mercado e os meios competentes de informação de modo a reduzir as chances para novos “deslizes” ou perdas futuras.

Confere-se assim uma leitura aprimorada da circunstância que ampara o nosso problema de análise e que acaba por concluir numa manifestação igualmente

conhecida, e que se refaz a uma série de implicações que não deixam conferir um ponto fundamental que favoreça numa construção pacífica do problema.

De qualquer forma, fica ao seu final, que o contraste de ambições que reservam o tempo imediato do problema aqui advertido, em si, retrata uma demonstração nada equilibrada de forças e desta forma é quase que improvável prevê dias melhores para uma sabedoria coletiva que percebeu nessas paragens as condições necessárias para ser perpetuada. Cabe então, conscientizar a realização da política pública que expusemos conforme a conscientização de consciências que hoje se mostram desprevenidas, talvez, assim chegará o dia que não mais será necessário construir uma dissertação para fazer com que a comunidade se aproprie daquilo que sempre foi seu: o sítio missioneiro